



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 763

Sexta-feira - 17 de Junho de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Braço do Trombudo	3
Caçador	11
Campo Alegre	20
Capinzal	21
Catanduvas	59
Chapadão do Lageado	59
Concórdia	59
Coronel Martins	61
Corupá	62
Curitibanos	62
Ermo	62
Forquilha	63
Fraiburgo	66
Garopaba	72
Gaspar	76
Herval do Oeste	79
Imbituba	81
Iomerê	82
Irineópolis	84
Itapoá	84
Joaçaba	85
José Boiteux	88
Luzerna	91
Macieira	92
Meleiro	92
Nova Trento	93
Novo Horizonte	93
Palmitos	94
Passo de Torres	94
Paulo Lopes	95
Pinheiro Preto	99
Porto Belo	101
Porto União	106
Rio do Sul	107
São Lourenço do Oeste	110
Schroeder	114
Siderópolis	120
Timbó	121
Tunápolis	127
Turvo	128
Vargeão	130
Videira	130

Associações

EGEM	131
------------	-----

Consórcios

CIGA	132
CINCO	132
CISAM	133

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N° 060/2011

DECRETO N° 060/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2011.

PEDRO PAULO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.303 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 18.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.009-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00.

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair Excesso de Arrecadação R\$ 18.000,00.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de Junho de 2011.

PEDRO PAULO DOS SANTOS

Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Junho de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 288/2011

PORTARIA N° 288/2011

Concede Férias a servidor.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PEDRO PAULO DOS SANTOS - Prefeito em Exercício do município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, ao servidor efetivo, VANDERLEI MIGUEL, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 15 de Junho de 2011 relativo ao período de 04/02/2010 a 03/02/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de Junho de 2011.

PEDRO PAULO DOS SANTOS

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 15 de Junho de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de Registro de Preço 10/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011

<p>Número do Registro de Preços: 10/2011 Data do Registro: 03/03/2011 Válido até: 03/03/2012</p> <p>Objeto da Compra: Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	OLEO 90 (369)	LTS	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Texaco	0	14,5000	1
2	GRAXA (1871)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Texaco	0	14,6000	1
3	ANEL TRAVA (1883)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	1,6000	1
4	Arruela 1/2 (5555)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2000	1
5	Parafuso 3/8x3 (5557)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
6	Tinta e Solvente (5565)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Anjo	0	25,0000	1
7	Arruela 7/8 (5566)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3500	1
8	Porca M8 (5568)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,1500	1
9	Arruela 5/8 (5572)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2500	1
10	Arruela 3/4 (5573)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3300	1
11	Arruela 1" (5574)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
12	Ferro redondo (5579)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	6,1500	1
13	Oxigênio (5583)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	AGA	0	130,0000	1
14	Retentor 00266 (5587)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	7,3500	1
15	Retentor 00262 (5588)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	8,9500	1
16	Aço 1045 (5590)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	9,5500	1
17	Bronze (5591)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Metalpim	0	63,0000	1
18	Material de Limpeza (litros) (5593)	LT	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Fransul	0	5,5000	1
19	Arruela 5/16 (5596)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,1500	1
20	Ferro chato (5598)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamprogna	0	6,5000	1
21	Flange (5600)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamprogna	0	4,5500	1
22	Solda Mig (5605)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	45,0000	1
23	Ferro cantoneira (5606)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	5,2200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011

Número do Registro de Preços: 10/2011

Data do Registro: 03/03/2011

Válido até: 03/03/2012

Objeto da Compra: Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Parafuso 7/8x4 (5611)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,3000	1
25	Porca 7/8 (5612)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,8000	1
26	Parafuso 1/4x1 (5618)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3000	1
27	Porca 1/4 (5619)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3000	1
28	Braçadeira Plástica (lingua sapo) (6085)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	0,3800	1
29	Nylon (6086)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Vedax	0	41,0000	1
30	Unhas p/ Subsolador (6102)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Metisa	0	42,5000	1
31	Víga "U" (6103)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	5,2500	1
32	Serviço especializado em mão-de-obra (homem) (6978)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tormaq	0	29,0000	1
33	Serviço especializado em torno (6979)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tormaq	0	40,0000	1
34	Aço 1045 trefilado (6980)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	13,0000	1
35	Aço 1045 quadrado trefilado (6981)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	18,0000	1
36	Anel O´ring (6982)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Vedax	0	1,8000	1
37	Arruela 1/4 (6983)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,1500	1
38	Arruela 3/8 (6984)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,1800	1
39	Arruela 7/16 (6985)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2000	1
40	Cano (6986)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Comafal	0	6,1000	1
41	Chapa preta (6987)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamproгна	0	6,9300	1
42	Cola silicone (6988)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tek Bond	0	6,6000	1
43	Cola tipo 3M (6989)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	3M	0	5,7500	1
44	Cupilha 4,5x50mm (6990)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	0,9000	1
45	Cupilha 6,5x60mm (6991)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	0,9500	1
46	Disco de corte 7" (6992)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Kronenflex	0	9,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011**Número do Registro de Preços: 10/2011****Data do Registro: 03/03/2011****Válido até: 03/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Eletrodo OK 48 3,25mm (6993)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	1,1000	1
48	Eletrodo OK 46 2,5mm (6994)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	1,1000	1
49	Eletrodo OK 61.30 2,5mm Inox (6995)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	1,8000	1
50	Eletrodo OK Cutmat 21.03 CORTE (6996)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	1,8000	1
51	Eletrodo OK 68.81 2,5mm Cromo-níquel (6997)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	3,1500	1
52	Engraxadeira reta 1/4 (6998)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,8000	1
53	Engraxadeira reta 3/8 (6999)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,8000	1
54	Engraxadeira 45° 5/16 (7000)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,8500	1
55	Engraxadeira 45° 3/8 (7001)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,8500	1
56	Parafuso 1/4x2 (7002)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
57	Parafuso 1/4x3 1/2 (7003)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4800	1
58	Parafuso 5/16x1 aço (7004)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
59	Parafuso 5/16x1 1/2 aço (7005)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5000	1
60	Parafuso 5/16x2 aço (7006)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6000	1
61	Parafuso 5/16x2 1/2 (7007)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6500	1
62	Parafuso 5/16x3 (7008)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6500	1
63	Parafuso 5/16x3 1/2 (7009)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,7000	1
64	Parafuso 3/8x1 aço (7010)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5500	1
65	Parafuso 3/8x1 1/2 (7011)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,7000	1
66	Parafuso 3/8x2 aço (7012)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
67	Parafuso 3/8x2 1/2 (7013)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0500	1
68	Parafuso 3/8x3 1/2 (7014)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1000	1
69	Parafuso 7/16x1 1/2 aço (7015)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011**Número do Registro de Preços: 10/2011****Data do Registro: 03/03/2011****Válido até: 03/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Parafuso 7/16x3 aço (7016)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,4500	1
71	Parafuso 1/2x1 aço (7017)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
72	Parafuso 1/2x1 1/2 aço (7018)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0500	1
73	Parafuso 1/2x2 aço (7019)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1000	1
74	Parafuso 1/2x2 1/2 aço (7020)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1200	1
75	Parafuso 1/2x3 aço (7021)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,7000	1
76	Parafuso 1/2x3 1/2 aço (7022)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,7700	1
77	Parafuso 1/2X4 aço (7023)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
78	Parafuso 9/16x2 (7024)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,3000	1
79	Parafuso 9/16x3 (7025)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,5000	1
80	Parafuso 5/8x2. (7026)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9000	1
81	Parafuso 5/8x2 1/2 aço (7027)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9200	1
82	Parafuso 5/8x3 aço (7028)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,4000	1
83	Parafuso 5/8x3 1/2 aço (7029)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,8000	1
84	Parafuso 5/8x4 aço (7030)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,0500	1
85	Parafuso 5/8x4 1/2 aço (7031)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,4500	1
86	Parafuso 3/4x2 aço (7032)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,5000	1
87	Parafuso 3/4x2 1/2 aço (7033)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,6000	1
88	Parafuso 3/4x3 aço (7034)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,3500	1
89	Parafuso 3/4x3 1/2 aço (7035)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,1000	1
90	Parafuso 3/4x4 aço (7036)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,2500	1
91	Parafuso 3/4x4 1/2 aço (7037)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,7800	1
92	Parafuso 3/4x5 aço (7038)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,0300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011**Número do Registro de Preços: 10/2011****Data do Registro: 03/03/2011****Válido até: 03/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	Parafuso 3/4x6 1/2 aço (7039)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	8,7500	1
94	Parafuso 3/4x8 aço (7040)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	8,9500	1
95	Parafuso 7/8x3 (7041)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,0000	1
96	Parafuso 7/8x4 1/2 (7042)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,6200	1
97	Parafuso 7/8x5 (7043)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	6,9500	1
98	Parafuso 1x3 (7044)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	10,1500	1
99	Parafuso 1x6 1/2 (7045)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	20,0000	1
100	Parafuso M6x50 8.8 (7046)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3500	1
101	Parafuso M8x50 8.8 (7047)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
102	Parafuso M8x100 8.8 (7048)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1500	1
103	Parafuso M10x50 8.8 (7049)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
104	Parafuso M10x80 8.8 (7050)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,5300	1
105	Parafuso M10x100 8.8 (7051)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9000	1
106	Parafuso M12x50 8.8 (7052)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,4000	1
107	Parafuso M12x80 8.8 (7053)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
108	Parafuso M12x100 8.8 (7054)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,2600	1
109	Parafuso M14x100 8.8 (7056)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,7500	1
110	Parafuso M16x80 8.8 (7057)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,6000	1
111	Parafuso M16x120 8.8 (7058)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	6,0000	1
112	Parafuso M18x80 8.8 (7059)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,6000	1
113	Parafuso M18x100 8.8 (7060)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	6,5500	1
114	Parafuso M20x130 8.8 (7061)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	12,0000	1
115	Pino elástico 6x70mm (7062)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011**Número do Registro de Preços: 10/2011****Data do Registro: 03/03/2011****Válido até: 03/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	Pino elástico 8x70mm (7063)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,1000	1
117	Pino elástico 10x70mm (7064)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,2000	1
118	Pino trava "R" (7065)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,0000	1
119	Porca 5/16. (7066)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3500	1
120	Porca 3/8. (7067)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3800	1
121	Porca 7/16 (7068)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
122	Porca 1/2. (7069)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5000	1
123	Porca 9/16 (7070)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5000	1
124	Porca 5/8. (7071)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,8500	1
125	Porca 3/4. (7072)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,9800	1
126	Porca 1 (7073)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,6000	1
127	Porca M6 (7074)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,1200	1
128	Porca M10 (7075)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
129	Porca M12 (7076)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5500	1
130	Porca M14 (7077)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,8500	1
131	Porca M16 (7078)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
132	Porca M18 (7079)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,3000	1
133	Porca M20 (7080)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0500	1
134	Retentor 00524 (7081)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	10,0000	1
135	Retentor 00009 (7082)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	10,2500	1
136	Retentor 00161 (7083)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	9,8500	1
137	Retentor 00188 (7084)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	12,0000	1
138	Retentor 00459 (7085)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	11,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011**Número do Registro de Preços: 10/2011****Data do Registro: 03/03/2011****Válido até: 03/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
139	Retentor 00485 (7086)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	13,1000	1
140	Retentor 00517 (7087)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	10,2500	1
141	Retentor 00810 (7088)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	12,4300	1
142	Retentor 01180 (7089)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	15,0000	1
143	Retentor 02005 (7090)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	8,9500	1
144	Retentor 40000 (7091)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	14,9500	1
145	Rolamento 32205 (7092)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	27,1500	1
146	Rolamento 32206 (7093)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	31,5000	1
147	Rolamento 32207 (7094)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	32,9500	1
148	Rolamento 32208 (7095)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	50,0000	1
149	Rolamento 32209 (7096)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	52,3800	1
150	Rolamento 32210 (7097)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	108,0000	1
151	Rolamento 6201 ZZ (7098)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	10,5000	1
152	Rolamento 6202 ZZ (7099)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	13,0000	1
153	Rolamento 6203 ZZ (7100)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	13,8000	1
154	Rolamento 6204 ZZ (7101)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	16,3000	1
155	Rolamento 6205 ZZ (7102)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	19,9500	1
156	Rolamento 6206 ZZ (7103)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	24,0000	1
157	Rolamento 6207 ZZ (7104)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	35,5000	1
158	Rolamento 6208 ZZ (7105)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	39,5000	1
159	Rolamento 6209 ZZ (7106)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	49,0000	1
160	Rolamento 6012 ZZ (7107)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	68,0000	1
161	Rolamento 6304 ZZ (7108)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	19,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011**Número do Registro de Preços: 10/2011****Data do Registro: 03/03/2011****Válido até: 03/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças, material e mão-de-obra (homem) para serviços de torno em tratores, implementos agrícolas, máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
162	Rolamento 6305 ZZ (7109)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	27,1500	1
163	Rolamento 6306 ZZ (7110)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	35,0000	1
164	Rolamento 6307 ZZ (7111)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	42,5000	1
165	Rolamento 6308 ZZ (7112)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	63,0000	1
166	Sextavado (7115)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	6,7500	1
167	Trava quebra dedo (7117)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	3,5000	1
168	Tubo SKF (7118)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Comafal	0	15,0000	1
169	Óleo hidráulico. (7119)	L	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Lubrax	0	13,0000	1
170	Parafuso M14x70 8.8 (8050)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,0000	1

BRACO DO TROMBUDO , 3 de Março de 2011.

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 20.634

PORTARIA nº 20.634, de 02 de junho de 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 90, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER à Servidora pública Municipal da Secretaria de Educação, abaixo relacionada o gozo de férias regulamentares nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro de 2011, especificando: código, nome, cargo e períodos, conforme segue:

Cód	Funcionário	Períodos de Aquisição		Períodos de Gozo		Nº dias
4583	ELIZABETH OLSEN	01/01/2004	01/01/2005	02/05/2011	31/05/2011	30 dias
		01/01/2005	01/01/2006	01/06/2011	16/06/2011	16 dias
		01/01/2006	01/01/2007	17/06/2011	06/07/2011	20 dias
		01/01/2007	01/01/2008	07/07/2011	21/07/2011	15 dias
		01/01/2008	01/01/2009	22/07/2011	08/08/2011	18 dias
		01/01/2009	01/01/2010	09/08/2011	27/08/2011	19 dias
		01/01/2010	01/01/2011	28/08/2011	18/09/2011	22 dias
					TOTAL	140 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

Aviso de Licitação 29-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 29/2011

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: RECARGA DE TONER COM TROCA DE CILINDRO PARA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 06/07/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 06/07/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 14 de Junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação 09-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2011

O Município de Caçador/SC torna público a Dispensa de Licitação nº 09/2011 para

Locação de duas salas com 148 m2 situadas na Avenida Senador Salgado Filho, nº 33 centro, destinada ao funcionamento do PROCON, de propriedade de Gabriel Delano dos Santos/CPF nº 155.665.799-49, residente e domiciliado neste Município, pelo valor mensal de R\$ 1.240,00 (um mil e duzentos e quarenta reais) pelo prazo de 12 meses, nos termos do artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 14 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Contrato 10-2011 ASSISTENCIA SOCIAL

Contrato nº 10/2011 - FMAS - NÃO UTILIZADO

Contrato 11-2011 ASSISTENCIA SOCIAL

Contrato nº 11/2011 - FMAS - NÃO UTILIZADO

Contrato 16-2011 SAÚDE

Contrato nº 16/2011 - FMS - Prorrogação de prazo por 120 dias para contratação de empresa habilitada para construção de unidade de atenção básica em saúde no bairro Martello, vinculado ao Contrato nº 45/2010, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Saúde e mediante parecer jurídico quanto à extensão do prazo de execução nº 210/2011. Referente ao processo licitatório nº 13/2010 TP nº 02/2010. Contratado: CONSTRUTORA EXATA LTDA. Prazo: 14/10/2011.

Contrato 33-2011 PREFEITURA

Contrato nº 33/2011 - NÃO UTILIZADO

Contrato 54-2011 PREFEITURA

Contrato nº 54/2011 - NÃO UTILIZADO

Editais Convocação Concurso Público Nº 106

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 106, de 10 de junho de 2011.

Convoca aprovados em Concurso Público.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o estabelecido no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 17/11/2006, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 3.763, de 15/06/2007, que homologou o resultado final do Concurso, conforme sequência de classificação:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Julio Freitas

Maria Aparecida Matos de Oliveira

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Termo de Rescisão 02-2011 - ASSISTENCIA SOCIAL

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 02/2011- FMAS - RESCISÃO TOTAL do Contrato nº 04/2008 - FMAS datado 17 de novembro de 2008, e todos seus aditamentos de prorrogação de prazo e concessão de reajuste, destinado ao funcionamento do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Bairro Martelo, locação de salas num total de 250m2, referente ao processo licitatório nº 08/2008 na modalidade de Dispensa nº 01/2008, conforme Termo de Vistoria devidamente assinado pelas partes, sem a aplicação de penalidades pecuniárias, em face de fatores supervenientes que inviabilizam a manutenção do mesmo. Contratada: THIAGO BARCARO. Data da rescisão: 10/06/2011.

Ata 01-2011 ESPORTE

Ata nº 01/2011 – ESPORTE - Pregão Presencial nº 01/2011 – Registro de preços para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios para manutenção das atividades da Fundação Municipal de Esportes. Fornecedor: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. Chapecó- SC- 12 meses.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID	R\$ TOTAL	MARCA
06	250	KG	Café torrado moído tradicional. Características gerais: Com selo de pureza ABIC. Com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas. Rendimento mínimo esperado de 6,25 litros de café pronto para cada pacote de 500 g. Sem glúten. Características sensoriais (organolépticas): aspecto de pó homogêneo fino, cor castanho; sabor e odor próprios. Embalagem primária: Embalagem contendo 500g, com dupla proteção, sendo a embalagem interna em alto vácuo e a externa de caixa de papelão. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo 6 meses	9,30	2.325,00	odebresch
08	350	KG	Macarrão com ovos (tipo penne). Embalagem padronizada de até 1 kg. Prazo de validade: 12 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias..	2,48	868,00	primorata
09	500	KG	Arroz parboilizado – tipo 1, de procedência nacional e de safra corrente. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas. O produto não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). Embalado em pacotes com 5 kg, em plástico atóxico. Prazo mínimo de validade 6 meses.	1,14	570,00	gavea
33	250	UNIDADE	Molho de tomate: embalagem 500g com data de fabricação no máximo 30 dias e validade de até 4 meses	1,48	370,00	quero
35	40	CAIXA	Caldo de Galinha: Embalagem de 57g com 6 unidades.	0,68	27,20	apti

41	80	UNI-DADE	Margarina vegetal com sal e sem gordura trans. Potes de 500g. Características: os potes devem ser hermeticamente fechados, acondicionados em caixa de papelão, resfriado até 16°C. Devendo constar na embalagem: data de fabricação: máximo 30 dias e registro no ministério da agricultura SIF/DIPOA.	1,09	87,20	prime
42	80	KG	Doce de Leite em pasta. Ingredientes: leite pasteurizado e açúcar. O doce de leite deverá ser fabricado com matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitos, e em perfeito estado de conservação. Não será permitida a adição de amido. Não deve conter glúten. Deve apresentar selo do SIF. Pode conter os aditivos permitidos pela legislação. Não pode conter corantes artificiais. Características sensoriais (organolépticas): Consistência cremosa ou pastosa, sem cristais perceptíveis sensorialmente; cor castanho caramelado proveniente da reação de Maillard; sabor e odor doce característico, sem sabores e odores estranhos. Embalagem: potes de polietileno resistente com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção. Peso líquido de 400 gr a 500 gr. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 08 meses a partir da data da entrega.	4,77	381,60	aurea
44	50	KG	Doce de frutas (diversos sabores). Embalagem de potes de 1 kg, acondicionadas em caixas de papelão. Devendo constar na embalagem: data de fabricação e prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	3,38	169,00	aurea
59	60	GA-LÃO	Desinfetante liquido, uso geral, concentrado forte para diluição - fragrância floral - galão com 5 litros.	6,25	375,00	zavaski

61	150	UNI-DADE	Sabão em barra - neutro - 500g	0,96	144,00	zavaski
65	100	UNI-DADE	Detergente liquido com 500 MI (composição: linear alquil-benzeno sulfonado, hidróxido de sódio, trietanolamina, dietanolamida de acido graxo de coco, lauril éter sulfato de sódio, sal inorgânico, decilpoglicucosideo (C-10-C16), alquil amido propil Betânia, 5-cloro-2-metil isothiazolin-2-one, 2-metil-4isothiazolin-3-one, corante azul acido 90, corante amarelo alimento 4, fragrância e água	0,83	83,00	zavaski
68	50	GA-LÃO	Cera Liquida: Galão com 05 litros, incolor . Composição: Carnaúba, para piso lustravel	14,99	749,50	Girando sol
71	70	UNI-DADE	Vassoura de Nylon com cabo Tamanho Grande	2,75	192,50	desafio
72	30	UNI-DADE	Rodo de borracha com aproximadamente 60 cm de largura, com cabo, borracha dupla	3,99	119,70	desafio
73	70	LITRO	Álcool 92,8 GL	3,47	242,90	Do vale
77	100	PACOTE	Copos plástico descartável - 300 ml pacotes com 100 unidades	2,54	254,00	liplast
78	100	PACOTE	Copos plástico descartável - 50 ml pacotes com 100 unidades	0,74	74,00	liplast
79	100	PACOTE	Copos plástico descartável - 200 ml pacotes com 100 unidades	1,83	183,00	liplast
81	50	PACOTE	Toalhas de papel picotado: Pacotes com 2 rolos branco	1,88	94,00	sorela
82	50	FARDO	Papel Toalha interfolhados 02 dobras, cor parda, medindo 23X21cm, fardo com 1.000 folhas.	3,99	199,50	litopel
			TOTAL GERAL			R\$ 7.509,10

Ata 02-2011 ESPORTE

Ata nº 02/2011 – ESPORTE - Pregão Presencial nº 01/2011 – Registro de preços para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios para manutenção das atividades da Fundação Municipal de Esportes. Fornecedor: COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA. Caçador- SC- 12 meses.

ITEM	QUANTIDADE	UNI-DADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID	R\$ TOTAL	MARCA
49	30	UNI-DADE	Orégano. Embalagem plástica contendo 100 gramas do produto	1,80	54,00	PERU

63	15	UNI-DADE	Sabonete líquido: composição: Ph neutro, fragrância erva doce, capacidade 05 litros	11,99	179,85	PREMISSE
80	300	PACOTE	Pacotes de guardanapos de papel - tamanho médio 22,5 x 19,5 cm com 50 unidades	0,40	120,00	POMME
			TOTAL GERAL			R\$ 353,85

Ata 02-2011 PREFEITURA

Ata nº 02/2011 - PREFEITURA - NÃO UTILIZADO

Ata 03-2011 ESPORTE

Ata nº 03/2011 – ESPORTE - Pregão Presencial nº 01/2011 – Registro de preços para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios para manutenção das atividades da Fundação Municipal de Esportes. Fornecedor: FRUTOLÂNDIA CENTRAL ME. Caçador– SC- 12 meses.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID	R\$ TOTAL	MARCA
13	500	KG	Batata lavada: Características: boa qualidade, tamanho médio.	2,18	1.090,00	
15	200	KG	Tomate. Características: bem formados, lisos, livres de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalado em plástico de polietileno.	2,93	586,00	
16	50	UNIDADE	Repolho Nacional. Características: tipo branco, fresco de 1ª qualidade	1,18	59,00	
17	10	KG	Alho. 1º Qualidade, boas condições de consumo, embalagem de 80g.	12,50	125,00	
18	500	PÉS	Alface Lisa Características: verde claro, folhas íntegras e frescas.	1,20	600,00	
19	50	KG	Pimentão Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior.	3,40	170,00	
20	200	MAÇO	Tempero verde Fresco, folhas sem manchas, separados em maços	1,20	240,00	
21	150	KG	Pepino Fresco, sem manchas, firmes separados em embalagens de 01 kg em polietileno	2,90	435,00	
23	300	KG	Maçã Fuji. Características: tamanho médio, em processo de amadurecimento e sem machucados.	3,20	960,00	

24	60	KG	Beterraba. Características: firme, tenra, razoavelmente macia, redondas de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embalados em plástico de polietileno	2,75	165,00	
25	20	KG	Limão. Características: casca verde, pequeno.	2,90	58,00	
			TOTAL GERAL			R\$ 4.488,00

Ata 04-2011 ESPORTE

Ata nº 04/2011 – ESPORTE - Pregão Presencial nº 01/2011 – Registro de preços para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios para manutenção das atividades da Fundação Municipal de Esportes. Fornecedor: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. Caçador– SC- 12 meses.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID	R\$ TOTAL	MARCA
01	150	KG	Farinha de trigo especial, enriquecida com ferro e ácido fólico. Características: farinha de trigo tipo 1, de cor branca, enriquecida com ferro e ácido fólico. Cada 100g deve fornecer, no mínimo, 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5kg. Deve apresentar rotulagem com registro no Ministério da Saúde. Prazo de fabricação: máximo 30 dias.	1,09	163,50	mariflor
02	5	KG	Farinha de milho (Biju). Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem deve estar intacta, acondicionadas em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de 500g. Prazo de validade: mínimo 04 meses. Data de fabricação: 30 dias. Deve apresentar registro no Ministério da Saúde.	1,69	8,45	torrezan

03	150	KG	Farinha de milho (fubá de milho amarelo). Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem deve estar intacta, acondicionadas em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de 500g. Prazo de validade: mínimo 04 meses. Data de fabricação: 30 dias. Deve apresentar registro no Ministério da Saúde.	1,10	165,00	Negamaluca
05	600	KG	Açúcar refinado. Características: não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg, em polietileno leitoso ou transparente. Prazo de validade: mínimo 6 meses.	1,89	1.134,00	docesugar
07	100	Caixa	Filtro para café nº 103, caixa com 30 unidades, 100% celulose, com aba (flap) para abertura.	1,49	149,00	brigita
11	200	Caixa	Leite UHT integral longa vida. Embalagem Tetra Pak contendo 1 litro do produto. Prazo de validade: até 6 meses. Deverá constar o registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico. Data de fabricação: máximo 30 dias. Caixa contendo 12 litros de leite.	24,00	4.800,00	tirol

26	700	KG	Carne Bovina de 1ª, corte coração de paleta, sem osso ou cartilagem. Deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionada em embalagem de polietileno, com rotulagem especificando peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade e registro do órgão competente (inspecionado SIF-DIPOA).	13,98	9.786,00	Do valle
30	1.000	KG	Carne suína, paleta desossada, sem pele, limpa, resfriada. O prazo de validade deve estar na embalagem. Embalada em saco de polietileno, com rotulagem especificando peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade e registro do órgão competente (inspecionado SIF-DIPOA).	8,20	8.200,00	Do valle
66	150	PACOTE	Lã de aço: (tipo Bombril) pacotes de 08 Unidades	0,69	103,50	astros
69	50	UNIDADE	Odorizador de ar- Tubo spray 400 ml, perfumes variados	5,45	272,50	airwik
			TOTAL GERAL			R\$ 24.781,95

Ata 05-2011 ESPORTE

Ata nº 05/2011 – ESPORTE - Pregão Presencial nº 01/2011 – Registro de preços para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios para manutenção das atividades da Fundação Municipal de Esportes. Fornecedor: MARCOS BULLE DA COSTA ME. Caçador– SC- 12 meses.

ITEM	QUAN- TIDADE	UNI- DADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID	R\$ TO- TAL	MARCA
04	50	KG	Amido de milho. Características sensoriais: Aspecto de pó fino, cor branca, odor e sabor próprios. Deverá produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 4meses a partir da data da entrega.	2,95	147,50	SOLLEY
10	50	Caixa	Chá mate de saqui-nhos (sabor natural) Caixas de 40g com 25 unidades. Composição: folhas e talos de erva mate tostada (Ilex paraguariensis, St. Hil.). Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em caixas de 40g.	1,48	74,00	MATE REAL
34	10	PACO- TE	Colorau: Embala-gem 50g Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas.	0,45	4,50	CAROL
36	100	UNI- DADE	Milho em conserva: Embalagem de 830g, fabricação no máximo de 30 dias com validade de até 6 meses	2,99	299,00	FUGINI
37	100	UNI- DADE	Ervilha em conserva: Embalagem de 830g, fabricação no máximo de 30 dias com validade de até 6 meses	2,99	299,00	FUGINI
38	50	UNI- DADE	Extrato de toma-te concentrado: embalagem 1kg com data de fabricação no máximo 30 dias e validade de até 4 meses	2,93	146,50	STELA DORO

43	100	UNI- DADE	Maionese tradicional 472g Embalagem Econômica embalagem sachê.Validade de até 3 meses	1,55	155,00	PURITY
46	200	KG	Queijo Prato (lanche) resfriado, em embalagens de 1kg devidamente fatiados acondicionados em bandejas com plástico filme. Devendo constar data de fabricação/ validade e peso, com rotulagem especificando peso, data de fabricação, data de validade e registro do órgão competente (inspecionado SIF-DIPOA).	17,79	3.558,00	CARLITOS
50	20	UNI- DADE	Fermento químico em pó. Características sensoriais (organo-lépticas): aspecto de pó fino, cor branca, sabor e odor próprios. Não deve apresentar-se empedrado. Embalagem contendo 250g do produto	1,49	29,80	LÉO
51	33	CAIXA	Refresco em pó 30g: Diversos sabores separados em caixas com 15 unidades com validade superior a 6 meses	5,25	173,25	LÉO
53	200	KG	Biscoito doce tipo laminado de leite. Características: o produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. Embalagem em polietileno transparente, revestindo até 1 kg do produto, acondicionadas em caixas de papelão. Prazo de validade: 12 meses; data de fabricação: máximo 30 dias.	4,55	910,00	PRODASA
57	60	CAIXA	Crema de Leite: Pasteurizado, com aspecto firme e livre de bolor. Embalado caixas de 395 g Fabricação no Máximo 30 dias	2,45	147,00	LEO

58	60	LATA	Leite condensado. Embalagem: Lata contendo 395 g do produto Ingredientes: açúcar, leite em pó integral, leite integral e lactose. As latas deverão estar íntegras, sem amassados ou ferrugem.	2,69	161,40	MOCOCA
67	150	FARDO	Papel higiênico: branco, picotado, macio, folha dupla - 30 metros - fardo com 64 rolos, embalados em pacotes com 4 rolos - 16 x 4	38,97	5.845,50	FOFINHO
70	70	UNIDADE	Saponáceo em pó: com amoníaco, tudo de 300 gramas. Composição: soda caustica, éter, sulfato e sódio, hipodorito	0,89	62,30	PEROLA
74	10	UNIDADE	Desentupidor para vaso sanitário/pia	4,18	41,80	DESAFIO
75	50	FARDO	Embalagem plástica para lixo, na cor preto, 12 micra-tamanho 75x90, capacidade 100 litros- fardo com 10 unidades	2,35	117,50	ECOPLAN
76	100	FARDO	Embalagem plástica para lixo, na cor preto, 10 micra capacidade 50 litros-fardo com 10 unidades.	1,35	135,00	ECOPLAN
TOTAL GERAL					R\$12.307,05	

Ata 06-2011 ESPORTE

Ata nº 06/2011 - ESPORTE - Pregão Presencial nº 01/2011 - Registro de preços para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios para manutenção das atividades da Fundação Municipal de Esportes. Fornecedor: PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA-FILIAL. Caçador- SC- 12 meses.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID	R\$ TOTAL	MARCA
40	200	KG	Pão Francês: Com 50g Frescos feitos no dia, com cheiro e aspecto característicos.	6,90	1.380,00	SANTELMO
TOTAL GERAL					R\$ 1.380,00	

Ata 07-2011 ESPORTE

Ata nº 07/2011 – ESPORTE - Pregão Presencial nº 01/2011 – Registro de preços para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios para manutenção das atividades da Fundação Municipal de Esportes. Fornecedor: SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA. Caçador– SC- 12 meses.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID	R\$ TOTAL	MARCA
12	200	Unidade	Alimento achocolatado em pó instantâneo, enriquecido com vitaminas B6, B2, B1, A, ácido fólico e vitamina B 12. Embalagem lata contendo 400g Prazo de validade: 01 ano.	1,59	318,00	Pó de casa
14	100	KG	Cebola branca. Características: de 1ª qualidade, fresca, tamanho médio.	1,49	149,00	nacional
22	300	KG	Banana caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento, acondicionadas em caixas de 20 kg cada.	0,99	297,00	Caturra
27	1.000	KG	Carne Bovina de 2ª Características: cor vermelho cereja-brilhante, elástica e firme, macia, sem gordura aparente, fresca e odor agradável. Embalada em plástico de polietileno contendo 1 kg cada. Devendo constar data de fabricação e peso, com rotulagem especificando peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade e registro do órgão competente (inspecionado SIF-DIPOA).	8,90	8.900,00	Acém bovino
28	70	KG	Cenoura. Características: de 1ª qualidade, tamanho médio.	1,25	87,50	ceasa
29	1.000	KG	Coxa e sobrecoxa de frango congeladas. Embalagem: caixas de papelão fechadas e padronizadas contendo 20 kg em cada. Devendo constar data de fabricação/validade e peso, com rotulagem especificando peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade e registro do órgão competente (inspecionado SIF-DIPOA).	2,99	2.990,00	

31	100	UNI-DADE	Óleo de soja refinado. Embalagem plástica contendo 900 ml de óleo. Data de validade: 12 meses Data de fabricação: 30 dias	2,88	288,00	coamo
32	50	CAIXA	Tempero Pronto: Pacote de caldo em pó caixas com 45g	1,37	68,50	sazon
39	300	KG	Feijão preto tipo 1 – safra 2010 ou 2011, in natura, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 – M.A. Embalagem: pacotes de plástico transparentes de 1 kg.	1,88	564,00	Vó tita
45	200	KG	Presunto Cozido: Sem capa de gordura, resfriado, em embalagens de 1kg devidamente fatiados acondicionados em bandejas com plástico filme. Devendo constar data de fabricação/validade e peso, com rotulagem especificando peso, data de fabricação, data de validade e registro do órgão competente (inspecionado SIF-DIPOA).	10,29	2.058,00	peperi
47	100	DÚZIA	Ovo de galinha. Características: tipo 2, amarelo, fresco, casca livre de rachadura e sujidades.	3,00	300,00	bier
48	30	KG	Sal refinado iodado, pacote com até 1 kg, em polietileno transparente. Prazo de validade: 12 meses; data de fabricação: 30 dias.	0,85	25,50	miramar
52	150	UNI-DADE	Refrigerante: Sabores Cola, Limão, Laranja e Guaraná em embalagens de 2,5 litros não retornáveis Validade de até 6 meses	3,99	598,50	antarctica

54	20	UNI-DADE	Vinagre de maçã. Embalagem de 750 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	1,45	29,00	chemin
55	50	CAIXA	Palito roloço de madeira (Palito de dente): Embalagem com 100 unidades	0,29	14,50	paraná
56	50	KG	Banha refinada, embalagem plástica contendo 1 kg do produto. Devendo constar na embalagem: data de fabricação (no máximo 30 dias) e registro no Ministério da Agricultura SIF-DIPOA.	2,95	147,50	pamplona
60	100	KG	Sabão em pó: Caixa de 1 KG, Composição: linear, alquil benzeno, sulfato de sódio, aquil dimetil, hidroxietil, cloreto de amônia, coadjuvantes, sinergias, agentes antiredepositantes, branqueadores. Óticos químicos, corante.	3,33	333,00	ace
62	60	UNI-DADE	Água sanitária: embalagem de 1 litro. Comum	1,07	64,20	limpinha
64	70	UNI-DADE	Esponja para lavar louça - dupla face (medidas 110mm x 70mm x 20mm)	0,37	25,90	betanin
			TOTAL GERAL			R\$17.258,10

IPASC

Portaria n. 416, de 10 de Maio de 2011.

PORTARIA n. 416, de 10 de Maio de 2011.

Concede aposentadoria especial de professor, a Inês Aparecida Correa Lemos, nos termos do art.6º da EC,nº 41/03 da Constituição Federal.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar, Inês Aparecida Correa Lemos, portadora do CPF- 845.689.179-72 CI- SSP/860200 PIS - 10860935245, nos



termos do art. 6º da EC 41/03, e art.36 ₤ 1º da Lei Municipal 0.093/06, detentora da matrícula nº 451, ocupante do cargo de provimento efetivo de professor, da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Caçador. a partir de 10 de Maio de 2011.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria especial de professor em caráter integral correspondente a 100% de sua remuneração de contribuição, observada a metodologia de cálculo definida pela Lei Federal nº 10887/4 de espécie com paridade, perfazendo um total de R\$ 2.732,42 mensais, que será pago mensalmente pelo IPASC..

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 10 de Maio de 2011.

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

Portaria N. 417 , de 10 de Maio de 2011.

PORTARIA N. 417 , de 10 de Maio de 2011.

Concede aposentadoria a Claudete Regina Dambros Alves de Oliveira, nos termos do art.6º da EC 41/03

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar, CLAUDETE REGINA DAMBROS ALVES DE OLIVEIRA, portadora do CPF- 449.639.479-00 CI- 10/R 594.552 PIS-10121988462, a partir de 10 de Maio de 2011 nos termos do art.6º da EC 41/03, matrícula nº 290, ocupante do cargo de professora efetiva, da Secretaria de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição, correspondente a 100% dos seus vencimentos de contribuição, totalizando em R\$ 2.281,63 (dois mil duzentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos) mensais, que serão pagos pelo IPASC de acordo com a Legislação

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 10 de Maio de 2011.

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

Portaria n. 418 de 06 de Junho de 2011.

PORTARIA n. 418 de 06 de Junho de 2011.

Concede aposentadoria por Invalidez á SILVALINA TRINDADE SOBIECK, nos termos do art. 40,§1º,I, da Constituição Federal.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar por Invalidez SILVALINA TRINDADE SOBIECK, portadora do CPF- 949.282.609-71 CI-10/C3410395 PIS-12597996729, nos termos do art.40,§1º,I, da CF, matrícula nº 2527, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente da Educação da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez Permanente em caráter proporcional correspondente a 34,06% de sua remuneração de contribuição, no valor de R\$ 217,69, observada a metodologia de cálculo definida pela Lei Federal nº 10887/4 de espécie sem paridade, complementação para atingir o piso salarial cfe. Lei em R\$ 418,31 totalizando o provento mensal em R\$ 636,00 (Seiscentos e trinta e seis reais) que será pago pelo IPASC. A partir de 06 de Junho de 2011.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 06 de Junho de 2011

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

Portaria n.º 415, de 02 Maio de 2011.

PORTARIA n.º 415, de 02 Maio de 2011.

Retifica aposentadoria da Servidora DEJANIRA DE LURDES OLIVEIRA GUERIN.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93/2006, de acordo com o Art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal/88. e cfe. processo nº SPE - 06/00417905 do TCEC

R E S O L V E M:

Art. 1.º - RETIFICAR, a aposentadoria por invalidez, da servidora Pública Municipal DEJANIRA DE LURDES OLIVEIRA GUERIN, matrícula n.º 3070, ocupante do cargo de Professora, referência 1/A.4, de acordo com a LC nº 07/99, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com proventos proporcionais e sem paridade a serem pagos pelo IPASC, valor de R\$ 803,34 (oitocentos e três reais e trinta e quatro centavos) de acordo com a média 80% das maiores remunerações, porém atualizados os percentuais de reposição salarial o vencimento fica em 1.091,92 (um mil noventa e um reais e noventa e dois centavos) . A partir de 01 de Maio de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 02 de maio de 2011.

FERNANDO SCOLARO

Diretor Presidente.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de Registro de Preços Nº 10/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2011 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2011, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual contratação de mão de obra mecânica para manutenção de veículos leves e caminhões da frota municipal, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PAULI OFICINA MECÂNICA DIESEL LTDA, em decorrência do resultado do processo licitatório nº 45/2011, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

PREÇO REGISTRADO:

Item	Qtde (estimada)	Unid	Descrição	Valor Unitário (Registrado)	Valor Total
01	225	Horas	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças de caminhões	30,00	6.750,00
02	125	Horas	Mão de obra mecânica, para caixa de câmbio, diferencial e motor de caminhões	40,00	5.000,00
08	100	Horas	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para o veículo Micro Onibus Volare Mdz - 2004	30,00	3.000,00

Se houver a necessidade da prestação do serviço no local onde estragou o veículo/caminhão será cobrada a taxa de deslocamento no valor de R\$ 1,20 o quilometro.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWRAZ
Pregoeira

PAULI OFICINA MECÂNICA DIESEL LTDA
Representante legal

Ata de Registro de Preços Nº 11/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2011 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2011, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual contratação de mão de obra mecânica para manutenção de veículos leves da frota municipal, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa AUTO CAR RINALDINHO LTDA, em decorrência do resultado do processo licitatório nº 45/2011, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

PREÇO REGISTRADO

Item	Qtde (estimada)	Unid	Descrição	Valor Unitário (Registrado)	Valor Total
04	250	Horas	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças de veículos leves	17,99	4.497,50

Se houver a necessidade da prestação do serviço no local onde estragou o veículo será cobrada a taxa de deslocamento no valor de R\$ 0,81 o quilometro

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWRAZ
Pregoeira

AUTO CAR RINALDINHO LTDA
Representante legal

Ata de Registro de Preços Nº 12/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2011 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2011, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual contratação de mão de obra mecânica para manutenção de veículos leves e caminhões da frota municipal, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa OFICINA AUTO SERVICE LTDA, em decorrência do resultado do processo licitatório nº 45/2011, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

PREÇO REGISTRADO

Item	Qtde (estimada)	Unid	Descrição	Valor Unitário (Registrado)	Valor Total
08	100	Horas	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para o veículo Besta Grand GS - ano 2004	17,49	1.749,00

Se houver a necessidade da prestação do serviço no local onde estragou o veículo será cobrada a taxa de deslocamento no valor de R\$ 0,96 o quilometro.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.



LUCILAINE MOKFA SCHWRAZ
Pregoeira

OFICINA AUTO SERVICE LTDA
Representante legal

Ata de Registro de Preços Nº 9/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2011 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos quatro dias do mês de maio de 2011, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual para a locação de 01 máquina retroescavadeira 4x4, sem operador, o ano de fabricação da maquina oferecida não poderá ser inferior a 2008, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MAAHS TRANSPORTES LTDA ME em decorrência do resultado do processo licitatório nº 39/2011, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

PREÇO REGISTRADO

Item	Qtde (estimada)	Unid	Descrição	Valor Unitário (Registrado)	Valor Total
01	500	H	LOCAÇÃO DE 01 MÁQUINA RETROESCAVADEIRA 4X4, SEM OPERADOR. O ano de fabricação da maquina não poderá ser inferior a 2008.	29,95	14.975.00

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWRAZ
Pregoeira

MAAHS TRANSPORTES LTDA ME
Representante legal

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Eletrônico Nº 0086/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0086/2011

OBJETO: Aquisição de Gêneros alimentícios, para manutenção das atividades nas Creches, Escolas e pré-escolas Municipais, através do convênio 4087/94-FNDE (PNAE/ PNAP/PNAC), e Recursos Próprio.

ENTREGA E ABERTURA: através do site www.cidadecompras.com.br Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às

14:05 horas do dia 05/07/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:
No endereço www.cidadecompras.com.br
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

Capinzal, 17 de junho de 2011.
PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0022/2011 - FMSC

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2011

OBJETO: Aquisição de Leites Especiais para alimentação e nutrição de crianças de baixo peso, através de distribuição gratuita pelo Fundo Municipal de Saúde durante as atividades do ano de 2011, Recursos Próprios e da Atenção Básica.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 05/07/2011.
MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 17 de junho de 2011.
PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Ediatl 029/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 767 29/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AIJ1300	8767003754	ADILCE MAULLI RABAIOLI	7455/0	218 * I
BZC5843	8767003888	ELOI DOS SANTOS	7455/0	218 * I
DCW6551	8767003813	CLEBER JOSE ROSALEN	7455/0	218 * I
IHF4939	8767003784	NOELI VON BORSTEL	7455/0	218 * I
KJN6530	8767003839	MARLON DOMBROVSKI SAURIN	7463/0	218 * II
LWZ8704	8767003844	EDIONE TEREZINHA KERBER TOLEDO	7455/0	218 * I
LXO0252	8767003798	HELIO ALMIR BORIN	7455/0	218 * I
LYN3234	8767003843	GILMAR CESAR VERGANI	7455/0	218 * I
LYW0968	8767003744	NILSON DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LZH1304	8767003769	CELSO CASSIANO	7455/0	218 * I
LZY5779	8767003775	DELMIR MENEGAS	7455/0	218 * I
LZY7709	8767003746	CELIO ALVES DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MAE6808	8767003833	LORIVAL ANTONIO DE MATOS	7455/0	218 * I
MAK7771	8767003763	IVANOR LEAL DA SILVA	7463/0	218 * II
MAK9016	8767003805	JANETE TEREZINHA DA SILVA PINTO	7463/0	218 * II
MAV5712	8767003869	ARMINDO LUIZ SCOPEL E IVONE REGINA CAMPIONI SCOPEL	7455/0	218 * I
MAZ8504	8767003836	CLEOCIR FATIMA DALAVEQUIA DALAMARIA	7455/0	218 * I
MBT6733	8767003057	IVO FERRI	7455/0	218 * I
MCQ3210	8767003882	LUIZ CARLOS DE ALMEIDA	7455/0	218 * I
MDF3109	8767003809	SIRLEY MOSCHEN	7463/0	218 * II
MDS9393	8767003191	PEDRO ALTAIR QUEVEDO	7463/0	218 * II
MDT8840	8767003761	VICENTE VIGANO	7463/0	218 * II
MEF4316	8767003753	NEOCIR LUIZ BORTOLI	7455/0	218 * I
MEF4316	8767003875	NEOCIR LUIZ BORTOLI	7455/0	218 * I
MEW9381	8767003232	RENATO CESAR HOFFMANN	7455/0	218 * I
MEY7293	8767003793	LINDOMAR DE SOUZA	7455/0	218 * I

MFD5876	8767003757	LOURECI DUARTE	7463/0	218 * II
MGD0553	8767003220	MARIA SIDENEIA RANK	7455/0	218 * I
MGR1365	8767003785	ADRIANO JOSE SCOPEL	7455/0	218 * I
MGR1365	8767003832	ADRIANO JOSE SCOPEL	7455/0	218 * I
MJS9500	8767003369	CARLOS ROBERTO GRUBE	7463/0	218 * II
MUM9846	8767003854	SERGIO JUNGES	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 013/2011

EDITAL Nº 013, DE 30 DE MAIO DE 2011.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, nos meses de março, abril e maio de 2011, nos termos dos Anexos I, II e III.

Capinzal - SC, 30 de maio de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO I**RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL NO MÊS DE MARÇO DE 2011**

ÓRGÃO PROVE-NIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Saúde	02/03/2011	Vigilância Sanitária	13.441,56
Fundo Nacional de Saúde	14/03/2011	PAB – Piso de Atenção Básica – Fixo	30.906,67
Fundo Nacional de Saúde	16/03/2011	Farmácia Básica	8.073,30
Fundo Nacional de Saúde	17/03/2011	PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde	19.992,00
Fundo Nacional de Saúde	17/03/2011	Programa Estratégia Saúde da Família – ESF	19.200,00
Fundo Nacional de Saúde	17/03/2011	Saúde Bucal	2.000,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	21/03/2011	Salário Educação	39.936,35
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	30/03/2011	PNAE - Merenda Pré-Escolar	4.212,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	30/03/2011	PNAE - Merenda Creche	2.688,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	30/03/2011	PNAE – Ensino Fundamental	8.166,00

ANEXO II**RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL****NO MÊS DE ABRIL DE 2011**

ÓRGÃO PROVE-NIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/04/2011	PNATE – Ensino Fundamental	6.297,36
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/04/2011	PNATE – Ensino Infantil	1.021,94
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/04/2011	PNATE – Ensino Médio	1.919,59
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	08/04/2011	PNAE - Merenda Pré-Escolar	4.212,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	08/04/2011	PNAE - Merenda Creche	2.688,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	11/04/2011	PNAE – Ensino Fundamental	8.166,00
Fundo Nacional de Saúde	11/04/2011	PAB - Piso de Atenção Básica	30.906,67
Fundo Nacional de Saúde	14/04/2011	Saúde Bucal	2.000,00
Fundo Nacional de Saúde	14/04/2011	Programa Estratégia Saúde da Família – ESF	19.200,00
Fundo Nacional de Saúde	14/04/2011	PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde	19.992,00
Fundo Nacional de Saúde	19/04/2011	Farmácia Básica -	3.500,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	25/04/2011	Salário Educação	39.928,88
Fundo Nacional de Saúde	27/04/2011	Farmácia Básica	8.073,30

ANEXO III**RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL NO MÊS DE MAIO DE 2011**

ÓRGÃO PROVE-NIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	03/05/2011	PNATE – Ensino Fundamental	6.297,36
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	03/05/2011	PNATE – Ensino Infantil	1.021,94
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	03/05/2011	PNATE – Ensino Médio	2.416,75

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/05/2011	PNAE - Merenda Pré-Escolar	4.212,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/05/2011	PNAE - Merenda Creche	2.688,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/05/2011	PNAE – Ensino Fundamental	8.166,00
Fundo Nacional de Saúde	11/05/2011	Farmácia Básica	8.073,30
Fundo Nacional de Saúde	16/05/2011	PAB - Piso de Atenção Básica	30.906,67
Fundo Nacional de Saúde	16/05/2011	PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde	19.992,00
Fundo Nacional de Saúde	20/05/2011	Programa Estratégia Saúde da Família – ESF	19.200,00
Fundo nacional de Saúde	20/05/2011	Saúde Bucal	2.000,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	23/05/2011	Salário Educação	39.015,29

Edital 016/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 767 16/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CHE7315	8767002453	MARLI RODRIGUES DA SILVA	7463/0	218 * II
MAT5666	8767002082	LUCIANA DA SILVA	7455/0	218 * I
MBF3521	8767001265	CLORINDA DAMBROS	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 017/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 767 17/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
IJZ7733	8767000800	DELICIO ANTONIO BAZZI	7455/0	218 * I
IJZ7733	8767000903	DELICIO ANTONIO BAZZI	7455/0	218 * I
LWT6255	8767000682	HEIDI MARA DALPOSSO	7455/0	218 * I
MCP4820	8767000650	EDMILSON SIEBRA SILVA	7455/0	218 * I
MCP4820	8767000884	EDMILSON SIEBRA SILVA	7455/0	218 * I
MF6271	8767001052	SIMONE IFFERT ROCHA	7455/0	218 * I
MGG6468	8767000146	OSMAR JOSE CAPELETI	7455/0	218 * I
MGG6468	8767001123	OSMAR JOSE CAPELETI	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 018/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 767 18/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ADX3383	8767002579	EURICO MATOS DE AZEREDO	7455/0	218 * I
BUK6931	8767002516	JAIR ZINI	7455/0	218 * I
COY5410	8767002387	OLIR BALBINOT	7455/0	218 * I
IBZ3250	8767002558	ALFEU STOPASSOLA FILHO	7455/0	218 * I
IGC6387	8767002374	MARCIA ELISE MORESCO	7455/0	218 * I
IGS7234	8767002378	AUGUSTO RODRIGUES FRANCA	7455/0	218 * I
IHM6857	8767002092	BENJAMIM DE SOUZA	7463/0	218 * II
LYU8094	8767002423	CELSE LUIZ BELOTTO	7455/0	218 * I
LZX2163	8767002549	CLOVIS COLOMBO	7455/0	218 * I
LZZ0457	8767002364	ZACARIAS AGUSTINHO TESSARO	7455/0	218 * I
MAL8829	8767002489	SANDRA TEREZINHA COUSSOU	7455/0	218 * I
MAQ2295	8767002382	EDER CAMARGO NUNES	7455/0	218 * I
MAT5666	8767002350	LUCIANA DA SILVA	7455/0	218 * I
MAZ5175	8767002607	GLAUCIA MARA COLLE	7455/0	218 * I
MBU8902	8767002473	LEANDRO CARLOS MENEGAT	7455/0	218 * I
MCJ4162	8767002581	IVONEI CAMPIONI	7455/0	218 * I
MCO5685	8767002621	NELSI CROSS	7463/0	218 * II
MCX1786	8767002408	DIRCEO ANTONIO FOCESATO	7471/0	218 * III
MCX1786	8767002414	DIRCEO ANTONIO FOCESATO	7455/0	218 * I
MDR8894	8767002569	CONSTRUTORA CIDADE ALTA LTDA	7455/0	218 * I
MEC1210	8767002355	NEUZA MARIA ALVES DE OLIVEIRA GANZALA	7455/0	218 * I
MEF0361	8767002483	JOAO PEDRO DE ANDRADE	7463/0	218 * II
MES1246	8767002537	LEONIO CESAR NARDI	7455/0	218 * I
MFG8920	8767002594	MARCELO ZAGONEL	7463/0	218 * II
MGA0460	8767002517	RUDINEI PAULO RIGO	7463/0	218 * II
MGA0460	8767002589	RUDINEI PAULO RIGO	7455/0	218 * I

MGA8450	8767002396	PEDRO FRANCISCO DA SILVA NETO	7455/0	218 * I
MGC8493	8767002091	ROSANGELA VIEIRA	7455/0	218 * I
MGG6362	8767002520	AGROCERTO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	7455/0	218 * I
MHE7594	8767002588	SALETE JAVORSKI	7463/0	218 * II
MMJ4050	8767002602	LUIZ CARLOS ANDRIONI	7455/0	218 * I
MNU1966	8767002624	JOAO PLINIO DE VARGAS	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 019/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 767 19/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ADH4385	8767001414	ARI ANTONIO MANGOLT	7455/0	218 * I
IFW5323	8767000924	RENI TADEU LOPES DE ALBUQUERQUE	7455/0	218 * I
MAK0624	8767001099	EZEQUIEL MAICON BOFF	7463/0	218 * II
MCP4820	8767000986	EDMILSON SIEBRA SILVA	7463/0	218 * II
MCS6035	8767001401	ROSELAINÉ DA ROSA	7471/0	218 * III
MDG7744	8767000900	AVELINO RABAIOLI	7455/0	218 * I
MDU0811	8767001312	GILBERTO WEBER	7455/0	218 * I
MDW1723	8767001298	OMAR DA SILVA	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 020.2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 767 20/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJX9967	8767002437	AMILTON ANTONIO DE LAZARO	7455/0	218 * I
AKP0658	8767002653	CLECIO PESSOLE	7463/0	218 * II
GTC9853	8767002643	MICHELI CRISTINA MEDEIROS	7463/0	218 * II
LZX0466	8767002440	VALDECIR JOSE SPIRONELLO	7463/0	218 * II
MAB6186	8767002682	VALTER LUIZ PILATI	7471/0	218 * III
MDG3680	8767002656	JOSE BARBI SA IND E COM	7455/0	218 * I
MDM5475	8767002630	IVONETE RECALCATTI	7463/0	218 * II
MEF0361	8767002687	JOAO PEDRO DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MFG8920	8767002631	MARCELO ZAGONEL	7455/0	218 * I
MUL2162	8767002646	JANETE ANDRADE	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 021/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 767 21/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABG7917	8767002616	MARIVONE NARDI	7455/0	218 * I
ACA2952	8767003108	MARILDA TEREZINHA PAGNONCELLI	7455/0	218 * I
ACD5791	8767002825	GILVANO MACHADO	7455/0	218 * I
AFV9067	8767002531	MATEUS SIMIONE	7463/0	218 * II
AGJ7346	8767002999	JEFERSON SAIDENFUS DE ANDRADE	7455/0	218 * I
AHX2434	8767002710	EDSON MORO	7455/0	218 * I
AIA3797	8767002749	ISAIR IVANDO COUSSEAU	7455/0	218 * I
ANJ0165	8767002715	ESTERLEI MACIEL	7463/0	218 * II
AQP2000	8767003098	GERSON BARBIERI	7455/0	218 * I
ASY0430	8767002982	CARLA TEREZINHA GIUMBELLI BOARETO	7463/0	218 * II
AZA1700	8767003129	JAIR ANTONIO MAZZIERO	7455/0	218 * I
BKN0662	8767003010	JOSE CARLOS BATISTA	7455/0	218 * I
BMV3189	8767002745	LUCIANO JOSE BAZZI	7455/0	218 * I
BON4284	8767002827	EDESIO BORGES	7455/0	218 * I
BUE9199	8767002853	EUJAMES SARTORI	7471/0	218 * III
BUQ9367	8767002833	JAIR ANTONIO MARTINS DE JESUS	7455/0	218 * I
BZV0332	8767002690	CLAUDIA MARGARIDA BATISTA FOGACA DE LIMA	7463/0	218 * II
BZY8025	8767002924	JOSE DA COSTA	7455/0	218 * I
CHW1218	8767003055	VALDOMIRO VITAL RODRIGUES	7455/0	218 * I
CXX5466	8767003023	CASSIA CALANE NARDI	7463/0	218 * II
IBZ3250	8767002894	ALFEU STOPASSOLA FILHO	7455/0	218 * I
IEY1533	8767002854	GLAUCIA CORREA DA SILVA	7463/0	218 * II
IGH2152	8767003041	EZEQUIEL ROBERTO RECH	7455/0	218 * I
IIE5000	8767002828	ANGELO CRIVELATTI	7455/0	218 * I
IMJ1431	8767002683	CLEUTOR SCHNEIDER	7471/0	218 * III
INB8068	8767003061	RAFAEL RIEDI	7455/0	218 * I

JZM2688	8767002850	VALDECIR BAZZO	7463/0	218 * II
KIN2709	8767002939	IVO TOLEDO	7471/0	218 * III
LWW2043	8767003128	LUDOVINO BARETTA	7455/0	218 * I
LWW4955	8767002632	MOACIR OSORIO CORDEIRO	7455/0	218 * I
LXD6779	8767002564	JOSE ORLEANS FERNANDES DA SILVA	7463/0	218 * II
LXG0586	8767002831	ANA PAULA DA SILVA SARTURI	7463/0	218 * II
LXG5755	8767002808	MARCOS JUSTINO DE ANDRADE	7463/0	218 * II
LXG7130	8767002852	ALESSANDRA RITA FACCIN CONTINI	7455/0	218 * I
LXG8774	8767002914	JOSE ADAO DE SOUZA	7455/0	218 * I
LXO0252	8767003051	HELIO ALMIR BORIN	7455/0	218 * I
LXO8053	8767002798	ECLAIR ROGERIO DA SILVA	7455/0	218 * I
LXT0743	8767002664	ANGELO FRANCISCO FRACARO	7463/0	218 * II
LXW3109	8767002896	ROBERSON DEMITRIUS PEZZI	7455/0	218 * I
LXY7520	8767002843	SANDRO DE MOURA BORGES	7463/0	218 * II
LXZ1412	8767003026	MARIA PERI	7455/0	218 * I
LYP7635	8767002645	DARLAN CERVELIN	7455/0	218 * I
LYV1118	8767003001	ANILDO PEREIRA DA SILVA	7455/0	218 * I
LZJ2352	8767003067	CAMILA ROSTIROLLA	7455/0	218 * I
LZK7816	8767003064	FERNANDO ROCH CORONETTI	7455/0	218 * I
MAA6182	8767003019	MARCOS DEVERAS	7455/0	218 * I
MAC3873	8767002829	OSCAR RIBEIRO	7455/0	218 * I
MAE3026	8767002872	SANDRA MARA JUNGES	7455/0	218 * I
MAJ5491	8767003015	LAURA INEZ GARCIA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MAJ5981	8767002921	HUGO WUNDER	7455/0	218 * I
MAM3720	8767002565	VITALINO COLOMBO	7455/0	218 * I
MAM3720	8767002577	VITALINO COLOMBO	7455/0	218 * I
MBI4257	8767002686	SEVERINO ANTONIO CORONETTI	7455/0	218 * I
MBU1537	8767002901	JULIANO PEREIRA	7455/0	218 * I
MCC1708	8767002739	GILMAR MARQUES DE MELO	7455/0	218 * I
MCD7496	8767003104	IVONE ROSA BONAMIGO DE ARAUJO	7455/0	218 * I
MCN4874	8767003021	LUCIA MARIA TEIXEIRA DE ALCANTARA	7455/0	218 * I
MCQ7531	8767002550	RUDINEI MENEGAT	7455/0	218 * I
MCT2207	8767003047	ORIDES GONCALVES	7463/0	218 * II
MDE0571	8767002705	RODRIGO SILVA	7471/0	218 * III
MDF0509	8767002928	EVERALDO WEBER	7455/0	218 * I
MDO7160	8767002889	OSVALDINO SURDI	7455/0	218 * I
MDR8894	8767003109	CONSTRUTORA CIDADE ALTA LTDA	7455/0	218 * I

MDS8396	8767003091	JAMIR DE ARAUJO	7455/0	218 * I
MEC1210	8767002691	NEUZA MARIA ALVES DE OLIVEIRA GANZALA	7455/0	218 * I
MEG5397	8767002642	DIEGO KUCZKOWSKI	7463/0	218 * II
MEM3378	8767003088	JUNIOR ALFEU MEDEIROS DE ALMEIDA	7455/0	218 * I
MFG9517	8767003093	SIRLEI SARTORI	7463/0	218 * II
MFV7280	8767002684	LORENA MARISA DE VARGAS VIEIRA	7455/0	218 * I
MGD5675	8767002917	ROBSON LUIZ BARETTA	7463/0	218 * II
MGI8129	8767002900	MARCIEL RODRIGO NORA	7455/0	218 * I
MGI8129	8767003006	MARCIEL RODRIGO NORA	7455/0	218 * I
MGL4603	8767002566	VALMIR CARPES	7455/0	218 * I
MGZ1251	8767002493	LEODIR LUIZ ANDREONI	7455/0	218 * I
MHV3170	8767003072	JAQUELINE LOVATEL	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 022/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 767 22/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
GUJ8531	8767002484	ANDREIA MARTINS TAVARES	7455/0	218 * I
MCD6377	8767002482	SELENA PEREIRA RAMOS	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 023/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 767 23/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AGH4932	8767002622	TEREZINHA HELENA DA LUZ MANTOVANI	7455/0	218 * I
AHW9798	8767002596	JANIR VARELA ANTUNES	7455/0	218 * I
AHY5256	8767002277	DEJAIR MENDES RODRIGUES	7455/0	218 * I
BIA2546	8767002545	VALDIR PEREIRA GOIS	7455/0	218 * I
CBO2379	8767002868	DEONILDO CARVALHO DA SILVA	7471/0	218 * III
JZM2688	8767003178	VALDECIR BAZZO	7455/0	218 * I
LXK9437	8767002627	OSNI RODRIGUES DA ROSA	7455/0	218 * I
LXV7815	8767002506	KLEBER DOS SANTOS CANGIRANA	7471/0	218 * III
LYB0347	8767002500	CLAIR HUBNER	7455/0	218 * I
LYG2357	8767002650	JOSE CARLOS ARBUGERI	7455/0	218 * I
LYG3948	8767002707	TATIANE TEREZINHA CORREA	7455/0	218 * I
LYI6860	8767002518	NILVO MARTINAZZO	7455/0	218 * I
LYI6860	8767002810	NILVO MARTINAZZO	7455/0	218 * I
LYK1638	8767002580	ALDERICO PEREIRA	7455/0	218 * I
LYM8159	8767002599	EJICELA NEIDE SOUZA DUARTE	7455/0	218 * I
LYQ4742	8767002474	VANIR LUIZ TONIELO	7455/0	218 * I
LYT7516	8767002573	ALFREDO GERALDO FRANKE	7455/0	218 * I
LZC8605	8767002582	VANIO ANTONIO DA SILVA	7455/0	218 * I
LZF6972	8767002486	SONIA MARIA ZUANAZZI	7455/0	218 * I
LZR5286	8767002819	VALMIR ANTONIO DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
LZR7893	8767002476	TRANSPORTES NN LTDA ME	7455/0	218 * I
MAB6186	8767003154	VALTER LUIZ PILATI	7455/0	218 * I
MAG4738	8767002534	ISAIAS HASKEL	7455/0	218 * I
MAM0912	8767002981	FRANCISCO DA SILVA	7455/0	218 * I
MAP9712	8767002666	AMARILDO FABIANO	7455/0	218 * I
MAV2548	8767002475	JOEL ANTONIO DE ANDRADE	7455/0	218 * I

MAV2548	8767002679	JOEL ANTONIO DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MAZ3179	8767002379	JOCELI SILVA DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MBB4704	8767002600	MARISA APARECIDA FIDENCIO LOPES	7455/0	218 * I
MBE8084	8767002864	MARIA MARTINAZZO	7455/0	218 * I
MBV4449	8767002513	FABIANO CLEIN	7455/0	218 * I
MBZ5317	8767002692	MARIO JOSE DE CAMARGO	7463/0	218 * II
MCF2520	8767002908	LISIA FERREIRA NHAIA	7455/0	218 * I
MCF7433	8767002061	FABIANO FILIPPIN	7455/0	218 * I
MCG2569	8767003221	KAMILA DA ROSA BUGANCA	7455/0	218 * I
MCT7674	8767002456	OILSON JOAO WAGNER	7455/0	218 * I
MDD8580	8767002614	JUREMA MARTINAZZO PETTER	7455/0	218 * I
MDI7699	8767003177	VALDIR TENUTTI	7455/0	218 * I
MDN5738	8767002422	PEDRO DIVALDO DO AMARAL	7455/0	218 * I
MDR8894	8767003146	CONSTRUTORA CIDADE ALTA LTDA	7463/0	218 * II
MEK6884	8767002505	FABIO RODRIGO DE MELLO	7463/0	218 * II
MEQ6363	8767002893	ANTONIO CAMAROTO	7471/0	218 * III
MEQ7048	8767002351	VITOR JOAO FACCIN	7455/0	218 * I
MEW3928	8767003081	DECORPEL CENTRO DISTRIBUIDOR DE PAPEL LTDA	7455/0	218 * I
MFG9517	8767003210	SIRLEI SARTORI	7455/0	218 * I
MFV6411	8767002356	IVALDO ANTONIO COSTA	7455/0	218 * I
MGE2185	8767002435	RUI TELMO DA FONSECA	7455/0	218 * I
MGI5482	8767002677	RENATO THOMAZ	7455/0	218 * I
MUT6528	8767002583	ANICIA SCHNEIDER DICKEL	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 024/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 767 24/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ADQ0138	8767000781	SANDRO BASEGGIO	7463/0	218 * II
GSK9809	8767002495	SOLANGE MATIOLLO E TERESINHA ANA SLAVIERO MATIOLL	7455/0	218 * I
ICN3345	8767002049	LENOIR ANTONIO MENDA DA SILVA	7455/0	218 * I
JFE6203	8767002274	ALEXANDRE MAYER	7455/0	218 * I
LXS2976	8767002254	ERASINO BELOTO	7455/0	218 * I
LYE9800	8767002043	ADAO LUIZ DA SILVA	7455/0	218 * I
MAL3793	8767001329	ELEANDRO FACCIN	7455/0	218 * I
MBV0760	8767001313	ROSALINO EDGAR SCHUMANN	7455/0	218 * I
MFO6342	8767000836	MAULI TUR LTDA ME	7455/0	218 * I
MFO6342	8767000962	MAULI TUR LTDA ME	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 025/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 767 25/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ADX3383	8767003475	EURICO MATOS DE AZEREDO	7455/0	218 * I
AEV6458	8767003401	GRASIANI MATIELO	7463/0	218 * II
AGH8468	8767003307	JOSE CARLOS DALSOTO	7455/0	218 * I
AGV2844	8767003477	GIOVANI RAMPON	7455/0	218 * I
AIJ1300	8767003353	ADILCE MAULLI RABAIOLI	7463/0	218 * II
AJU6652	8767003336	RAFAEL FILBERT	7455/0	218 * I
AKK3605	8767003359	CLAUDIO MARINOSKI JUNIOR	7455/0	218 * I
AKL9746	8767003339	LUCIA MARILISE PECH	7455/0	218 * I
BFD1079	8767003427	ANTONIO RAMOS DA SILVA	7455/0	218 * I
BGY0915	8767003242	ROSANGELA APARECIDA BUGANCA TONIN	7471/0	218 * III
BGY0915	8767003387	ROSANGELA APARECIDA BUGANCA TONIN	7455/0	218 * I
BJL9234	8767003559	SERGIO DIVINO BANDEIRA	7463/0	218 * II
BNU2409	8767003358	DALMI LOPES RODRIGUES	7455/0	218 * I
BZY8025	8767003320	JOSE DA COSTA	7455/0	218 * I
CTK7649	8767003323	INACIO DORACI PETRY	7455/0	218 * I
IFY7800	8767003584	JAIR LUIZ TAPARO	7455/0	218 * I
ILB3192	8767003454	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	7455/0	218 * I
ILE8235	8767003373	SEVENIR LOVATEL	7455/0	218 * I
JZM2688	8767003553	VALDECIR BAZZO	7455/0	218 * I
KKO3142	8767003542	ADELIRIO CARVALHO DA SILVA	7455/0	218 * I
LNМ9568	8767003502	ALFREDO DA SILVA	7455/0	218 * I
LWT8838	8767003425	TERESINHA FATIMA VILARINO FAGUNDES	7455/0	218 * I
LWY6365	8767003561	GILSON PELOZATO	7455/0	218 * I
LXE2033	8767003564	ALCIDO JUNG	7463/0	218 * II
LXM6979	8767002772	DANIELA CRISTINA COSTA	7455/0	218 * I
LXT4201	8767003406	GILSON LEMES DA SILVA	7455/0	218 * I

LYD9777	8767003405	SIMONE BACKES	7455/0	218 * I
LYD9777	8767003410	SIMONE BACKES	7455/0	218 * I
LYG4880	8767003391	RUBENS DAMBROS	7463/0	218 * II
LYS5610	8767003574	SEVERINO NORA	7455/0	218 * I
LYS5610	8767003592	SEVERINO NORA	7455/0	218 * I
LYU3865	8767003343	CLEONICE FATIMA ROSA	7455/0	218 * I
LZC3108	8767003125	JOAO FONGARO	7455/0	218 * I
LZF2866	8767003258	CLEITON CESAR DE SOUZA	7455/0	218 * I
LZW4523	8767003438	AGHINALDO ANTONIO GANZALLA	7455/0	218 * I
MAJ5491	8767003411	LAURA INEZ GARCIA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MAJ7512	8767003349	OLIMPIO VON BORSTEL	7455/0	218 * I
MAK0483	8767003461	JUCELEI APARECIDA LUZ	7455/0	218 * I
MAX9942	8767003316	JAN MAQUIEL RECH	7455/0	218 * I
MBL7902	8767003453	EDEMAR GONCALINO DA SILVA	7455/0	218 * I
MCB6340	8767003532	ALCIDES CASSUBA	7463/0	218 * II
MCS9804	8767003416	ALCIDES FERNANDES DA SILVA	7455/0	218 * I
MCZ4936	8767003314	TENAIR JUNIOR MICHELOTTO	7455/0	218 * I
MCZ7460	8767003385	NERY JOAO SPEGGIORIN	7463/0	218 * II
MDS5647	8767003479	SUELI BRESSAN	7463/0	218 * II
MDS8396	8767003486	JAMIR DE ARAUJO	7455/0	218 * I
MDW8270	8767003124	PANSERA REFLORESTAMENTO E SERVICOS GERAIS LTDA	7471/0	218 * III
MEF0361	8767003412	JOAO PEDRO DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MEF0361	8767003493	JOAO PEDRO DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MEF4316	8767003474	NEOCIR LUIZ BORTOLI	7455/0	218 * I
MEF8859	8767003393	BRASIL BARBOSA SERVICOS LTDA	7463/0	218 * II
MEH0720	8767003498	MECANICA A.P. LTDA ME	7455/0	218 * I
MFG9517	8767003332	SIRLEI SARTORI	7455/0	218 * I
MFG9517	8767003426	SIRLEI SARTORI	7455/0	218 * I
MFI8699	8767003048	CARLOS ALEXANDRE RAYZEL DE SOUZA	7455/0	218 * I
MFK1729	8767003312	ADELINHO ALVES DA SILVA	7463/0	218 * II
MFP8688	8767003324	DALCINEU MENEGAZ	7463/0	218 * II
MHK1170	8767003086	JOSE MATIAS FORTUNATO	7455/0	218 * I
MVB3521	8767003305	SILVIO PADILHA	7463/0	218 * II
MVI1319	8767003133	MATEUS STOPASSOLA	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 026/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 767 26/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AFE7566	8767002625	LEONILDO MORO	7455/0	218 * I
LZD4211	8767002457	CELSON LUIZ ALBERTI JUNIOR	7455/0	218 * I
MCI1915	8767002669	ELIZETE DA SILVA SOUZA	7455/0	218 * I
MCK4098	8767002685	FABIANO CLEIN	7455/0	218 * I
MEW3722	8767002638	TEREZA PEROTO BOF	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 027/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 767 27/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABI5691	8767003209	MARCIO PEDRO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
ACN4692	8767003738	ADAO ALVES DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ADW3655	8767003194	LEONIR BALBINOT	7455/0	218 * I
AEH7603	8767002862	MARLI ZANATTA	7455/0	218 * I
AEY0835	8767003691	LUIZ CARLOS CORREIA	7463/0	218 * II
AFE7509	8767002764	DIRCE SCHMIDT FORTE DAROS	7463/0	218 * II
AJK1175	8767003038	VANDERLEI DE SOUZA CUSTODIO	7455/0	218 * I
AMD0532	8767003203	VANDERLEI BERNARDI	7463/0	218 * II
BNU2409	8767003669	DALMI LOPES RODRIGUES	7455/0	218 * I
CIJ1838	8767002867	VITORIO CASSEL	7455/0	218 * I
CMR8090	8767002662	BENITO JOSE CAMPIONI	7455/0	218 * I
DAD7640	8767003169	ADAO DE MATTOS	7455/0	218 * I
IGC6387	8767002801	MARCIA ELISE MORESCO	7455/0	218 * I
IHG5767	8767003663	ALEXANDRE VARGAS	7455/0	218 * I
IIF5821	8767003670	ELEDIR SALETE PERI	7455/0	218 * I
IMK7208	8767002754	JOSIANE MACHADO	7471/0	218 * III
JEC1037	8767003729	CLARI ROSA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
KIV3964	8767003161	ANTONIO LIMA	7455/0	218 * I
KLE9503	8767002709	ERNESTINA FATIMA WASEN	7463/0	218 * II
LJS1572	8767002797	ESPEDITO FRIGO	7455/0	218 * I
LWZ4432	8767002815	JAIR URBANO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LXG8774	8767003197	JOSE ADAO DE SOUZA	7455/0	218 * I
LXM7092	8767002672	VALDELIR GUERREIRO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LXV0472	8767003712	LUIZ CEZAR SCHAUREN	7463/0	218 * II
LYG4880	8767003637	RUBENS DAMBROS	7455/0	218 * I
LYP8319	8767002804	ITACIR RECK	7455/0	218 * I

LYR4107	8767002811	NEIDE APARECIDA CORREA DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LYZ6876	8767003690	PATRICIA FERREIRA BATISTA	7463/0	218 * II
LYZ7068	8767002784	LEANDRO BONAMIGO	7455/0	218 * I
LZF0857	8767002925	WALDOMIRO LOPES RODRIGUES	7455/0	218 * I
LZF1804	8767002958	VANDER RECH	7463/0	218 * II
LZI7658	8767002931	ODAIR JOSE BARBIERI	7455/0	218 * I
LZO7233	8767002712	EDINEI DA SILVA ROSSETE	7455/0	218 * I
LZO7445	8767003213	CIRO RECH	7463/0	218 * II
LZQ0536	8767003224	ALCIDES MARIO MASSUCATO	7455/0	218 * I
LZW6043	8767003730	FERNANDO PELENTIR	7455/0	218 * I
LZY8984	8767003693	NELITO BARETTA	7455/0	218 * I
LZZ6695	8767003192	LEONORIO LEONILDO BORIN	7455/0	218 * I
MAB3518	8767002740	SILVINO JOSE ZENARO	7455/0	218 * I
MAB6186	8767003639	VALTER LUIZ PILATI	7463/0	218 * II
MAJ9112	8767003728	NEOMAR DE MELO	7463/0	218 * II
MAL6573	8767002813	IDAMIR DA ROSA	7455/0	218 * I
MAM2873	8767003719	ROZELIO PASQUALI	7455/0	218 * I
MAW0199	8767003202	AUGUSTINHO COSTA	7455/0	218 * I
MBU3553	8767002674	JOAO LEOMAR TEIXEIRA	7455/0	218 * I
MCC1708	8767003211	GILMAR MARQUES DE MELO	7463/0	218 * II
MCM9180	8767002890	HARRI EGGERS	7455/0	218 * I
MCR1940	8767002778	AVELINO MENDES DE OLIVEIRA	7471/0	218 * III
MCZ4980	8767003667	ALEXANDRA APARECIDA MATTOS	7455/0	218 * I
MDL1717	8767002773	CLAUDIO AMORIM DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MDS8396	8767003649	JAMIR DE ARAUJO	7455/0	218 * I
MDY9664	8767003725	HELSON CEOLLA	7455/0	218 * I
MEF0361	8767003731	JOAO PEDRO DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MEF4316	8767003617	NEOCIR LUIZ BORTOLI	7455/0	218 * I
MEH0720	8767003646	MECANICA A.P. LTDA ME	7455/0	218 * I
MFF4725	8767002923	VALCIR FRIGO	7455/0	218 * I
MFN8470	8767003680	ANGELA FATIMA DE SOUZA	7463/0	218 * II
MFO6549	8767003697	RUBENS RENATO MODENA	7455/0	218 * I
MFS4850	8767002967	LURDES MARIA BORIN FACCIN	7463/0	218 * II
MGL4603	8767002953	VALMIR CARPES	7455/0	218 * I
MHI0792	8767002800	CLEUDES BERTUSSO	7455/0	218 * I
MKP4949	8767002960	LIZIANY DAMBROS ROSSA	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 028/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 767 28/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MAK0624	8767002444	EZEQUIEL MAICON BOFF	7455/0	218 * I
MBD9947	8767002747	CLAUDEMIR ANTONIO DA SILVA	7455/0	218 * I
MCB7400	8767002880	ROBERTO ANTONIO ALVES	7455/0	218 * I
MCV9055	8767002799	SERGIO MARTINELLI	7455/0	218 * I
MHF2743	8767002561	IDEVINO JOSE CORDEIRO	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 030/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 767 30/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MAG1327	8767002791	CESAR TOALDO	7471/0	218 * III
MEH9603	8767002818	CESAR TOALDO	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 031/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 767 31/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
HWB7462	8767003551	LUIS HENRIQUE DA ROSA	7463/0	218 * II
LWW2043	8767003819	LUDOVINO BARETTA	7455/0	218 * I
LWW8885	8767003983	JULIO CESAR MACHADO	7471/0	218 * III
LYZ8539	8767003947	EDUARDO ALVES	7455/0	218 * I
MAR3949	8767003512	GILMAR AUGUSTINHO DO AMARAL	7463/0	218 * II
MEU0599	8767003895	JANDIRA RODRIGUES FERNANDES	7455/0	218 * I
MEY7293	8767003916	LINDOMAR DE SOUZA	7463/0	218 * II
MFT2383	8767003966	SERGIO GARCIA DE MOURA E EDINEI RECH	7455/0	218 * I
MHJ4875	8767003783	GENOR ABATI	7455/0	218 * I
MHJ4875	8767003868	GENOR ABATI	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 032/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 767 32/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LYY0793	8767000253	CLAUDINEIA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MBQ0722	8767000314	SIDNEI ANTONIO ROSA	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 033/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 767 33/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AHY5256	8767003290	DEJAIR MENDES RODRIGUES	7455/0	218 * I
AIA1317	8767004058	JACINTO VILMAR GOMES	7463/0	218 * II
AIM0952	8767004211	LAURO SCHNEIDER	7455/0	218 * I
LXL1115	8767004121	CELESTE FRACARO	7455/0	218 * I
LYP7635	8767004034	DARLAN CERVELIN	7455/0	218 * I
MAZ3179	8767003302	JOCELI SILVA DE ANDRADE	7463/0	218 * II
MEE9179	8767004064	JAIR CONTINI	7463/0	218 * II
MEK6884	8767004144	FABIO RODRIGO DE MELLO	7455/0	218 * I
MFW4478	8767003309	AROLDI ANTONIO BARISON	7455/0	218 * I
MHJ4215	8767003762	ANDRIZA CENTOFANTE	7463/0	218 * II
MIA8620	8767003267	LUIZ FRANCISCO WAGNER JUNIOR	7455/0	218 * I
MVF9701	8767003252	SERGIO DE SOUZA	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 034/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 767 34/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
DIN5122	8767003699	JARLES LUIS THUMS	7455/0	218 * I
LZT6249	8767003090	EDSON LUIZ TESSARO	7455/0	218 * I
MAO7371	8767003079	MARCIA JAQUELINE DE MENEZES	7455/0	218 * I
MBE8084	8767003837	MARIA MARTINAZZO	7463/0	218 * II
MDQ5304	8767003184	VOLMIR JOSE LAMPERTI	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 035/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 767 35/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACO5075	8767004085	LUIS CARLOS VASCONCELOS	7455/0	218 * I
ACV4619	8767003394	CESANIR LOPES	7455/0	218 * I
ADH4385	8767003908	ARI ANTONIO MANGOLT	7455/0	218 * I
AFC2989	8767004541	EDESIO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
AFC2989	8767004568	EDESIO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
AFE7509	8767003673	DIRCE SCHMIDT FORTE DAROS	7455/0	218 * I
AFP9336	8767003846	ELEZEU FLORENCIO	7455/0	218 * I
AHE6554	8767003993	TIAGO REZENDE	7463/0	218 * II
AII5229	8767004163	MIGUELINA MACIEL	7455/0	218 * I
AII5229	8767004558	MIGUELINA MACIEL	7455/0	218 * I
AJE5331	8767003918	CLUBE DA MARIA FUMACA DE RIO NEGRINHO	7455/0	218 * I
AJE5331	8767004036	CLUBE DA MARIA FUMACA DE RIO NEGRINHO	7455/0	218 * I
ALX4933	8767003976	MARINA FONGARO	7455/0	218 * I
ALX7123	8767003615	VALMIR PISSOLI	7463/0	218 * II
AMO1013	8767003920	ADRIANO RAFAEL ROMAN	7455/0	218 * I
AMV9861	8767003911	JORGE PAULO SAIDENFUS NORONHA	7455/0	218 * I
APM5249	8767003265	KATIA REGINA DA ROSA FERNANDES	7455/0	218 * I
BGP7059	8767003506	GERSON LUIZ DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
BGY9978	8767004157	JAISON FERREIRA DA SILVA URBANO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
BPK8220	8767002262	LAUDELINO SILVA	7455/0	218 * I
CCM9492	8767004158	MARCIO KRAVETCH RATICO	7455/0	218 * I
CFO8959	8767003367	VALDECIR CORVOLAN	7463/0	218 * II
CIG8472	8767003342	LUIS TEOBALDO HOCH	7463/0	218 * II
CWK2453	8767003900	GILMAR BERTELLI PELICCIOLI	7455/0	218 * I
DIA1239	8767003811	RONALDO CESAR DE MATOS	7463/0	218 * II
GXW4585	8767004177	VALCIR DA SILVA	7455/0	218 * I

IDD9183	8767003253	ALDIR ADEMIR KICH	7455/0	218 * I
IDX3185	8767004035	VILSON FERNANDO PAIZ	7455/0	218 * I
IDX3185	8767004137	VILSON FERNANDO PAIZ	7455/0	218 * I
IFE7537	8767003973	LEONILDA DA COSTA RAMOS	7455/0	218 * I
IFZ9646	8767004092	LUIZ CARLOS DE ABREU	7455/0	218 * I
IGZ5703	8767004042	ALCIDIR RAIMUNDO	7455/0	218 * I
IHF4939	8767004046	NOELI VON BORSTEL	7455/0	218 * I
IHF4939	8767004100	NOELI VON BORSTEL	7455/0	218 * I
IIM6346	8767002040	ELZA DE ABREU	7463/0	218 * II
KCJ0011	8767004149	ALTAIR JOSE VAZ	7455/0	218 * I
KIP8849	8767004102	SELEI TEREZINHA CORREA DRUM RODRIGUES	7463/0	218 * II
LWV8032	8767003914	RESENTA TEREZINHA SUTIL	7455/0	218 * I
LWV9758	8767003593	RAIMUNDO RODRIGUES	7455/0	218 * I
LXE2033	8767004166	ALCIDO JUNG	7455/0	218 * I
LXI9666	8767003845	JOAO SERGIO ANTUNES DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LXO0550	8767003520	LAURA GABRIELA BAZZI	7455/0	218 * I
LXO1798	8767001205	SERGIO CARVALHO DA SILVA	7455/0	218 * I
LXY1075	8767004536	MARCELO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LYA4569	8767003630	ADEMIR LUIZ STECKLING	7455/0	218 * I
LYB0739	8767004021	CLESSI DOS REIS	7463/0	218 * II
LYF8951	8767004161	RODRIGO PEREIRA ROHDEN	7463/0	218 * II
LYF8951	8767004187	RODRIGO PEREIRA ROHDEN	7455/0	218 * I
LYI1362	8767003826	ANDRADE CONSTRUCOES LTDA	7463/0	218 * II
LYQ9974	8767002078	IVAN DE JESUS CHAVES	7463/0	218 * II
LYS3467	8767004159	JOSE CLAUDEMIR DOS SANTOS	7463/0	218 * II
LYX5824	8767002046	CLAUDECIR CESAR ARALDI	7455/0	218 * I
LYY7104	8767003861	LIRIO REMI BOTARI	7455/0	218 * I
LZB9728	8767004015	ELENITA BARETTA DE MATOS	7455/0	218 * I
LZF1804	8767003692	VANDER RECH	7463/0	218 * II
LZF1804	8767003720	VANDER RECH	7455/0	218 * I
LZF1804	8767003779	VANDER RECH	7455/0	218 * I
LZF6603	8767002888	CARLOS SANTIAGO DE LA CRUZ OLGUIN	7463/0	218 * II
LZF6972	8767003923	SONIA MARIA ZUANAZZI	7455/0	218 * I
LZJ2352	8767004023	CAMILA ROSTIROLLA	7455/0	218 * I
LZJ3058	8767003704	DELFINA TOIGO HELLT	7455/0	218 * I
LZK8413	8767003389	JOSE ILSE DE FREITAS	7471/0	218 * III
LZO1708	8767003534	JOAO LIONCIO FERREIRA DE CASTRO	7455/0	218 * I

LZO5124	8767001250	ENIO XAVIER CORREA	7455/0	218 * I
LZR8711	8767003727	BERTILO MANTOVANI	7455/0	218 * I
LZW5072	8767003996	JOAO BATISTA DE ANDRADE	7455/0	218 * I
LZW8877	8767003696	SERGIO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LZW8877	8767003799	SERGIO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MAD4938	8767003981	GILMAR JOSE SCAPINI	7455/0	218 * I
MAD9054	8767004008	WILLIAN MANOEL DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MAE9020	8767004553	MERCADO FONSECA E SILVA LTDA	7455/0	218 * I
MAI1226	8767003781	EUGENIO LUIZ REMPEL	7455/0	218 * I
MAJ7512	8767002062	OLIMPIO VON BORSTEL	7463/0	218 * II
MAK6672	8767004029	JOAO CARLOS STRAUSS	7455/0	218 * I
MAM2375	8767001235	ELIZEU STOLFO DA SILVA	7455/0	218 * I
MAO7371	8767003272	MARCIA JAQUELINE DE MENEZES	7455/0	218 * I
MAP2080	8767003718	CELIO CORREIA	7455/0	218 * I
MAU4745	8767004012	DILSON JOSE DA LUZ	7463/0	218 * II
MAV0633	8767003513	JANETE ALBINA CAMPIONI MASSON	7463/0	218 * II
MAW2435	8767003526	EDNIRA LUCIA LATENIK	7455/0	218 * I
MAW7680	8767003269	NAOR VIRGILIO COSTANARO PETRY	7455/0	218 * I
MAY2579	8767001318	JULIO CEZAR COSTA	7463/0	218 * II
MAZ3179	8767003037	JOCELI SILVA DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MAZ3179	8767003042	JOCELI SILVA DE ANDRADE	7463/0	218 * II
MBA7809	8767003709	NELSON BERNART	7455/0	218 * I
MBN1701	8767004201	JANE APARECIDA CARVALHO	7471/0	218 * III
MBO3274	8767003586	FLAVIA SALETE ORO	7463/0	218 * II
MBP3224	8767003961	PEDRO EDEMAR DE ABREU	7463/0	218 * II
MBR6981	8767003524	LINDAMAR BERNART VIGANO	7455/0	218 * I
MBS9788	8767003990	JEFERSON JOAO DE ALMEIDA	7455/0	218 * I
MBU3553	8767000713	JOAO LEOMAR TEIXEIRA	7455/0	218 * I
MCH3127	8767004181	VALDIR FACIM	7455/0	218 * I
MCK6509	8767004017	ALCEU MASSON	7455/0	218 * I
MCT3082	8767003898	PAULO CESAR VIGANO	7455/0	218 * I
MCW3143	8767003870	ELEANDRO RAFAEL ZANCHETTA	7455/0	218 * I
MCW5197	8767004083	MARLO GREIGO MATIELO	7463/0	218 * II
MCX7969	8767002063	CARLOS FILIPINI	7455/0	218 * I
MCZ1842	8767001345	MAXIMINO ANDRE ANTONELO	7463/0	218 * II
MDA0886	8767003507	VALDECIR MASSON	7455/0	218 * I
MDA0886	8767003514	VALDECIR MASSON	7455/0	218 * I

MDA5976	8767003347	EDINA ANA KARPINSKI	7455/0	218 * I
MDE1703	8767002225	SELIA ERODITE CARVALHO	7455/0	218 * I
MDP6815	8767003226	EDSON LUIZ RECH	7455/0	218 * I
MDS8396	8767004566	JAMIR DE ARAUJO	7463/0	218 * II
MDT8272	8767004127	DORACI BAZZO BONATO	7455/0	218 * I
MDU0286	8767004104	EDER ROVER	7455/0	218 * I
MDW9354	8767004209	JOAO BATISTA DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MDZ5548	8767002067	ROBERTO MASSON	7455/0	218 * I
MDZ6935	8767004107	ROSANE SOARES BORGES ZENARO	7463/0	218 * II
MEB5308	8767003848	SERGIO MASSON	7463/0	218 * II
MEC2092	8767003627	JOCEMAR DA SILVA	7455/0	218 * I
MEF0361	8767004076	JOAO PEDRO DE ANDRADE	7463/0	218 * II
MEF0361	8767004212	JOAO PEDRO DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MEF9144	8767003816	MAIRA FEIJO ALMEIDA	7455/0	218 * I
MEF9144	8767003930	MAIRA FEIJO ALMEIDA	7455/0	218 * I
MEH0720	8767004197	MECANICA A.P. LTDA ME	7455/0	218 * I
MEH2510	8767004116	PAULO ROBERTO DEON	7455/0	218 * I
MEH9603	8767004048	CESAR TOALDO	7455/0	218 * I
MEO1576	8767001194	CARLOS CESAR KLATTE SILVEIRA	7455/0	218 * I
MEW6334	8767003889	ROQUE DE SIMAS	7455/0	218 * I
MEW8719	8767003289	IVETE MARIA WATTE	7455/0	218 * I
MEW9263	8767003835	FLAVIO ALBINO KOCH	7455/0	218 * I
MEY7833	8767003748	RICARDO BIFFI	7455/0	218 * I
MEY7833	8767003988	RICARDO BIFFI	7463/0	218 * II
MEY9757	8767003896	LUIZ TOSCAN	7455/0	218 * I
MFC3111	8767003333	ANTONIA ZENI WILBERT	7471/0	218 * III
MFC7079	8767003989	LUIZ CARLOS DA SILVA	7455/0	218 * I
MFD6897	8767004079	ANEMILIO CLOSS	7455/0	218 * I
MFD8513	8767001202	ALEX ALVES DE CARVALHO	7463/0	218 * II
MFO0544	8767003871	RITA DE CASSIA ETGES	7463/0	218 * II
MGA8450	8767004524	PEDRO FRANCISCO DA SILVA NETO	7463/0	218 * II
MGD5675	8767003597	ROBSON LUIZ BARETTA	7455/0	218 * I
MGD5675	8767003876	ROBSON LUIZ BARETTA	7455/0	218 * I
MGG2393	8767003123	SIDNEI CASSUBA	7455/0	218 * I
MGG6468	8767003471	OSMAR JOSE CAPELETI	7455/0	218 * I
MGG9580	8767001274	ANTONIO CARLOS MECABO	7455/0	218 * I
MGI1473	8767003866	VALDEMAR SOUZA	7455/0	218 * I

MGJ2960	8767004176	BENJAMIN HELT	7455/0	218 * I
MGL6854	8767004543	EVERTON ZENI	7455/0	218 * I
MGN7784	8767003758	SERGIO HELT	7455/0	218 * I
MGP4010	8767003338	JOSE ANTONIO DE MORAIS	7455/0	218 * I
MGP8823	8767003662	THIAGO LUIZ BELOTTO	7455/0	218 * I
MGU9803	8767002060	DENISE MARCONATTO	7455/0	218 * I
MGZ0402	8767004178	VALCILEI DIAS PRESTES	7471/0	218 * III
MHC4925	8767003543	LEOCIR SAVARIS	7455/0	218 * I
MHC4925	8767003612	LEOCIR SAVARIS	7455/0	218 * I
MHC7025	8767004055	IVO JOSE TIEPO	7455/0	218 * I
MHD2224	8767002281	THIONE PETERSON DIAS DO AMARAL	7455/0	218 * I
MIB6580	8767003801	CELSO HELT	7455/0	218 * I
MID8820	8767003897	LIANDRA CASSIA ZANETTI	7455/0	218 * I
MJM2410	8767003688	NEUDI ROQUE VALCARENKI	7455/0	218 * I
MUL2162	8767004033	JANETE ANDRADE	7463/0	218 * II
MUL2162	8767004090	JANETE ANDRADE	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 036/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 767 36/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABY0019	8767003291	PEDRO FRACASSO	7463/0	218 * II
AFY1686	8767002865	CESAR JOAO PRANDO	7463/0	218 * II
AGG7951	8767003565	JORGE ADELAR DOS SANTOS	7455/0	218 * I
AKL7718	8767003171	ADEMIR BORGES	7455/0	218 * I
AMF2121	8767002856	MARINEIA BEVILAQUA	7455/0	218 * I
BIC2070	8767003122	TRANSPORTES MARPAFIL LTDA ME	7455/0	218 * I
CMY3634	8767003138	MARIA NAZARO DE MELO	7455/0	218 * I
DFE5859	8767003053	SOELI MARIA BARETA AZEVEDO	7463/0	218 * II
IOB3487	8767003045	AGENOR BIASI E FILHOS LTDA ME	7455/0	218 * I
LXF5157	8767002941	REINALDO DURIGON	7455/0	218 * I
LXT0622	8767003140	CESAR ROQUE TENUTTI	7455/0	218 * I
LZY4774	8767002713	DIOGO ANDRE MASSON	7455/0	218 * I
MBR6981	8767002895	LINDAMAR BERNART VIGANO	7455/0	218 * I
MBV8625	8767002897	SERGIO LUIZ ZUANAZZI	7463/0	218 * II
MBZ5317	8767003029	MARIO JOSE DE CAMARGO	7455/0	218 * I
MCB1158	8767003005	JULIANO BUGANCA	7455/0	218 * I
MEE3563	8767000333	MOACIR BAU	7463/0	218 * II
MEW6334	8767003508	ROQUE DE SIMAS	7455/0	218 * I
MEY6225	8767003573	GERSON TOALDO	7463/0	218 * II
MEZ8710	8767002766	ANTONIA PEREIRA	7463/0	218 * II
MFN8809	8767002519	VENDELINO MECABO	7455/0	218 * I
MFR7893	8767003608	SIRLEI ANDREONI	7463/0	218 * II
MGG7851	8767002659	MARCOS ANTONIO BENELLI JUNIOR	7455/0	218 * I
MGL5935	8767003572	TRANSPORTES COLETIVOS UNIAO DO VALE LTDA ME	7463/0	218 * II
MHA8144	8767003179	T.Z.T ADINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA	7455/0	218 * I
MHY2330	8767003548	NEUSA SCHNEIDER DEITOS	7455/0	218 * I

MJC2828	8767002670	BERTILO MANTOVANI	7455/0	218 * I
MJC2828	8767002790	BERTILO MANTOVANI	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 14 DE JUNHO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato Nº 0078/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0078/2009

Processo Licitatório nº 0037/2009.

Objeto: Prestação de serviços de engenharia sanitária.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula IV do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade de atendimento de coleta de lixo no município de Catanduvas no exercício de 2011, até a realização de um novo processo licitatório e a necessidade de reajustar os valores mensais do contrato originário.

RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até 31 de dezembro de 2011, iniciando em 1º de junho de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - Conforme previsto na "Cláusula 3.4" do contrato, que trata "do reajustamento", os valores mensais seriam corrigidos após um ano, pelo índice do INPC.

CLÁUSULA TERCEIRA - A variação acumulada do índice INPC para o período compreendido entre 1º de junho de 2010 e 31 de maio de 2011 foi de 6,4441% (seis vírgula quarenta e quatro por cento).

CLÁUSULA QUARTA - O valor pago mensalmente de R\$ 19.334,92 (dezenove mil trezentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos), corrigido com o índice de 6,4441%, correspondente a R\$ 1.245,96 (um mil, duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e seis centavos) passa a ser de R\$ 20.580,88 (vinte mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUINTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 31 de maio de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 26/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 26/2011

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC."

- Considerando o Feriado de Corpus Christi próximo vindouro,

- Considerando a economia do erário público;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa

Catarina, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o "ponto" nas repartições públicas municipais, no dia 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo, os serviços emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de junho de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 18/2011, de 16 de Junho de 2011

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 18/2011, DE 16 DE JUNHO DE 2011.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, no Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando:

- o Adendo nº 05/2011 ao Lauto Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Fundação Municipal de Esportes;

- a CI DRH 541/2011, de 15 de junho de 2011, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora EDILENE CONTE CHITOLINA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de junho de 2011.

Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

GIL ARTIFON

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 3/2011 FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2011 - FMEC

Objeto: Contratação de empresas para prestação serviços de

limpeza geral, manutenção e conservação das instalações e arredores do Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, em conformidade com as especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16:00 do dia 01/07/2011.

Abertura: dia 04/07/2011, às 14:00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2125.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2011.

GIL ARTIFON

Superintendente FMEC

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 48/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2011- PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de levantamento topográfico digitalizado, no Município de Concórdia, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "C" e "E", deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 13/07/2011

Abertura: dia 14/07/2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 14 de junho de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Editais de Tomada de Preços Nº 19/2011 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2011 - PMC

Objeto: contratação de empresa, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para fornecimento e instalação de sinalização, em diversas Ruas do Município, conforme a legislação de trânsito vigente e conforme Memorial Descritivo constante no Anexo "D" deste Edital

Tipo: Menor Preço Global por Item.

Recebimento das propostas: até as 16:00h do dia 18/07/2011.

Abertura: dia 19/07/2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 13 de junho de 2011

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Resultado do Julgamento e Classificação Final das Propostas - Tomada de Preços Nº 9/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2011 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de abrigo de passageiros neste Município, conforme Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA sagrou-se vencedora do objeto da licitação com o menor preço global de R\$ 39.000,89 (trinta e nove mil e oitenta e nove centavos); a licitante CONSTRUTORA SOLO LTDA ficou na segunda colocação com o preço global de R\$ 39.003,51 (trinta e nove mil três reais e cinquenta e um centavos); Outrosim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sintam prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2011

INÊS SALETE KLEIN

Presidente em exercício

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo Nº 2.354

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.354, DE 14 DE JUNHO DE 2011.

Homologa o Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 2/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Grêmio Esporte União, em 7 de abril de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 2/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Grêmio Esporte União, em 7 de abril de 2011.

Parágrafo único. O Termo tem por objeto a autorização de uso gratuito, a título precário, ao Grêmio, da área de terras de 1.500,00m², situada em Linha Marchesan, Distrito de Engenho Velho.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 14 de junho de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

DIRCEU BIONDO
1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.355

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.355, DE 14 DE JUNHO DE 2011.
Homologa o Quarto Termo Aditivo ao Convênio nº 4371/2010-0, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Concórdia e o Município de Concórdia, em 09 de março de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Quarto Termo Aditivo ao Convênio nº 4371/2010-0, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Concórdia e o Município de Concórdia, em 09 de março de 2011.

Parágrafo único. O Termo objetiva alterar:

I - a Cláusula Sétima - Da Prestação de Contas, prorrogando por mais 90 (noventa) dias a prestação de contas da última parcela do Convênio, que visa a execução da obra de sistema de balizamento luminoso de pista, PAPI e farol rotativo no aeroporto municipal de Concórdia, passando sua validade para 25 de junho de 2011;

II - a Cláusula Décima - Do Prazo e Da Vigência, prorrogando para 25 de junho de 2011, o prazo de vigência do Convênio.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogado o Decreto Legislativo nº 2.345, de 6 de maio de 2011.

Concórdia, 14 de junho de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA
Presidente

DIRCEU BIONDO
1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.356

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.356, DE 15 DE JUNHO DE 2011.
Homologa o Convênio nº 52/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Linha Pruciano Esporte Clube, em 11 de abril de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 52/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Linha Pruciano Esporte Clube, em 11 de abril de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto o estabelecimento de programa de cooperação técnica, no sentido de possibilitar terraplanagem do terreno onde será edificado o campo de futebol da comunidade.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 15 de junho de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA
Presidente

DIRCEU BIONDO
1º Secretário

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 104 de 10 de Junho de 2011

DECRETO Nº 104 DE 10 DE JUNHO DE 2011

DESLOCA BEM IMÓVEL TIPO RETROESCAVADEIRA LB 110, ANO 2010 PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE COMO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal 2ª Edição 2005 Consolidada, e pela Lei Municipal Nº 372/2005 de 08/12/2005;

Considerando as solicitações para execução de serviços pelos nossos municípios tanto na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente como os na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, RESOLVE:

DESLOCAR:

Art. 1º O bem imóvel tipo Retroescavadeira LB 110, New Holland, ano 2010, HP 4 x 4, na cor amarela, cadastrada no sistema patrimonial sob o nº 4168, adquirida pela Prefeitura Municipal na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para prestar serviços tanto na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente como na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, conforme as necessidades dos serviços solicitados pelo nossos municípios.

Art. 2º As despesas com manutenção e operador de máquina, correrão pôr conta das Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e a de Transportes, Obras e Serviços Públicos, para as quais está sendo deslocada.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto, correrão pôr conta de Dotação específica no Orçamento vigente e futuros.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC., em 10 de Junho de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 105 de 13 de Junho de 2011

DECRETO Nº. 105 DE 13 DE JUNHO DE 2011.

EXONERAR SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR:

Art. 1º Os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados

ocupantes de seus respectivos Cargos em contrato temporário, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 15 de junho de 2011:

NOME	CARGO
Simone Zevieski	Merendeira
Marciane Welchen Inacio	Merendeira

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 13 de junho de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Cancelamento de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 017/11

OBJETO: Aquisição de 01 carreta rodoviária usada e revisada com 02 eixos, para transporte de máquinas tipo prancha com capacidade de 22 toneladas. para compor a frota Municipal da Secretaria de Infra-Estrutura do Município de Corupá-SC.

Corupá, 17 de JUNHO de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Concorrência Nº 87/2011.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 87/2011.

O Município de Curitibanos, SC pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular Sr. Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de concorrência do tipo menor preço por lote regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998 e convênio firmado entre o Município de Curitibanos e o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Curitibanos - SDR - Curitibanos, nº 6.795/2011-4, cujo objeto é a pavimentação e urbanização de Vias Públicas, compreendido de pavimentação asfáltica e concreto betuminoso a quente e urbanização da Av. Salomão Carneiro de Almeida, Rua Lauro Muller, Praça Cel. Vidal Ramos e Pavimentação o Asfáltica e Concreto Betuminoso a

quente nas Ruas Prudente Visconde de Moraes, Rua Euclides Prado e Rua Euclides Albuquerque, conforme descrição detalhada nos memoriais descritivos e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 14:00 horas do dia 20 de julho de 2011, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 15:00 horas do dia 20 de julho de 2011, no Setor de Licitação localizado na Rua Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem pessoalmente junto a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito à Rua Cel. Vidal Ramos, 860 e na Rua Lages, 400 no Setor de Licitação, no horário de expediente, não sendo autorizado qualquer tipo de envio.

Curitibanos, 15 de junho de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito

ADAILTON ALVES

Presidente da CPL

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 030, de 15 de junho de 2011.

DECRETO N.º 030, de 15 de junho de 2011.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Ermo (CMDR), e dá Outras Providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, § 2º da Lei Municipal n.º 023, de 13 de Junho de 1997, alterada pela Lei n.º 143, de 18 de novembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Ermo, que será composto como segue:

I - Prefeito Municipal: Marcos Leone Oliveira;

II - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: Renaldo Inácio;

III - Representante da Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social: Keite Coelho de Lavechia;

IV - Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo: Elisabet Brulinger Pavei;

V- Representante da Câmara de Vereadores de Ermo: Aldoir Cadórin

VI - Representante da EPAGRI: Laerti Machado dos Santos

VII - Representante das Comunidades Rurais: Elder Silva Pereira, Jocemar Pereira Simão (comunidade Vista Alegre), Giovane Sequinel (comunidade de Morro do Santana), Joélcio Fernandes (comunidade de Campo Verde), Murialdo Murilo Inácio, Angelo Topanote (comunidade de Garapuvu), Carlos Alberto Martins (comunidade de Morro do Soares).

VIII - Representante dos produtores Orgânicos: Barbara Topanote e Marcio Antonio Neto.

IX - Representante dos produtores de Arroz: Senio Dalpont.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Ermo, será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Art. 3º As funções dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Ermo, serão consideradas de relevante interesse público e exercidas sem ônus para o município, sem prejuízo de suas atribuições do cargo de origem.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de junho de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto Nº 029, de 15 de junho de 2011.

DECRETO Nº 029, de 15 de junho de 2011.

Dispõe sobre a Nomeação dos Membros da Comissão de Inquérito para fins de condução de Processo de Sindicância e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 112 e 115 da Lei nº038, de 04 de novembro de 1997 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ermo, RESOLVE:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes Servidores, Murialdo Murilo Inácio, Maria Doralice Elias Leonardo, e Manoel Delor da Rosa, para, sob a Presidência do primeiro, e secretariado pela Segunda, constituírem Comissão de Inquérito para fins de condução de Processo de Sindicância nº 001/2011.

Art. 2º - As atividades prestadas pelos Servidores acima nomeados serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de junho de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.674, de 07 de Junho de 2011.

LEI Nº 1.674, DE 07 DE JUNHO DE 2011.

DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.582, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Dá nova redação ao "caput" do art. da Lei nº. 1582, de 20 de setembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terra pertencente ao Município de Forquilha, de 364,50 m², correspondente ao lote nº 04, Quadra C, localizado na Rua Apolônia Back, Loteamento Steiner, Centro, Forquilha/SC, matrícula nº. 24.306, no 1º Ofício de registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, pela área de terra de propriedade de Criciúma Construções Ltda., de 364,50 m², correspondente ao lote nº 02, localizado na Rua Isabel Westrup Back, Centro, Forquilha/SC, matrícula nº 6.019, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 07 de junho de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de junho de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.678, de 09 de Junho de 2011.

LEI Nº 1.678, DE 09 DE JUNHO DE 2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E ALTERAR DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 1481/09, Nº 1576/10 E Nº 1601/10, QUE DISPÕEM SOBRE O PPA 2010/2013, LDO DE 2011, LOA DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Forquilha, crédito adicional especial no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para os seguintes programas:

Órgão: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

1.033 - Abertura de Avenidas, Pavimentação, Manutenção e

Drenagem de Ruas e Estradas Municipais.
4.4.90.1.05 - Aplicações Diretas R\$ 2.400.000,00

1.034 - Construção de Pontes e Pontilhões
4.4.90.1.05 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei n 4.320/64, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito adicional especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizadas e lançadas na rubrica 2119.00.00.00 - Outras Operações de Crédito.

Parágrafo único. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do PPA 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.481/2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 - Lei Municipal nº. 1.576/2010 e Lei Orçamentária Anual para 2011 - Lei Municipal nº. 1.601/2010, que se fizerem necessários em função da suplementação de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de junho de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de junho de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 43 de 09 de Junho de 2011.

DECRETO Nº. 43 DE 09 DE JUNHO DE 2011
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal e com a Lei Municipal 1.678/2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Forquilha, crédito adicional especial no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para os seguintes programas:

Órgão: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
1.033 - Abertura de Avenidas, Pavimentação, Manut, Drenagem Ruas e Estradas Municipais.
4.4.90.1.05 - Aplicações Diretas R\$ 2.400.000,00

1.034 - Construção de Pontes e Pontilhões
4.4.90.1.05 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei n 4.320/64, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito adicional especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizadas e lançadas na rubrica 2119.00.00.00 - Outras Operações de Crédito.

Parágrafo único. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do PPA 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.481/2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 - Lei Municipal nº. 1.576/2010 e Lei Orçamentária Anual para 2011 - Lei Municipal nº. 1.601/2010, que se fizerem necessários em função da suplementação de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de junho de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de junho de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Aviso de Licitação AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 15/FMS/2011.
OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a Contratação de empresas para aquisição de material médico e odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.
DATA DE ABERTURA: Dia 04 de julho de 2011 às 08:30 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, pelos telefones (**48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123 e solicitação do edital através do e-mail licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 16 de junho de 2011.
VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

Extrato de Contrato PMF Nº. 88/2011 EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 88/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA
CONTRADADO - JC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA
OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de FORQUILHA/SC.
VALOR - R\$ 50.212,00 (cinquenta mil duzentos e doze reais)
VIGÊNCIA - 30/08/2011
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 52/FMF/2011
DATA DA ASSINATURA - 29 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 89/2011 EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 89/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO - TARCIANE LOHN BOECHAT EPP
OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 15.351,70 (quinze mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos)

VIGÊNCIA - 30/08/2011

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 52/FMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 29 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 90/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 90/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - IND. E COM. DE LACTICÍNIOS VENEZA LTDA ME
OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 15.443,00 (quinze mil quatrocentos e quarenta e três reais)

VIGÊNCIA - 30/08/2011

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 52/FMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 29 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 91/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 91/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - COOP. DE PROD. AGRO. IND. FAMILIAR DE NOVA VENEZA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 20.100,00 (vinte mil e cem reais)

VIGÊNCIA - 30/08/2011

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 52/FMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 29 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 92/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 92/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - BORTOLOTTI IND. E COM. DE LACTICÍNIOS ME
OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 4.720,00 (quatro mil setecentos e vinte reais)

VIGÊNCIA - 30/08/2011

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 52/FMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 29 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 93/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 93/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - VALDIR RONZONI EPP

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 43.179,80 (quarenta e três mil cento e setenta e nove reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA - 30/08/2011

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 52/FMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 29 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 94/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 94/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COM. DE HORTIFRUTIGRANJEIROS KREMER LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 15.111,00 (quinze mil cento e onze reais)

VIGÊNCIA - 30/08/2011

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 52/FMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 29 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 042, de 09 de Junho de 2011.

DECRETO Nº. 042, DE 09 DE JUNHO DE 2011.

FIXA NOVO VALOR DA TARIFA DO TRANSPORTE COLETIVO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº. 1.026, de 29 de dezembro de 2003;

CONSIDERANDO as alterações nos preços de aquisição dos principais insumos do setor de transportes, em índices superiores aos da inflação, em relação ao último estudo tarifário realizado em julho de 2005 (data do Edital de Licitação), no valor de R\$ 1,76 (um real e setenta e seis centavos);

CONSIDERANDO que pelo Decreto nº 086, de 20 de outubro de

2010, a tarifa foi reajustada para R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);

CONSIDERANDO que a tarifa (preço público) é fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação;

CONSIDERANDO os princípios do serviço público, dentre os quais, o da modicidade da tarifa, indica que os preços públicos devem ser razoáveis, ao alcance dos usuários, contudo, tem que observar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CONSIDERANDO que a inflação do período (outubro/2010 a maio/2011), medida pelo INPC/IBGE foi de 6,71% (seis vírgula sessenta e um por cento);

CONSIDERANDO o preço resultante do cálculo, que seja realizado uma análise de desempenho do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Forquilha, objetivando uma reavaliação estrutural, operacional e econômica;

CONSIDERANDO a necessidade da manutenção da estruturação da rede integrada de transporte, numa organização de característica sistêmica, como meio mais indicado para assegurar: produtividade, qualidade, atratividade e sustentabilidade do sistema;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o valor da passagem do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Forquilha, em todos os percursos e linhas do serviço regular básico no valor de R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos).

Art. 2º A empresa-concessionária manterá afixada em local visível, em cada ônibus e nas bilheterias, cartelas ou tabuletas, em que estejam indicados, em caracteres de fácil percepção, o novo valor estabelecido para a passagem.

Art. 3º O valor da passagem fixada neste decreto entrará em vigor a partir da 00h00min (zero hora) do dia 13 de junho de 2011, cumprindo desde logo, ao concessionário, a adoção de medidas que se fizerem necessárias.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de junho de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de junho de 2011.

DIEGO PASSARELA
Secretário de Governo

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 0176/2011

DECRETO Nº 0176, DE 15 DE JUNHO DE 2011.

CONVOCA A VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do

Município e a Lei Municipal nº 1486/99 (LEI QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL).

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONVOCADA a VI Conferência Municipal de Assistência Social como fórum máximo de deliberação e avaliação da Política Municipal de Assistência Social, conforme dispõe a Lei Federal 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e conforme deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social em assembléia extraordinária realizada no dia 15 de junho de 2011.

Art. 2º. A VI Conferência Municipal de Assistência Social realizará-se no dia 08 de julho de 2011, das 13hrs as 18hrs30mn, tendo como local o CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE "FLOR DE MAÇÃ" FRAIBURGO/SC.

Art. 3º. A VI Conferência Municipal de Assistência Social tem como tema Central "CONSOLIDAR O SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - E VALORIZAR SEUS TRABALHADORES."

Art. 4º. A VI Conferência Municipal de Assistência Social, tem como objetivo geral: "Analisar e propor diretrizes para o aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na perspectiva da valorização dos trabalhadores e da qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

Art. 5º. As normas de inscrição, credenciamento dos delegados, metodologia e programação, ou seja, toda a organização e funcionamento da VI Conferência Municipal de Assistência Social, serão expedidas através do Regimento Interno elaborado pela Comissão Geral.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Fraiburgo, 15 de Junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0177/2011

DECRETO Nº 0177, DE 16 DE JUNHO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), nas seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento

05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento

3.3.50.00 - Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.1.0200 (19)

R\$

4.100,00

Total R\$ 4.100,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no

artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento
05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento
04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (18) R\$ 4.100,00

Total R\$ 4.100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Fraiburgo, 16 de Junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0178/2011

DECRETO Nº 0178, DE 16 DE JUNHO DE 2011.
APROVA DESMEMBRAMENTO DA ÁREA DE 23,90M², CONSTANTE DA MATRÍCULA Nº 1179, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 4506/2010, o desmembramento conforme descrito, do vértice 1 segue em direção até o vértice 2 no azimuth 62º52'58", em uma distância de 7,543m, confrontando com a Avenida Curitibaanos; do vértice 2 segue em direção até o vértice 3 por um arco de raio 3,332m, em uma distância curva de 8,791m, confrontando com as Avenidas Curitibaanos e Rio das Antas; do vértice 3 segue em direção até o vértice 4 no azimuth 153º06'06", em uma distância de 7,362m, confrontando com a Avenida Rio das Antas; finalmente do vértice 4 segue até o vértice 1, (início da descrição), por um arco de raio de 11,00m, em uma distância curva de 17,070m, confrontando com o lote 0093 da quadra 032 de propriedade de Irineu Secchi Junior, fechando assim um área de 23,90m², matriculada no CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 1179 de propriedade do MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Fraiburgo(SC), 16 de Junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Resolução Nº 002/2011 - Conselho de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FRAIBURGO/SC
R E S O L U Ç Ã O Nº. 002/2011

Dispõe sobre a convocação da VI Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS/SC, no uso das atribuições legais e considerando a Portaria nº. 076 de 10/05/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, RESOLVE:
Art. 1º - Convocar a VI - Conferência Municipal de Assistência Social, para consolidação do princípio da Política Pública do Sistema Único de Assistência Social, preconizado na Constituição Federal e no LOAS, Lei 8742/93.

Art. 2º - O evento terá como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - E VALORIZAR SEUS TRABALHADORES."

Art. 3º - A VI Conferência Municipal de Assistência Social será realizada no dia 08 de julho de 2011, das 13hrs as 18hrs30mn, tendo como local o CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE "FLOR DE MAÇÃ" - sito a Avenida René Frey, Sn, Centro, FRAIBURGO/SC

Art.4º - O relatório da Conferência Municipal deverá ser encaminhado para a Secretaria de Estado de Habitação, trabalho e renda.

Fraiburgo, 15 de junho de 2011.

Resolução Nº 003/2011 - Conselho de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRAIBURGO/SC

RESOLUÇÃO Nº003/2011 Dispõe sobre a nomeação da Comissão Organizadora para a realização da VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais e conforme reunião ordinária realizada no dia 15 de junho de 2011, resolve:

ART. 1º - NOMEAR a COMISSÃO ORGANIZADORA para a realização da VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL que se realizará no dia 08 de julho de 2011, das 13hrs as 18hrs30mn, tendo como local o CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE "FLOR DE MAÇÃ" FRAIBURGO/SC, ficando assim constituída,
- Dulcinei R. Bilibio - Presidente
- Rosane Wermeister Lemos - Secretária
- Maves Cezar Borszcz - Facilitador
- Dayane R. Dalagnol - Facilitador
- Anete Antonia Macagnan - Facilitador
- Edna Furtado - Facilitador
- Cenelândia Valim Lopes - Facilitador
- Monica Dal Magro Perazzoli - Facilitador
- Nilce Pinz - Facilitador
- Marta Back - Facilitador
- Jessi S. dos Santos - Organização Geral e Relatoria
- Deonilce Maria Passini - Organização Geral e Relatoria
- Marie Cristina Munaretto- Organização Geral e Relatoria

ART. 2º - As despesas decorrentes da organização do evento correrão por conta do Fundo Municipal de Assistência Social
ART. 3º - Essa Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo(SC), 15 de junho de 2011.
DULCINEI RUDECK BILIBIO
Presidente CMAS

Portaria Nº 1318/2011

PORTARIA Nº 1.318, DE 16 DE JUNHO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora JARCIANE ZANON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 037.496.459-90, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL I, por 40 horas semanais, em 17 de junho de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1319/2011

PORTARIA Nº 1.319 DE 16 DE JUNHO DE 2011.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar nº 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JEROME SILVA SCHINETSKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 950.674.690-72, no cargo de provimento efetivo de PROCURADOR, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 20 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1320/2011

PORTARIA Nº 1.320 DE 16 DE JUNHO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0011 de 07 de abril de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LENI DA SILVA COELHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 893.959.999-34, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de junho de 2011 até 11 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1321/2011

PORTARIA Nº 1.321, DE 16 DE JUNHO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0577/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; Considerando que foi realizada a readaptação da servidora ANTONIA SILVANA DOS SANTOS, que esta trabalhando como Auxiliar de Professora de Jardim conforme Portaria nº. 0733, de 02 de maio de 2006 - Processo Administrativo nº. 3395/2006; Considerando que a servidora MARLI GORETI DEDOMENICO DE CORDUVA, se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ANDRESSA MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 049.310.749-52, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 20 de junho de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0023/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0113/2011

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0023/2011-PMF

Objeto: Participação do Município no evento "TRANSCATARINA 2011", que é um Rallye de Regularidade Off-Road, organizado pela empresa CONTRATADA com autorização da FAUESC - Federação de Automobilismo do Estado de Santa Catarina, disputado em 6 (seis) etapas e um Prólogo entre várias regiões do Estado de Santa Catarina entre os dias 12 a 16 de julho de 2011; Contratada: SC RACING LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.234.013/0001-89, a qual detém a exclusividade e autorização pela FAUESC para a realização do evento estadual "TRANSCATARINA"; Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a ser pago até o dia 30/06/2011; Fundamento

Legal: Art. 25 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 16 de junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0063/2011- RP 31 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0063/2011 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS 0031/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de cartuchos de toner e de tinta, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de julho a dezembro de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 06/07/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 16 de junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio Nº 0010/2011

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº CV11PMF0010

Concedente: Município de Fraiburgo - SC
Conveniente: Centro Cultural Egon Frey
Objeto: O presente Convênio tem por objeto, em consonância com o Plano de Trabalho apresentado, a transferência de recursos ao CONVENIENTE para custear as aulas, ensaios, manutenção das oficinas de música e manutenção dos instrumentos.
Valor Total do Convênio: R\$ 23.100,00 (vinte e três mil e cem reais), em 10 (dez) parcelas, sendo a 1ª no valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) e as demais nos valores iguais e sucessivos de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).
Vigência: 25 de março a 31 de dezembro de 2011.
Assinatura do Convênio: 25/03/2011.
Data de homologação pelo Legislativo: 14/06/2011.

Regimento da 4ª Conferência Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo - SC
REGIMENTO DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE,
APROVADO NA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011.

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A 4ª Conferência Municipal de Saúde, convocada pela Portaria Municipal n.º 1200/2011, de 10 de maio de 2011, será realizada no Município de Fraiburgo e tem por objetivos:

- I. Impulsionar, reafirmar e buscar a efetividade dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde garantidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde, na perspectiva do fortalecimento da Reforma Sanitária;
- II. Avaliar o SUS e propor condições de acesso à saúde, ao acolhimento e à qualidade da atenção integral;
- III. Definir diretrizes e prioridades para as políticas de saúde, com

base nas garantias constitucionais da Seguridade Social, no marco do conceito ampliado e associado aos Direitos Humanos.
IV. Fortalecer o Controle Social no SUS e garantir formas de participação dos diversos setores da sociedade na 4ª Conferência Municipal de Saúde.

CAPÍTULO II - DA REALIZAÇÃO

Art. 2º - A 4ª Conferência Municipal de Saúde, que constituirá a Etapa Municipal da 14ª Conferência Nacional de Saúde e 6ª Conferência Estadual de Saúde, será realizada no dia 01 de julho de 2011, nas dependências da Fundação Educacional e Assistencial de Fraiburgo - FEAF, sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, através da Secretaria Municipal de Saúde.

CAPÍTULO III - DO TEMA E DA PROGRAMAÇÃO

Art. 3º - O tema central da 4ª Conferência Municipal de Saúde será "Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública, patrimônio do Povo Brasileiro", com o seguinte eixo temático "Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS", o qual se subdivide nos seguintes subtemas:

- Política de saúde na seguridade social, segundo os princípios da integralidade, universalidade e equidade;
- Participação da comunidade e controle social;
- Gestão do SUS (Financiamento; Pacto pela Saúde e Relação Público x Privado; Gestão do Sistema, do Trabalho e da Educação em Saúde).

Parágrafo Único: Todas as atividades da 4ª Conferência Municipal de Saúde obedecerão à programação constante nos anexos I, II e III deste Regimento.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

Art. 4º - A 4ª Conferência Municipal de Saúde será regida por este Regimento, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo.

Art. 5º - A Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde será composta por:

Coordenador Geral:
NILCE PINZ

Secretário Geral:
MARILENE LAZARETTI

Relator Geral e Relator Adjunto:
SALIMARA CLAIR MOLIM
ELISANGELA CONTE BARBOSA

Coordenadores de Comunicação e Informação Geral e Adjunto:
ANDREA MELO
ILDO LUCAS

Coordenadores de Articulação e Mobilização:
KALINKA MACAGNAN
LENI WEBER

Coordenadores de Infraestrutura:
WILLIAN MORSOLETTTO
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO

Equipe de Apoio:
ANGELITA RIBEIRO FADANI
CLAUDIANE APARECIDA MATTEUCCI
CRISTIANE PEROZA DOS SANTOS

JACQUELINE GISELE FARINA
LEONICE FRARÃO
NELSON ALBINO LOPES
SARAH REICHMANN SASSI GUTIERREZ

Art. 6º - A Coordenação da 4ª Conferência Municipal de Saúde caberá ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde e os demais membros representam a Secretaria Municipal de Saúde, bem como o Conselho Municipal de Saúde.

SEÇÃO I - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º - A Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde tem as seguintes atribuições:

- I. Exercer a coordenação geral da Conferência a nível municipal;
- II. Providenciar o material necessário para o andamento de todas as atividades;
- III. Encaminhar o expediente;
- IV. Elaborar este Regimento Interno e o Programa;
- V. Organizar e dirigir as atividades de recepção;
- VI. Organizar o credenciamento dos delegados;
- VII. Promover a execução do programa assegurando o cumprimento dos trabalhos e a composição da mesa;
- VIII. Providenciar a divulgação junto aos órgãos de imprensa;
- IX. Providenciar pessoal e material de digitação;
- X. Coordenar ou delegar coordenação das Plenárias;
- XI. Dirigir a sessão de Plenária Final;
- XII. Emitir e assinar os certificados de participação;
- XIII. Redigir, conjuntamente com os relatores o relatório da Conferência Municipal, a partir das deliberações da Plenária Final;
- XIV. Encaminhar Relatório Final à 6ª Conferência Estadual de Saúde.

Art. 8º - Ao Coordenador Geral cabe:

- I. Convocar e participar das reuniões da Comissão Organizadora;
- II. Coordenar as reuniões e atividades da Comissão Organizadora;
- III. Submeter à aprovação do Conselho Municipal de Saúde as propostas e encaminhamentos da Comissão Organizadora;
- IV. Supervisionar todo o processo de organização da 4ª Conferência Municipal de Saúde;
- V. Cumprir e fazer cumprir este Regimento;
- VI. Assinar os certificados de participação;
- VII. Assinar a documentação e correspondências referentes à conferência;

Art. 10º - Ao Secretário Geral cabe:

- I. Organizar a pauta das reuniões da Comissão Organizadora;
- II. Organizar e manter arquivo dos documentos recebidos e cópias dos documentos encaminhados em função da realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde;
- III. Encaminhar os documentos produzidos pela Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde para providências;
- IV. Repassar as informações relativas aos assuntos internos da Comissão Organizadora aos membros da equipe.
- V. Elaborar o controle de frequência dos participantes da 4ª CMS.

Art. 11 - Ao Relator Geral cabe:

- I. Coordenar o trabalho dos relatores dos Grupos Temáticos;
- II. Estimular o encaminhamento dos relatórios dos Grupos Temáticos a Plenária Final, em tempo hábil;
- III. Consolidar os Relatórios dos Grupos Temáticos e encaminhá-los aos delegados da 4ª Conferência Municipal de Saúde;
- IV. Coordenar a elaboração das moções e organizar as aprovadas na Plenária Final, no relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Saúde;

V. Coordenar a elaboração do Relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Saúde;

VI. Elaborar a proposta de Relatório Final a ser apresentada ao Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - O Relato Geral será substituído, em seus impedimentos eventuais, pelo Relator Adjunto.

Art. 12 - Aos Coordenadores de Comunicação e Informação cabe:

- I. Definir instrumentos e mecanismos de divulgação da 4ª Conferência Municipal de Saúde;
- II. Promover a divulgação do Regimento Interno;
- III. Orientar as atividades de Comunicação Social da 4ª Conferência Municipal de Saúde;
- IV. Promover a divulgação adequada da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

Art. 13 - Aos Coordenadores de Infraestrutura cabe:

- I. Propor condições de infraestrutura necessárias à realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde, referentes ao local, equipamentos e instalações, audiovisuais, reprografia, comunicações, hospedagem, transporte, alimentação e outras;
- II. Avaliar, juntamente com a Comissão Organizadora, a prestação de contas de todos os recursos destinados à realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

Art. 14 - Aos Coordenadores de Mobilização e Articulação cabe:

- I. Estimular a organização e a realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde;
- II. Mobilizar e estimular a participação paritária dos usuários em relação ao conjunto dos delegados da 4ª Conferência Municipal de Saúde
- III. Mobilizar e estimular a participação paritária dos trabalhadores de saúde em relação à soma dos delegados gestores e prestadores de serviços de saúde;
- IV. Credenciamento dos delegados e participantes;
- V. Distribuição dos delegados e participantes nos Grupos Temáticos;

Art. 15 - À equipe de apoio cabe auxiliar em todos os assuntos afetos à organização, mobilização, infraestrutura e divulgação da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO

Art. 16 - Poderão participar como membros da 4ª Conferência Municipal de Saúde todas as pessoas ou instituições interessadas na discussão dos seus objetivos, na condição de:

- I. Delegados;
- II. Participantes;
- III. Convidados.

§1º - Como participantes poderão se inscrever membros credenciados de associações, instituições públicas, entidades de classe e de representação da sociedade civil.

§2º - Poderão ser convidadas entidades municipais, estaduais e nacionais e/ou representantes de outros municípios para participarem como conferencistas;

§3º - Os Delegados e Participantes terão direito a voz e voto.

SEÇÃO I - DOS DELEGADOS

Art. 17 - Participarão da 4ª Conferência Municipal de Saúde na

qualidade de Delegados:

- I. Representantes das instituições de ensino da área de saúde pública e privada;
- II. Representantes das instituições prestadoras de serviços de saúde;
- III. Representantes de profissionais da área de saúde indicados pelas respectivas entidades;
- IV. Representantes de usuários do SUS;
- V. Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo são membros natos da Conferência.

Parágrafo Único - A representação dos usuários será paritária nos termos do Artigo 1º da Lei 8.142/90.

CAPÍTULO VI - DOS TRABALHOS

Art. 18 - Será facultado a quaisquer dos membros da Conferência, por ordem e mediante prévia inscrição à mesa diretora dos trabalhos, manifestar-se verbalmente ou por escrito durante o período de debates.

Parágrafo único - Cada membro que desejar manifestar-se verbalmente disporá de 3 (três) minutos para fazê-lo.

Art. 19 - Após a apresentação das exposições, a plenária será dividida em Grupos de Discussão.

Art. 20 - Ao final da reunião dos Grupos de Discussão, caberá aos Relatores, encaminhar por escrito à Comissão Organizadora, relatório com as conclusões.

Parágrafo único - Os Grupos de Discussão não terão caráter deliberativo, sendo encaminhados os relatórios com todas as propostas que surgirem, mesmo as divergentes, para posterior deliberação na Plenária Final.

Art. 21 - A discussão deverá obedecer ao roteiro previamente apresentado pela Comissão Organizadora.

Art. 22 - As intervenções durante as reuniões dos Grupos de Discussão terão a duração máxima de 3 minutos, podendo ser concedidos apartes, sendo que os mesmos serão computados no tempo da concedente. O controle do tempo ficará a cargo do Coordenador do Grupo.

CAPÍTULO VII - DA PLENÁRIA FINAL

SEÇÃO I - DA DIREÇÃO E DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 23 - A Plenária Final será coordenada pela Mesa dos Trabalhos.

Art. 24 - A Mesa dos Trabalhos será composta pelo Coordenador e três Secretários.

Art. 25 - O Coordenador da Mesa será o Coordenador da Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

Art. 26 - Os Secretários serão escolhidos pela Comissão Organizadora e a eles compete:

- I. Registrar o resultado das discussões propostas;
- II. Anotar as inscrições e controlar o tempo das intervenções;
- III. Destacar as propostas vencedoras nas diversas votações da Plenária Final.

Art. 27 - A Mesa dos Trabalhos poderá intervir na condução dos mesmos todas as vezes que houver descumprimento deste Regimento.

SEÇÃO II - DA APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

Art. 28 - A Plenária Final terá como objetivos:

- I. Apreciar e submeter à votação o consolidado dos relatórios dos Grupos de Discussão;
- II. Apreciar e submeter à votação as moções apresentadas pela Plenária;
- III. Escolher os Delegados para a 6ª Conferência Estadual de Saúde.

Art. 29 - As votações se darão por contraste, caso exista dúvida a respeito da vencedora será realizada a contagem voto a voto.

Art. 30 - A apreciação e votação das propostas dos Grupos de Discussão terão o seguinte encaminhamento.

- I. A Comissão Relatora procederá à leitura dos relatórios dos Grupos de Discussão;
- II. Os membros da Plenária deverão apresentar destaque dos pontos de divergência para serem apreciados no final da leitura por ordem de apresentação;
- III. Os destaques poderão ser:
 - a. Supressivos - quando propuserem apenas a eliminação de determinada parte do texto;
 - b. Substitutivo - quando propuserem a substituição do texto por outra formulação;
 - c. Aditivos - quando propuserem acrescentar alguma formulação ao texto;
 - d. Os destaques substitutivos e aditivos deverão ser apresentados por escrito à Mesa Coordenadora;
 - e. Caso necessário será aberto período de 3 (três) minutos para defesa do destaque pelo seu proponente e igual tempo para quem desejar defender a manutenção do texto original ou contrapor-se ao destaque apresentado. Este tempo poderá ser prorrogado caso a plenária não se sinta esclarecida para proceder a votação.
- IV. O Relatório deverá conter no mínimo 03 (três) e no máximo 07 (sete) diretrizes relacionadas com o eixo da Conferência, podendo cada diretriz conter no mínimo 03 (três) e no máximo 10 (dez) propostas a serem encaminhadas à Etapa Estadual.
- V. Os pontos que não forem destacados serão considerados aprovados.

SEÇÃO III - DAS MOÇÕES

Art. 31 - As moções deverão ser apresentadas nos Grupos de Discussão e constar do relatório dos mesmos.

Parágrafo Único - A aprovação das moções será por maioria simples dos delegados e participantes presentes.

SEÇÃO IV - DA ESCOLHA DOS DELEGADOS

Art. 32 - Os Delegados à 6ª Conferência Estadual de Saúde serão escolhidos pelos segmentos a que representam devendo respeitar o número estabelecido pela Comissão Organizadora daquela Etapa.

§1º - Para ser escolhido como Delegado os Membros deverão ter comparecido a 100% da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

§2º - Os Delegados deverão ser escolhidos entre os que estiverem presentes no momento da realização da Plenária Final e permanecerem até a homologação de sua escolha.

§3º - Os Conselheiros de Saúde do município, titulares e suplentes, são delegados natos a participarem da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

§4º - O número de delegados a serem eleitos para participar da Etapa Estadual da Conferência será de 08 (oito) delegados, de forma paritária, conforme Resolução nº. 333/2003, ou seja, 50% usuários, 25% trabalhadores de saúde e 25% gestor/prestador.

§6º - Para cada Delegado escolhido deverá haver um suplente.

Art. 25 - A inscrição de delegados eleitos para a 6ª Conferência Estadual de Saúde deverá ser feita pela Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde até o dia 29 de julho de 2011.

Art. 33 - A Plenária é soberana e será facultado questionamento à Mesa sempre que a critério dos participantes, não esteja sendo cumprido este Regimento.

Parágrafo único - Os pedidos de questão de ordem poderão ser apresentados a qualquer tempo, exceto durante o período de votação.

CAPÍTULO VIII - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 34 - As despesas com a organização geral para a realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde correrão à conta da dotação orçamentária consignada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 35 - A Comissão Organizadora deverá prestar contas de todos os gastos efetuados na primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde subsequente à Conferência.

Art. 36 - As eventuais despesas de alimentação, hospedagem e deslocamento dos delegados eleitos a participarem na 6ª Conferência Estadual de Saúde, que não sejam pagas pela Secretaria de Estado da Saúde, serão de responsabilidade do Município.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 - A Comissão Organizadora decidirá sobre os casos omissos e por qualquer eventualidade que ocorra durante a 4ª Conferência Municipal de Saúde. Caso contrário, será levado à Plenária.

Art. 38 - Serão fornecidos certificados a todos os participantes que tiverem 100% de frequência.

Parágrafo único - No caso do participante ser funcionário público municipal, a ausência ao trabalho será considerada justificada, mediante apresentação do documento mencionado no "caput" deste artigo.

Art. 39 - As decisões administrativas e de funcionamento durante a 4ª Conferência Municipal de Saúde serão tomadas pela Comissão Organizadora.

ANEXO I

Programação da
4ª Conferência Municipal de Saúde

Data: 01 de julho de 2011

Local: Fundação Educacional e Assistencial de
Fraiburgo - FEAF

End.: Rua Cruz e Souza, nº. 100

Manhã

09:00 h - Recepção e Inscrições

09:30 h - Abertura

10:00 h - Palestra: "Todos usam o SUS!

SUS na Seguridade Social, Política

Pública, patrimônio do Povo Brasileiro", com a Deputada Federal e Ex-Secretária Estadual de Saúde - Carmen Emília Bonfá Zanotto

Tarde

13:30 h - Discussão das Propostas em Grupo

15:00 h - Coffee Break

15:30 h - Plenária Final: Apresentação e

votação das propostas, e eleição dos

Delegados para a Conferência

Estadual

ANEXO II

EIXO TEMÁTICO

DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO/SC

O eixo temático da 4ª Conferência Municipal de Saúde é "Todos usam SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública, patrimônio do povo brasileiro", e o eixo teórico "Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS" se subdivide nos seguintes subtemas para debate:

- Política de saúde na seguridade social, segundo os princípios da integralidade, universalidade e equidade;

- Participação da comunidade e controle social;

- Gestão do SUS (Financiamento; Pacto pela Saúde e Relação Público x Privado; Gestão do Sistema, do Trabalho e da Educação em Saúde).

ANEXO III

ROTEIRO DE TRABALHOS PARA OS GRUPOS DE DISCUSSÃO:

1º Passo: Leitura do Eixo Temático e material anexo;

2º Passo: Escolha do Coordenador e Relator do Grupo;

3º Passo: Deliberações sobre o Eixo Temático e apresentação das propostas;

4º Passo: Elaboração do Relatório de propostas do grupo (escrito);

5º Passo: Entrega do Relatório à Plenária Final;

6º Passo: Votação das propostas em Plenária Final.

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1.541/2011

LEI N.º 1.541, DE 15 DE JUNHO DE 2011.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 1.374/2009, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 16, da Lei Municipal n.º 1.374, de 21 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte Redação:

"Art. 16. Fica estabelecido para os servidores do Magistério Municipal, ativos e inativos, 20 (vinte) horas semanais, com habilitação em curso de Magistério – a Nível de Ensino Médio, na modalidade Normal, o piso salarial de R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais).

§1º. A hora atividade será de 1/3 (um terço) da jornada de trabalho, a ser desempenhada na unidade escolar, em atividades a



serem regulamentadas por Ato do Poder Executivo, em concordância com a legislação vigente.

§2º. O reajuste do piso será feito na mesma ocasião e no mesmo percentual que forem estabelecidos nacionalmente pela respectiva lei competente."

Art. 2º. O valor mencionado no artigo 1º será pago proporcionalmente à carga horária atribuída e cumprida por cada servidor ocupante de cargo nível I, regido pela Lei Municipal 1.374, de 21 de dezembro de 2009 e equivalente da Lei Municipal n.º 655, de 24 de agosto de 1999, conforme Tabela Anexo Único, da presente lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2011.

Garopaba, 09 de Junho de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 10/06/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

ANEXO ÚNICO - Lei n.º 1.541/2011

Anexo VI - Lei n.º 1.374/2009

Nível/	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Referência											
Nível I	594,000000	605,880000	617,997600	630,357552	642,964703	655,823997	668,940477	682,319287	695,965672	709,884986	724,082685
Nível II	676,610000	690,142200	703,945044	718,023945	732,384424	747,032112	761,972754	777,212210	792,756454	808,611583	824,783815
Nível III	730,737800	745,352556	760,259607	775,464799	790,974095	806,793577	822,929449	839,388038	856,175798	873,299314	890,765301
Nível IV	789,194200	804,978084	821,077646	837,499199	854,249183	871,334166	888,760850	906,536067	924,666788	943,160124	962,023326
Nível V	852,335900	869,382618	886,770270	904,505676	922,595789	941,047705	959,868659	979,066032	998,647353	1018,620300	1038,992706
Percentual	-->	2,0000%									

Lei N.º 1.542/2011

LEI N.º 1.542, DE 15 DE JUNHO DE 2011.

ALTERA O ANEXO DE METAS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2010 / 2013 E ANEXO DE PRIORIDADES E METAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO PARA 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Anexo II – 09 de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei n.º 1.331, de 12 de agosto de 2009, e alterado pela Lei n.º 1.452/2010, e 1.505/2011, referente ao programa 0031 – Obras para o Bem Estar da População, Fica acrescido da Ação n.º 84- Aquisição de Veículos, no valor de R\$ 80.000,00, (Oitenta Mil Reais), referente Recursos Vinculados / DR. 0.1.17.000000, conforme anexo I desta Lei.

Art. 2º. O Demonstrativo IX - 09 de Prioridades e Metas da LDO para 2011, aprovado pela Lei Municipal nº 1.451 de 30 de Setembro de 2010, e alterado pela Lei nº 1.505/2011, referente ao Programa 0031 – Obras para o Bem Estar da População, fica acrescido da Ação n.º 84 – Aquisição de Veículos, no Valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), referente Recursos Vinculados DR. 0.1.17.000000, conforme anexo II, desta Lei.

Art. 3º. As novas ações e alterações, incluídas no PPA 2010/2013,

e na LDO para 2011, correrão por conta de recursos de Excesso de Arrecadação nas fontes especificadas.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Junho de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/06/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA	ANEXO II – 09
PLANO PLURIANUAL 2010 / 2013	
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO	
PROGRAMA:	
0031 - OBRAS PARA O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO	

DIAGNÓSTICO:

Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Obras, Saneamento e Meio Ambiente em parceria com as demais secretarias e órgãos competentes, e terá como finalidade a execução de obras para promoverem o desenvolvimento do Município de Garopaba, como as melhorias e construção de praças, pavimentação de ruas, construção de passeios públicos, construção de prédio para funcionamento do Centro Administrativo Municipal, elaboração de projeto e execução de obras para a rede de coleta de esgoto e tratamento do efluente final do esgoto doméstico entre outras.

DIRETRIZES:

Execução e fiscalização de obras a serem realizadas pelo Poder Público Municipal em parceria com os Governos Federal, Estadual e iniciativa privada, fiscalização e controle da ocupação urbana do município.

OBJETIVOS:

Desenvolver a cidade buscando melhorar a qualidade de vida da população.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDI-DA	META	VALOR	DR
34 – Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas	Obra	Un	03	4.637,09 92.741,86 4.637,09	0.1.00.000000 0.1.24.001010 0.1.90.001101
35– Construção, Ref., Ampliação do Cemitério Municipal	Obra	Un	01	9.274,18 4.637,09	0.1.00.000000 0.1.90.001101
36 – Construção de Casas Populares	Obra	Un	20	927,42 46.370,93	0.1.00.000000 0.1.24.001013
37 – Ampliação da Rede de Saneamento Básico	Obra	Un	01	4.637,09 92.741,86	0.1.00.000000 0.1.24.001010
38 – Construção de Banheiros Públicos	Obra	Un	01	4.637,09 92.741,86	0.1.00.000000 0.1.24.001010
39 – Construção do Centro Administrativo Municipal	Obra	Un	01	5.100,80	0.1.00.000000
40– Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	Obra	m²	50.000	763.701,39 255.040,12 41.733,84 418.265,78 37.096,74	0.1.00.000000 0.1.16.000000 0.1.24.001016 0.1.24.001022 0.1.90.001101

41 – Recuperação do Lixão Sanitário	Obra	Un	01	4.637,09 231.854,65	0.1.00.000000 0.1.24.001010
42 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Obras, Saneamento e Meio-Ambiente.	Manutenção	Manutenção	01	1.197.297,41	0.1.00.000000
43 – Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública	Manutenção	Manutenção	01	3.060.481,35	0.1.17.000000
44 – Construção, Ampliação do Sistema Saneamento Básico (FUNDA-SA)	Obra	Un	16	647.000,00	0.1.61.000000
45 – Funcionamento e Manutenção do Fundasa	Manutenção	Manutenção	01	653.000,00	0.1.61.000000
81- Construção, Ampliação do Sistema de Saneamento Básico	Obra	Un	01	20.000,00	0.1.65.000000
82- Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico	Manutenção	Manutenção	01	50.000,00	0.1.65.000000
79 - Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos	Serviços	Serviços	01	75.000,00	0.1.65.000000
80 - Recuperação de Malha Viária	Manutenção	Manutenção	01	30.000,00	Vinculados/ 0.1.65.000000
84 – Aquisição de Veículos	Unidade	Un	01	80.000,00	0.1.17.000000

TOTAL				7.928.192,73	
-------	--	--	--	--------------	--

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX – 09	
PRIORIDADES E METAS PARA 2011					
DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA:					
0031 - OBRAS PARA O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO					
DIAGNÓSTICO:					
Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente em parceria com as demais secretarias e órgãos competentes, e terá como finalidade a execução de obras para promoverem o desenvolvimento do Município de Garopaba, como as melhorias e construção de praças, pavimentação de ruas, construção de passeios públicos, construção de prédio para funcionamento do Centro Administrativo Municipal, elaboração de projeto e execução de obras para a rede de coleta de esgoto e tratamento do efluente final do esgoto doméstico entre outras.					
DIRETRIZES:					
Execução e fiscalização de obras a serem realizadas pelo Poder Público Municipal em parceria com os Governos Federal, Estadual e iniciativa privada, fiscalização e controle da ocupação urbana do município.					
OBJETIVOS:					
Desenvolver a cidade buscando melhorar a qualidade de vida da população.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDI- DA	META	VALOR	DR
34 – Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas	Obra	Un	03	1.000,00 20.000,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010 0.1.90.001101
35– Construção, Ref., Ampliação do Cemitério Municipal	Obra	Un	01	31.000,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.90.001101
36 – Construção de Casas Populares	Obra	Un	20	200,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001013
37 – Ampliação da Rede de Saneamento Básico	Obra	Un	01	1.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010
38 – Construção de Banheiros Públicos	Obra	Un	01	1.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010
39 – Construção do Centro Administrativo Municipal	Obra	Un	01	15.100,00	0.1.00.000000

40– Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	Obra	m²	50.000	502.442,00 41.000,00 9.000,00 90.200,00 8.000,00	0.1.00.000000 0.1.16.000000 0.1.24.001016 0.1.24.001022 0.1.90.001101
41 – Recuperação do Lixão Sanitário	Obra	Un	01	1.000,00 50.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010
42 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente.	Manutenção	Manutenção	01	322.000,00	0.1.00.000000
43 – Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública	Manutenção	Manutenção	01	650.500,00	0.1.17.000000
44 – Construção, Ampliação do Sistema Saneamento Básico	Obra	Un	16	115.100,00	0.1.65.000000
45 – Funcionamento e Manutenção do FMSB	Manutenção	Manutenção	01	50.000,00	0.1.65.000000
79- Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos	Manutenção	Manutenção	01	25.000,00	0.1.65.000000
80 – Recuperação de Malha Viária	Manutenção	Manutenção	01	10.000,00	0.1.65.000000
84- Aquisição de Veículos	Unidade	Un	01	80.000,00	0.1.17.000000
TOTAL				2.075.542,00	

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.354 de 31 de Maio de 2011.

DECRETO Nº 4.354 DE 31 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA FILIPE ELIAS DA SILVA PARA O CARGO DE DIRETOR ADJUNTO ADMINISTRATIVO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 02 de junho de 2011, FILIPE ELIAS DA SILVA, portador do CPF nº 049.230.729-62, para exercer o cargo em comissão de Diretor Adjunto Administrativo - Nível CC, Ref. 45, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de maio de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.368 de 14 de Junho de 2011.

DECRETO Nº 4.368 DE 14 DE JUNHO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72º da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
JAQUELINE BAUER KRAUSPENHAR	DIGITADOR	40	8º	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIEGO SIEMEN-TKOWSKI	DIGITADOR	40	9º	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
VERA LUCIA ROSSI	ASSISTENTE SOCIAL	30	13º	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
LILIANE MARIA BATISTA	ASSISTENTE SOCIAL	30	14º	DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de junho de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.363 de 10 de Junho de 2011.

DECRETO Nº. 4.363 DE 10 DE JUNHO DE 2011.

NOMEIA MEMBROS REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL E NÃO GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomear os representantes do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Gaspar – CMDIG para o biênio 2011-2013, com a composição abaixo relacionada:

I – Área Governamental:

Representação	Membros
Secretaria de Desenvolvimento Social	Titular: Nicole Dias
	Suplente: Juçara Spengler
Fundação Municipal de Esportes	Titular: Rui. J. Zimmermann
	Suplente: Roberto Procópio de Souza
SEMED	Titular: Cleonice da Silva
	Suplente: Roberta Feller
Secretaria Municipal de Saúde	Titular: Simara Dalcastegne
	Suplente: Valeria T. da Cruz
	Titular: Erbenia Maria Fernandes
	Suplente: Sueli Moretto

II – Área Não Governamental

Representação	Membros
Grupos de Idosos	Titular: Jamir da Silva
	Suplente: Terezinha Medeiros
	Titular: Bertolina Fachini
	Suplente: Lizete Schmitt Berti
Representantes dos Aposentados de Gaspar	Titular: Orlando Witt Pamplona
	Suplente: Manoel José Venera
	Titular: Idalina da Silva
	Suplente: Elza Schmitt
Representante do Hospital Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	Titular: Isabelita Fabiana Ribeiro
	Suplente: Aldo Alvossani

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 3.420/2009 e demais alterações.

Gaspar, 10 de junho de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.364, de 13 de Junho de 2011.

DECRETO Nº. 4.364, DE 13 DE JUNHO DE 2011.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 85/2011, DESTINADA À PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL DO LOTEAMENTO POPULAR COHAB, NO BAIRRO GASPAR MIRIM.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 6º, inciso XVI e art. 51, § 5º, da Lei Federal nº. 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo indicados para compor a Comissão Especial de Licitação para abertura da Tomada de Preços nº. 85/2011, destinada à pavimentação e drenagem pluvial do loteamento popular COHAB, no Bairro Gaspar Mirim:

I - JOSÉ ARTUR BENACI;

II - PATRÍCIA SHEIDT;
III - PETERSON CORREA.

Parágrafo Único. Fica o servidor PETERSON CORREA nomeado Presidente da Comissão Especial de Licitação.

Art. 2º A Comissão Especial de Licitação terá incumbência de receber, examinar, apreciar e julgar os documentos e procedimentos relativos à licitação mencionada no caput do artigo 1º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de junho de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.365, de 13 de Junho de 2011.

DECRETO Nº. 4.365, DE 13 DE JUNHO DE 2011.
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 86/2011, DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE MIRANTE E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE TERRENO PÚBLICO, ÀS MARGENS DO RIO ITAJAÍ-AÇU.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 6º, inciso XVI e art. 51, § 5º, da Lei Federal nº. 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo indicados para compor a Comissão Especial de Licitação para abertura da Tomada de Preços nº. 86/2011, destinada à construção de mirante e recuperação ambiental de terreno público, às margens do rio itajaí-açu:

I - JOSÉ ARTUR BENACI;
II - PATRÍCIA SHEIDT;
III - PETERSON CORREA;
IV - DAYRO JOSÉ BORNHAUSEN;
V - TALITA SHEILA SALINI.

Parágrafo Único. Fica o servidor PETERSON CORREA nomeado Presidente da Comissão Especial de Licitação.

Art. 2º A Comissão Especial de Licitação terá incumbência de receber, examinar, apreciar e julgar os documentos e procedimentos relativos à licitação mencionada no caput do artigo 1º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de junho de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.366 de 13 de Junho de 2011.

DECRETO Nº. 4.366 DE 13 DE JUNHO DE 2011.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DA SERVIDORA ANGELITA MIRIAM REINERT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada a partir desta data, a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora

ANGELITA MIRIAM REINERT, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência de seu falecimento.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de junho de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.367, de 14 de Junho de 2011.

DECRETO Nº. 4.367, DE 14 DE JUNHO DE 2011.
NOMEIA SCHEILA SABRINA LANA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 15 de junho, a servidora SCHEILA SABRINA LANA, portadora do CPF sob o nº 054.587.719-90 e RG de nº 4.227.460, para o cargo de Encarregado, Nível CC, Ref. 21, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de junho de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.369, de 15 de Junho de 2011.

DECRETO Nº. 4.369, DE 15 DE JUNHO DE 2011.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS ABAIXO MENCIONADOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e, no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação dos candidatos, conforme quadro abaixo, em virtude de desistência expressamente manifestada.

CANDIDATO	CARGO	DECRETO DE NOMEAÇÃO
SOLANGELA COREZZOLLA	ASSISTENTE SOCIAL	DECRETO Nº 4.351/11
FILIFE ROBERTO TAVARES	DIGITADOR	DECRETO Nº 4.351/11
EDERSON ANTONIO DE SOUZA	DIGITADOR	DECRETO Nº 4.351/11
LILIANE MARIA BATISTA	ASSISTENTE SOCIAL	DECRETO Nº 4.368/11

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de junho de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.471, de 14 de Junho de 2011.

PORTARIA Nº. 2.471, DE 14 DE JUNHO DE 2011.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 04/2010, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE SINDICO DE LIMA JÚNIOR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 18 de junho de 2011, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 04/2010, instaurado para apurar a responsabilidade de SINDICO DE LIMA JÚNIOR.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de junho de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.472, de 14 de Junho de 2011.

PORTARIA Nº. 2.472, DE 14 DE JUNHO DE 2011.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 06/2010, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE WALTER TEODORO BRUNKEN JÚNIOR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 20 de junho de 2011, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 06/2010, instaurado para apurar a responsabilidade de WALTER TEODORO BRUNKEN JÚNIOR.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de junho de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.473 de 14 de Junho de 2011.

PORTARIA Nº. 2.473 DE 14 DE JUNHO DE 2011.

DISPENSA A PEDIDO EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensada de suas atividades, a pedido, a partir desta data, a servidora SOLANGE COREZZOLLA, do cargo de Assistente Social, lotada com 40 horas semanais, nomeada pela Portaria nº 1.112/07.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de junho de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.474 de 14 de Junho de 2011.

PORTARIA Nº. 2.474 DE 14 DE JUNHO DE 2011.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR FRANCISCO JULIÃO CARDOZO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor FRANCISCO JULIÃO CARDOZO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 09 de junho de 2011 a 08 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 09 de junho de 2011.

Gaspar, 14 de junho de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Aviso de Alteração da Concorrência Nº 81/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso de Alteração da Concorrência nº 81/2011

O Município de Gaspar torna público e p/ conhecimento dos interessados no certame supramencionado, o qual tem por objeto a recuperação da ponte Hercílio Deeke, que em vista das alterações na planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, a data anteriormente publicada foi ADIADA, redesignando-se o dia 18/07/2011, às 9h p/ o recebimento dos envelopes e às 9h30min do mesmo dia p/ a abertura do certame, no local indicado inicialmente. O Edital completo está disponível no Depto de Compras do Paço Municipal, sito a Rua Coronel Aristalino Ramos, nº 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 14 de junho de 2011

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução N. 34/11

RESOLUÇÃO Nº 34/2011.

NOMEIA INTEGRANTES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora e Comissão Executiva da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas nos arts. 39, "I"; 43, "V", da Lei Orgânica e 45, "V", do Regimento Interno,

CONSIDERANDO que a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", determina no art. 51 e seus parágrafos a necessidade de formação de Comissão Permanente para processamento de licitação; e

CONSIDERANDO que o mandato perante a Comissão de Licitação é de um ano (§ 4º, art. 51), e a Resolução nº 26/2010 data de 27 de abril, e fora o último instrumento editado na espécie,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica composta, a Comissão Permanente de Licitação, pelos servidores efetivos Clésio da Costa, Emerson Pereira e Marcelo Peterson Pereira, além dos comissionados e ocupantes do cargo de assessor parlamentar, os servidores Ernesto Hostin e Luiz José Rossini.

Art. 2º Fica determinado o prazo de cinco dias para que os integrantes da Comissão se reúnam para escolha do Presidente, Secretário e seus respectivos vices.

Art. 3º As despesas geradas por esta Resolução correrão por conta do orçamento vigente da Câmara Municipal, inclusive pagamento de gratificação aos membros da comissão, nos ditames legais.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 14 de junho de 2011.

Mesa Diretora e Comissão Executiva
CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA
Presidente

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO
Vice-Presidente

JOSÉ AMARILDO RAMPELOTTI
1º Secretário

RAUL SCHILLER
2º Secretário (em licença)

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Concorrência Nº 001/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0061/2011
CONCORRÊNCIA Nº 001/2011

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO

Construção da Creche/Escola Infantil tipo B do Programa Pró-Infância a ser instalada na Rua 1º de Janeiro, Bairro São Jorge, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 13:30 horas do dia 20/07/2011.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu

Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO R\$ 1.251.150,22 (Hum milhão, duzentos e cinquenta e um mil, cento e cinquenta reais , vinte e dois centavos).

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site : www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 17 de junho de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 007/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2011

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2011, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, é registrado o preço para a eventual aquisição de Emulsão Asfáltica tipo RM - 1C, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo Senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a Empresa Compasa do Brasil Dist. De Derivados de Petróleo Ltda, neste ato, representada por seu procurador, Senhor Eduardo Domingos Barboza, em decorrência do Processo Licitatório nº 0054/2011, modalidade Pregão Presencial nº 0015/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
01	Emulsão Asfáltica Tipo RM-1C	TON	100	1.208,00	120.800,00

Valor Total: R\$ 120.800,00 (Cento e vinte mil e oitocentos reais).

Herval d'Oeste, 30 de Maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

EDUARDO DOMINGOS BARBOZA

Procurador

CPF: 550.760.681-15

Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Daiane Lorini

CPF: 004.534.269-56

Ata de Registro de Preços Nº 008-B/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008-B/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2011

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2011, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de uniformes e demais acessórios para diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Detoni Equipamentos de Segurança Ltda, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Mateus Rodrigo Detoni, em decorrência do processo licitatório nº 0048/2011, modalidade Pregão Presencial nº 0011/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação de serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 3.657,00 (Três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais).

Herval d'Oeste, 01 de Junho de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

MATEUS RODRIGO DETONI

Sócio Administrador

CPF: 004.381.230-93

Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Daiane Lorini

CPF: 004.534.269-56

Ata de Registro de Preços Nº 008-C/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008-C/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2011

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2011, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de uniformes e demais acessórios para diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Maggilã Ind. E Com. De Confecções Ltda, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Claiton Cesar Maggi, em decorrência do processo licitatório nº 0048/2011, modalidade Pregão Presencial nº 0011/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação de serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 17.658,80 (Dezessete mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).

Herval d'Oeste, 01 de Junho de 2011.

Nelson Guindani

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

Claiton Cesar Maggi

Sócio Administrador

CPF: 399.054.380-68

Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Daiane Lorini

CPF: 004.534.269-56

Ata de Registro de Preços Nº 008-D/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008-D/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2011

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2011, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de uniformes e demais acessórios para diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a

empresa Personalit Ind. E Com. Ltda ME, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Reginaldo Cristiano Henrique, em decorrência do processo licitatório nº 0048/2011, modalidade Pregão Presencial nº 0011/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação de serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 42.662,90 (Quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e noventa centavos).

Herval d'Oeste, 01 de Junho de 2011.

Nelson Guindani

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

Reginaldo Cristiano Henrique

Sócio Administrador

CPF: 051.471.269-45

Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Daiane Lorini

CPF: 004.534.269-56

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.913.2011

Lei nº 3.913, de 14 de junho de 2011.

Dispõe sobre a doação de imóvel ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, uma área de terra denominada como área J (desmembramento), registrado na matrícula sob o nº 18.841, fls. 01 do Livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituba, equivalendo um total de 4.324,55 m2, (quatro mil trezentos e vinte e quatro vírgula cinquenta e cinco metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

- frente a noroeste medindo 64,00m (sessenta e quatro metros), confronta com a Rua Nicolau Bartolomeu da Rosa Matos, em outro segmento ao norte medindo 9,43m(Raio 6,00), confronta com a Rua Nicolau Bartolomeu da Rosa Matos;
- fundos a sudeste medindo 64,00m, confronta com a Rua João Hipólito Nascimento, em outro segmento ao leste medindo 9,43m(Raio 6,00), confronta com a Rua João Hipólito Nascimento;
- lateral direita a nordeste medindo 50,00m, confronta com a Rua Ernani Cotrin;
- lateral esquerda a sudoeste medindo 62,00m, confronta com a

área K.

Parágrafo único. A área doada destina-se a construção de prédio que abrigará a sede da Comarca e Imbituba, cujas despesas correrão por conta do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 2º Resolve-se a doação, em qualquer tempo, caso o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina não realize a construção prevista no Parágrafo único do Artigo 1º desta Lei, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio do município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de junho de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.914.2011

Lei nº 3.914, de 14 de junho de 2011.

Cria dispositivos na Lei nº 1.383, de 11 de abril de 1994, que Define a Política Municipal de Turismo, cria o Conselho Municipal de Turismo, e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados os Incisos XVII e XVIII no Art. 3º da Lei nº 1.383, de 11 de abril de 1994, com redação determinada pela Lei nº 3.016, de 27 de dezembro de 2006, que passam a ter as seguintes redações:

"XVII - Da Secretaria Municipal de Saúde;

XVIII - Das Entidades Ambientais, indicados pela representação local."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de junho de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.915.2011

Lei nº 3.915, de 14 de junho de 2011.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro ao Conselho Comunitário de Ibiraqueira.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro ao Conselho Comunitário de Ibiraqueira, inscrito no CNPJ sob o nº 86.991.155/0001-52, a importância

de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à realização do I Festival da Tainha com Farinha 2011.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para este determinado fim.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de junho de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.916.2011

Lei nº 3.916, de 14 de junho de 2011.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Comunitária Rural de Imbituba - ACORDI.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à seguinte entidade:

I - Associação Comunitária Rural de Imbituba - ACORDI, inscrita no CNPJ sob o nº 05.192.944/0001-21, a importância de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à realização da VIII Feira da Mandioca de Imbituba 2011.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para este determinado fim.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de junho de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Iomerê

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 632/2011

LEI Nº. 632, DE 15 DE JUNHO 2011.

Autoriza o Município de Iomerê a firmar convênio com o Município de Videira, para atendimento a programa sócio assistencial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ Faz Saber Que A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio financeiro, através do Fundo de Assistência Social e no Programa de Atendimento da Criança e Adolescente, com o Município de Videira, nos termos da minuta de convênio anexa e que faz parte da presente Lei.

§ 1º O objeto do presente convênio é estabelecer uma cooperação financeira entre as partes, para atendimento de crianças e adolescentes, que tiverem seus direitos violados e para casos de abrigo, sendo medida provisória e excepcional.

§ 2º Para fins do disposto no art. 1º desta lei, o Município de Iomerê repassará mensalmente a quantia de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) por criança abrigada ou 01 (um) salário mínimo nacional quando não houver criança abrigada para manutenção da vaga, devendo ser pago até o décimo dia útil do mês subsequente.

§ 3º O Município de Videira será obrigado a apresentar prestação de contas durante a vigência do acordo, por meio de recibos e notas fiscais, havendo necessidade do Município de Iomerê.

Art. 2º O convênio vigorará até 31 de dezembro de 2011, podendo ser renovado anualmente caso haja interesse entre as partes.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

08 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2078 - Atendimento a Criança e Adolescente

3390.00.00 - Aplicações Diretas

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 15 de junho de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

MINUTA DE CONVÊNIO

LEI Nº /2011

Termo Convênio que entre si celebram o MUNICIPIO DE IOMERÊ e o MUNICÍPIO DE VIDEIRA para atendimento a programa sócio assistencial.

O MUNICIPIO DE IOMERÊ, através do Fundo de Assistência Social e no Programa de Atendimento da Criança e Adolescente, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, em Iomerê-SC, inscrito no CNPJ nº 01.644.712/0001-20, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ANTONINHO BALDISSERA, neste ato denominada CONVENIADA e o MUNICIPIO DE VIDEIRA, através do Fundo Municipal da Criança e Adolescente, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel roque, nº 188, em Videira-SC, inscrito no CNPJ nº 03.333.619/0001-06, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, denominada de CONVENIENTE, visando a colaboração financeira do Município.

DO OBJETO

Cláusula 1ª - Este convênio tem por objeto estabelecer uma cooperação financeira, entre as partes, para atendimento de crianças e adolescentes do Município de Iomerê que tiverem seus direitos violados e para casos de abrigo, sendo medida provisória e excepcional.

DO PRAZO E VALOR

Cláusula 2ª - O presente convênio vigorará a partir do mês de _____ de 2011 até dezembro de 2011, podendo ser prorrogado ou renovado, através de termo aditivo.

Cláusula 3ª - O valor do presente convênio está fixado em R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) por mês por criança abrigada ou 01 (um) salário mínimo nacional quando não houver criança abrigada para manutenção da vaga, devendo ser pago pela CONVENIADA mensalmente até o décimo dia útil do mês subsequente.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula 4ª - A CONVENIENTE obriga-se a apresentar prestação de contas durante a vigência do acordo, por meio de recibos e notas fiscais, havendo necessidade da CONVENIADA.

Parágrafo Único - Os recursos pagos pela CONVENIADA deverão ser depositados em conta bancária, através do Banco do Brasil, banco 001, agência 0403, conta corrente 19.659-2, mediante recibo de cobrança.

DAS OBRIGADÕES DAS PARTES

Cláusula 5ª - Compete à CONVENIADA repassar os recursos financeiros de acordo com a permanência da criança e a CONVENIENTE

aplicar os recursos recebidos exclusivamente na Casa Lar e prestar contas dos recursos recebidos à CONVENIADA, se for solicitado.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 6ª - Os participantes responderão isoladamente pelos atos que praticarem sem a devida anuência das demais partícipes deste convênio, e responderão pelos danos morais e/ou materiais causados ente si, ou perante terceiros, cuja reparação venha a ser exigida judicial ou extrajudicialmente, ficando a parte infratora obrigada a ressarcir a parte lesada o valor integral das despesas decorrentes de seus atos.

Cláusula 7ª - O descumprimento das obrigações previstas neste convênio poderá ensejar a sua rescisão antecipada, mediante aviso escrito enviado a parte que deu causa a rescisão.

Cláusula 8ª - Elegem as partes o foro da comarca de VIDEIRA/SC para dirimir as questões oriundas do presente Termo.

DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 9ª - As situações não previstas no presente termo de convenio serão reguladas mediante acordo entre as partes ou, não sendo isto possível, observando-se a legislação pertinente.

E por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, frente às testemunhas abaixo subscritas.

Iomerê (SC), de _____ de 2011.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

VILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome:

CPF :

Nome:

CPF :

Extrato Contrato ACT11009 -FMS

Prefeitura Municipal de Iomerê

Extrato de Contrato nºACT11009

Contratante Prefeitura Municipal de Iomerê

Contratado: IVANIR PEROSA PELLE

Objeto: prestação de serviços de Agente Comunitário de Saúde

Data assinatura: 06/06/2011

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato ACT110022

Prefeitura Municipal de Iomerê

Extrato de Contrato nºACT11022

Contratante Prefeitura Municipal de Iomerê

Contratado: ADAIANA CAMILA WEISS FALETTI

Objeto: prestação de serviços de Professor

Data assinatura: 31/05/2011

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato ACT11010 - FMS

Prefeitura Municipal de Iomerê
Extrato de Contrato nºACT11010

Contratante Prefeitura Municipal de Iomerê
Contratado: REGIANE ELISÂNGELA P. EBELING
Objeto: prestação de serviços de Agente Comunitário de Saúde
Data assinatura: 06/06/2011

ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Notificação**NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de Iomerê/SC, nos termos da Lei Federal nº. 9452 de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais e a população em geral, a liberação de recursos do Governo Federal conforme segue:

Data de crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
02/06/2011	Ministério da Saúde	Vigilância Sanitária	2.492,20
06/06/2011	Ministério da Saúde	SAMU	12.500,00
07/06/2011	Ministério da Saúde	Assistência Farmacêutica Básica	1.123,28
09/06/2011	Ministério da Saúde	Atenção Básica - PAB Fixo	3.964,50
10/06/2011	Fundo Nacional Assistência Social	FMA SPBVII	1.000,00
02/06/2011	FNDE	PNAE - Merenda Escolar	1.476,00
02/06/2014	FNDE	PNATE - Transporte Escolar	4.980,36

Secretaria de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2.103/2011

DECRETO Nº 2.103/11, DE 20 DE MAIO DE 2011.

Prorroga o Decreto nº 2.077/11, de 21 de fevereiro de 2011, que declarou Situação de Emergência, na área do Município afetada por enxurradas ou inundações.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo , da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 07 do Decreto Federal no 7,257 , de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO:

A ocorrência de enxurradas prolongadas, provocadas pelo aumento das precipitações pluviométricas, dia 21 de fevereiro de 2011, que atingiu parte do Município, conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;

Que como consequência deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexo a este Decreto;

A recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que

avaliou e quantificou o desastre de acordo com a Resolução nº 03 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

Que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada pelo desastre e despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre, aliado aos prejuízos socioeconômicos decorrente das fortes chuvas que ocasionaram inundações e estragos nas estradas, deixando a população isolada, alunos sem aula, danos à rede elétrica, deixando a população de várias localidades sem energia elétrica.

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o Decreto nº 2.077/11, de 21 de fevereiro de 2011, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 90 dias.

Irineópolis / SC, 20 de Maio de 2011.

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Convite Nº 13/2011 - Processo Nº 51/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 29/06/2011 às 09:30 horas, em sua sede administrativa, sita à Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, n.º 430, Licitação na modalidade Convite nº 13/2011 - Processo nº 51/2011, para a Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e execução técnica de obras do sistema de infra-estrutura elétrica, cabeamento estruturado e instalações elétricas para informática, da nova sede administrativa da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme projeto básico e memorial descritivo, parte integrante do edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, como também consultado pelo site www.diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/

Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais). O horário disponível para retirada é das 07:30h às 12:00h e 13:30h às 16:30h.

Itapoá, 15 de junho de 2011.

ERVINO SPERANDIO
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 3.215

PORTARIA Nº 3.215 DE 16 DE MAIO DE 2011
"NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º NOMEAR os Servidores para compor as comissões de avaliações de estágio probatório 1º semestre 2011:

Secretaria Municipal de Educação:
Ires Merlo Volpato
Marilena Zanoelo Detoni
Sonia Ap. P. Zabott

Secretaria Municipal de Infraestrutura:
José Antonio Martins
Janete do Prado
Venilton Rogério Teles

Secretaria Municipal de Gestão Financeira:
Claudete Maria Toscan da Silva
Eliaana Zardo
Iria Flávia Rodrigues Torrico

Secretaria Municipal de Ação Social:
Ivone Zanatta
Maristela Rosa Abatti Schuler
Waldemar Ronssen Junior

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC., em 16 de maio de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 3.222

PORTARIA Nº 3.222 DE 23 DE MAIO DE 2011
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) VILMA CAROLINA BROETO, durante o período de 23 de maio de 2011

a 20 de dezembro de 2011, para exercer as funções de Professor ACT-LP, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo edital 007/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 23 de maio de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 3.223

PORTARIA Nº 3.223 DE 27 DE MAIO DE 2011
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) NEWDIBERTO NIVALDO ANTONIO GHIGGI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 27 de maio de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 27 de maio de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 3.224

PORTARIA Nº 3.224 DE 27 DE MAIO DE 2011
"SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Substitui servidor indicado, para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar referente a apuração dos fatos apontados a respeito do Servidor ANTONIO FILIPPETTO CORREA LOPES, conforme Memorando 148/2011 da Secretaria Municipal de Saúde, bem como documentos anexos ao processo, nos termos do Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Membro: Alceu Sebastião de Lima
Substituto: Fabio Junior Zanin

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 27 de maio de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 3.225

PORTARIA Nº 3.225 DE 30 DE MAIO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições
que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) JULECI FATIMA VOLPATO,
Professor Licenciatura Plena, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito,
pedido protocolado sob n.º 118.535 de 14 de fevereiro de 2011,
referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro
de 2006 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 30
de maio de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro
de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,
obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08
de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 30 de maio de 2011
RAFAEL LASKE**Portaria 3.226**

PORTARIA Nº 3.226 DE 30 DE MAIO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições
que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) LEILA CEZAR, Professor Licen-
ciatura Plena, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido proto-
colado sob n.º 118.586 de 15 de fevereiro de 2011, referente ao
período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12
dias), 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias),
01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um
período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 30 de maio de 2011
de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,
obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08
de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 30 de maio de 2011
RAFAEL LASKE**Portaria 3.227**

PORTARIA Nº 3.227 DE 30 DE MAIO DE 2011

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPE-
CIFICA"O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribui-
ções que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) EDINA
BELINI B. ANDRADE, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria
Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido
pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar
nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,
produzindo seus efeitos desde 20 de maio de 2011, obedecido o
disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de
2010.

Joaçaba - SC, em 30 de maio de 2011
RAFAEL LASKE**Portaria 3.228**

PORTARIA Nº 3.228 DE 30 DE MAIO DE 2011

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribui-
ções que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a)
Senhor(a) IVETE RAMELLA, do cargo de Professor Pós Graduado
(Latu Sensu), com lotação na Secretaria Municipal de Educação,
sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares
nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 81, § 4º
da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,
obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08
de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 30 de maio de 2011
RAFAEL LASKE**Extrato CC 1/2011/PMJ - PL 74/2011/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2011/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 1/2011/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos
serviços e o fornecimento do material necessário para a comple-
mentação da construção do novo Terminal Rodoviário de Joaçaba,
SC, às margens da BR 282, KM 388, Bairro Nossa Senhora de
Lourdes, neste Município. Tipo: Empreitada por Preço Unitário.
Forma de Julgamento: Menor preço global. Data da abertura: Dia
27/07/2011, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão
Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e
entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 27/07/2011 no
Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital:
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras
e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro,
em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19
horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação
deste aviso. O edital completo (projetos, orçamento estimativo e
memorial descritivo), poderá ser adquirido no Setor de Compras
e Licitações, mediante o pagamento de R\$ 30,00 (trinta reais),
relativos ao seu custo. Quaisquer informações poderão ser solici-
tadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado
acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail
comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 16 de junho de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito**Extrato PP 33/2011/PMJ - PL 69/2011/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2011/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2011/PMJ

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de material de construção

e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2011. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 05/07/2011, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 05/07/2011. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 15 de junho de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato TP 1/2011/FMS - PL 23/2011/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2011/FMS

TOMADA DE PREÇO Nº 1/2011/FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software para a Gestão da Saúde, que atenda as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Projeto Básico deste Edital. Tipo: Técnica e Preço. Data da abertura: Dia 21/07/2011, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 21/07/2011, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 15 de junho de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

VILMAR ZILIO

Gestor do FMS

Extrato TP 7/2011/PMJ - PL 73/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2011/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 7/2011/PMJ

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

Objeto: Contratação de agência de propaganda para a prestação dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir os atos da Administração ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no §1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010. Tipo: Técnica e Preço. Data da

abertura: Dia 26/07/2011, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes contendo as Propostas Técnicas (01, 02 e 03) e a Proposta de Preços (04): até as 14h30min do dia 26/07/2011, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações.

Joaçaba, 15 de junho de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Homologação da Inscrições Edital 001/2011 após análise dos recursos

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, APÓS RECURSOS, DO PROCESSO SELETIVO DE EDITAL Nº 001/2011 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE JOAÇABA (SC)

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do presente documento, apresenta a homologação das inscrições, após análise dos recursos, dos candidatos inscritos às provas do Processo Seletivo n.º 001/2011 da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo n.º 001/2011, após análise dos recursos, da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba (SC), ao(s) seguinte(s) emprego(s) conforme situação descrita:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM		
Nº da Inscrição	Candidato(a)	Situação da Inscrição
05-A	Tatiane Ferrari	Homologada
11	Francieli Grisa	Homologada
14	Rogério Cesar Horácio	Homologada
23	Ursula Gonçalves Viegas	Homologada
24	Elizabeth Simone Bof	Homologada
30	Juceli Bonamigo	Homologada
31	Elizandra Fidelis	Homologada
37	Neiva Lucia Ribeiro da Silva	Homologada
44	Maria Francisca Carniel	Homologada
40	Maria Celia Ferreira da Silva Weber	Homologada

TOTAL DE INSCRITOS: 10 (DEZ)

ENFERMEIRO		
Nº da Inscrição	Candidato(a)	Situação da Inscrição
01	Juliana Santos	Homologada
02	Nádia Rubia Heylmann	Homologada
02-A	Jaqueline Cofferi	Homologada
03	Debbie Jéssica Guessser	Homologada
04	Lisiani Rosa Rennau	Homologada
05	Cristina Boff	Homologada
06	Eliciane Rebetchuk	Homologada
07	Daiana Rossi	Homologada
08	Rubia Toigo Miquelotto	Homologada
08-A	Cristiane Baretta	Não homologada. Motivo: não cumpriu o disposto no subitem 2.5.8 do Edital 001/2011
09	Jusara Fátima das Neves	Homologada

09-A	Angela Aurora Andrin	Homologada
10	Daisa Roman	Homologada
10-A	Jussara Panceri	Homologada
12	Suzan Cristini Milani	Homologada
13	Jucieli Bianchi	Homologada
15	Paula Marco Marchiori	Homologada
16	Aline Caren Schmidt	Homologada
17	Dania Brocardo	Homologada
18	Salete Paris	Homologada
19	Giovana Morais Lanhi	Homologada
20	Tailana Bazzo	Homologada
21	Ester Lima Costa	Homologada
22	Angela Maria Mulinari	Homologada
25	Angela Signori	Homologada
26	Charline Zarpelon	Homologada
27	Claudia Rosalia Dall Agnol	Homologada
28	Aline Belini Balbinot	Homologada
29	Katyane Heck	Homologada
32	Leoni Roseméri Michaut	Homologada
33	Rafaela Sartori	Homologada
34	Marilde Bispo Antunes de Oliveira	Homologada
35	Fernanda Trombetta	Homologada
36	Adriana Galhotto dos Santos	Homologada
38	Daiane Emmerich de Almeida	Homologada
39	Soleni Vanzella	Homologada
41	Aline de Oliveira	Homologada
42	Jenifer Aparecida Geuster	Homologada
43	Leila Mara Ferreira	Homologada
45	Lediane Lurdes Deon	Homologada

TOTAL DE INSCRITOS: 40 (QUARENTA)

Art. 2º - Do total de 50 (cinquenta) candidatos que compareceram durante o período destinado para inscrições para os empregos relacionados no Edital de Processo Seletivo nº 001/2011 da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba (SC), 49 (quarenta e nove) candidatos tiveram as inscrições deferidas por atender aos requisitos exigidos no referido Edital e 01 (um) candidato teve a inscrição indeferida, conforme motivo descrito.

Art. 3º - Esta homologação entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba (SC), 14 de junho de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

Resolução Nº 002/2011-CMAS-JBA

Resolução Nº 002/2011-CMAS-JBA

Aprovar o cofinanciamento estadual e municipal dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade entre o FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social - Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e do FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social - Secretaria Municipal de Ação Social - Prefeitura de Joaçaba.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei 2.340, de 22 de março de 1996 e de acordo com a Reunião Ordinária do Conselho realizada em 08 de junho de 2011.

Considerando a Resolução do CEAS nº 04 de 10 de maio de 2011, que aprovou a partilha dos recursos de cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social de Média Complexidade ofertado nos CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social - e dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade com recursos do FEAS/SC, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Ratifica que o valor do cofinanciamento estadual através do FEAS/SC para os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade será de R\$ 63.360,00 e para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade será de R\$ 13.860,00, totalizando R\$ 77.220,00.

Parágrafo 1º - Os valores recebidos serão aplicados no percentual de 40% para investimento e 60% para custeio.

Art. 2º - Que o valor do cofinanciamento municipal para os serviços referidos no artigo 1º serão de R\$ 19.008,00 e R\$ 4.158,00, consecutivamente, equivalendo a um percentual aproximado de 30%, totalizando R\$ 23.166,00.

Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se.

Joaçaba (SC), em 14 de junho de 2011.

MARISTELA ROSA ABATTI SCHÜLER

Presidente CMAS-Joaçaba

José Boiteux

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 871/2011

Lei nº 871/2011, de 14 de junho de 2011.

Autoriza O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR ACORDO JUDICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO N. 027.10.002848-5, EM QUE FIGURAM COMO AUTOR A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE JOSÉ BOITEUX- SC E RÉU MUNICIPIO DE JOSÉ BOITEUX.

ALCINO PEREIRA, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de José Boiteux aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Acordo Judicial nos autos do Processo n. 027.10.002848-5, em que figura como Autor a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE JOSÉ BOITEUX e Réu MUNICIPIO DE JOSÉ BOITEUX.

§ 1º O valor do acordo judicial é fixado em R\$ 24.630,00 (vinte e quatro mil seiscentos e trinta reais);

§ 2º O montante referido no § 1º, do artigo 1º, será dividido da seguinte forma:

I - em 06 (seis) parcelas mensais, sendo que as duas primeiras parcelas no valor de R\$ 4.450,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta reais) serão efetuados diretamente ao procurador do autor Pablo Ideker da Silva, e as quatro parcelas restantes no valor de R\$ 3.933,00 (três mil novecentos e trinta e três reais) pagas diretamente ao Presidente da Associação Senhor Lirio Moser, todas mediante recibo.

II - O inadimplemento de quaisquer das parcelas, acarretará o vencimento antecipado do débito, fixando as partes, cláusula penal de 30% sobre o montante do débito.

III - Em caso de inadimplemento, o réu devera desocupar, imediatamente, o imóvel, independente de notificação.

Art. 2º - Os termos do acordo judicial proposto nos Autos são os constantes da cópia da petição em anexo, e que é parte integrante da presente Lei

Art. 3º - Eventuais Custas finais serão arcadas pelo Réu, sendo que os honorários advocatícios de sucumbência já estão incluídos no valor do débito.

Art. 4º - Os gastos decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 14 de junho de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto 030/2011

DECRETO nº 030/2011.

NOMEIA o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de José Boiteux.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado da Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto pela Lei nº 348, de 12 de dezembro de 1996.

DECRETA

Art.1º - Fica nomeado o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de José Boiteux, cuja composição é a seguinte:

I - Representantes Governamentais:
Representantes do Órgão da Assistência Social
Titular: Marli Fronza Zluhan
Suplente: Simone Aparecida Fernandes
Representantes do Órgão da Educação
Titular: Márcia Fusinato Barbosa Athayde
Suplente: José Ricardo Meneghelli
Representantes do Órgão da Saúde
Titular: Leonora Fusinato
Suplente: Alice Regina Supriano Fusinato
Representantes do Órgão das Finanças
Titular: Juliano Leite
Suplente: Sandro Marcus Zluhan

II - Representantes da Sociedade Civil - Órgãos Não Governamentais

Representantes das Associações Comunitárias

Titular: Valmor Moser

Suplente: Lirio Moser

Representantes do Sindicato e Entidades de Trabalhadores

Titular: Geraldo Vendrami

Suplente: Eduardo Foss

Representantes de Clubes da Terceira Idade.

Titular: Úrsula Kamell

Suplente: Inês Moser

Representantes da APAE

Titular: Nielsen A. Fusinato

Suplente: Regiane M. Stollmeier

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

José Boiteux, 13 de junho de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Portaria 269/2011

PORTARIA Nº 269/2011.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 30 da Lei Complementar n. 002/2005, o servidor Risieli Eskelsen para exercer o cargo de Professor Nível II, Grupo I, Docente - DOC, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 06.06.2011 a 16.12.2011.

José Boiteux, 06 de junho de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 270/2011

PORTARIA Nº 270/2011.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 30 da Lei Complementar n. 002/2005, o servidor Kelly Correa da Silveira para exercer o cargo de Professor Nível I NH, Grupo I, Docente - DOC, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 07.06.2011 a 16.12.2011.

José Boiteux, 07 de junho de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 271/2011

PORTARIA Nº 271/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, o servidor Rommel Severo Teixeira da Cunha para exercer o cargo de Medico, Código 1.13, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de

01.06.2011.

José Boiteux, 08 de junho de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 272/2011

PORTARIA Nº 272/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica RESOLVE CONCEDER DIFERENÇA SALARIAL, ao servidor Rommel Severo Teixeira da Cunha, no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), relativo a um dia de trabalho.

José Boiteux, 08 de junho de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 273/2011

PORTARIA Nº 273/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, a servidora Nilva Polidoro Zambiasi, para exercer o cargo de Servente, Código 3.11, Grupo III, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09.06.2011 a 30.12.2011.

José Boiteux, 09 de junho de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 274/2011

PORTARIA Nº 274/2011.

Alcino Pereira, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER LICENÇA A GESTANTE de 120 (cento e vinte dias) a servidora Elisete Pereira dos Santos, nos termos do artigo 125 da Lei nº 170, de 28.02.92, no período de 08.06.2011 a 05.10.2011 como especificado no atestado médico.

José Boiteux, 09 de junho de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 275/2011

PORTARIA Nº 275/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, o servidor Sergio Herdy Boechat, para exercer o cargo de Medico ,

Código 1.13, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 01.06.2011.

José Boiteux, 09 de junho de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 276/2011

PORTARIA Nº 276/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica RESOLVE CONCEDER DIFERENÇA SALARIAL, ao servidor Sergio Herdy Boechat, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), relativo a um dia de trabalho.

José Boiteux, 09 de junho de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 277/2011

PORTARIA Nº 277/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73,I, da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO, do Servidor Marcio Rogério da Silva, admitido através da Portaria n. 126/2011, no cargo temporário de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13.06.2011.

José Boiteux, 13 de junho de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 278/2011

PORTARIA Nº 278/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 487 CLT RESOLVE CONCEDER RESCISÃO CONTRATUAL a partir de 14.06.2011, em virtude do "Pedido de Demissão sem justa causa" da empregada pública Márcia Possamai, admitido através da Portaria n. 358/2007, no cargo de Agente de Saúde.

José Boiteux, 14 de junho de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 279/2011

PORTARIA Nº 279/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 74, II da lei nº 170 de

28.02.92 RESOLVE TORNAR VACANTE A FUNÇÃO GRATIFICADA "FG 4", da Servidora Nara Moser Coelho, concedida pela portaria 325/2010, a partir do mês de junho de 2011.

José Boiteux, 14 de junho de 2011.

ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 280/2011

PORTARIA Nº 280/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 74, II da lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE TORNAR VACANTE A FUNÇÃO GRATIFICADA "FG 4", do Servidor Jonas Anderson Deringer, concedida pela portaria 324/2010, a partir do mês de junho de 2011.

José Boiteux, 14 de junho de 2011.

ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 281/2011

PORTARIA Nº 281/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, ao servidor Edson da Cunha, para exercer o cargo de Operador de Equipamento, Código 3.09, Grupo III, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14.06.2011.

José Boiteux, 14 de junho de 2011.

ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 282/2011

PORTARIA Nº 282/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 487 CLT RESOLVE CONCEDER RESCISÃO CONTRATUAL a partir de 15.06.2011, em virtude do "Pedido de Demissão sem justa causa" da empregada pública Marli Schwartz Gorgik, admitido através da Portaria n. 350/2009, no cargo de Agente de Saúde.

José Boiteux, 15 de junho de 2011.

ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 283/2011

PORTARIA Nº 283/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da

competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, RESOLVE COMUNICAR A DESISTÊNCIA, do candidato Lucas Alupes Weissweiler, inscrito no Concurso Público 001/2010 (PSF), 2º classificado para exercer o cargo de Agente de Saúde, que manifestou formalmente sua desistência da vaga conforme declaração anexa.

José Boiteux, 16 de junho de 2011.

ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Alteração Pregão pml.024.2011 - PNEUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

AVISO DE ALTERAÇÃO nº01

Processo de Licitação 047.2011

Pregão Presencial nº 0024/2011

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Prefeito, NORIVAL FIORIN, torna público que o Edital de Pregão Presencial nº 24.2011, cujo objeto é "aquisição, de forma parcelada, de pneus e câmaras de ar destinados à manutenção dos veículos, equipamentos rodoviários e caminhões de propriedade da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna.", sofreu ALTERAÇÕES nas especificações dos itens nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 19, 20, 27, 28, 29, 30, 32, 36, 37, 38, 39 e 40.

Diante disso, fica alterada a data para o processamento do pregão para o dia 07 de julho de 2011, às 08 horas, assim como a data de credenciamento, a data de entrega dos envelopes da proposta e da documentação para o mesmo dia, até as 08 horas.

As demais cláusulas e condições do edital permanecem inalteradas.

Luzerna, (SC), 16 de junho de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito de Luzerna

Aviso Dispensa pml.012.2011 - SEBRAE

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 0052/2011

PREFEITURA DE LUZERNA

AVISO DE DISPENSA Nº 0012/2011

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0052/2011

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Contratação da empresa de SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA INDÚSTRIA METAL MECÂNICA DO MEIO OESTE.

Valor homologado: R\$ 9.261,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inciso XIII.

Luzerna (SC), 15 de junho de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório nº 0025/2011. Leilão nº 0001/2011. Objeto: Alienação do lote 06 (aproximadamente 2.000 kg de ferro velho) considerado bem inservível para o município, aprovado pela Lei 508 de 04 de maio de 2011. Empresa: Comércio de Ferro Velho Vanelli LTDA ME. Valor da alienação: R\$ 300,00.

Macieira, 15 de junho de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão de Licitações

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 202/2011

PORTARIA n.º 202/2011
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, RESOLVE:

C O N C E D E R

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal CLÁUDIA CASAGRANDE GONÇALVES, ocupante do cargo de Professora Efetiva, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 31 de Janeiro de 2005 a 28 de Janeiro de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Junho de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 203/2011

PORTARIA n.º 203/2011
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009, Lei nº 1409/2009 e suas alterações, e edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora VANESSA DELAIR TORETI SCARABELOT, para ocupar o cargo de Professora Act, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível de referência conforme anexo III da Lei nº 1409/2009 - 100%, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto, em virtude de licença prêmio da servidora Cláudia Casagrande Gonçalves, até o retorno da mesma.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Junho de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 204/2011

PORTARIA n.º 204/2011
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009, Lei nº 1409/2009 e suas alterações, e edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora MONIZE BONFANTE LAURINDO, para ocupar o cargo de Professora Act, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível de referência conforme anexo III da Lei nº 1409/2009 - 80%, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto, em virtude de licença prêmio da servidora Cláudia Casagrande Gonçalves, até o retorno da mesma.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Junho de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 205/2011

PORTARIA n.º 205/2011

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei n.º 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009, Lei n.º 1409/2009 e suas alterações, e edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora JANICE MACHADO ALEXANDRE SCARPARI, para ocupar o cargo de Professora Act, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível de referência conforme anexo III da Lei n.º 1409/2009 - 100%, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em virtude de licença prêmio da servidora Rosane Bristot Piazza, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de Junho de 2011.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI

Prefeito em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Nova Trento**PREFEITURA MUNICIPAL****Resumo Concorrência Nº 001**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

EDITAL DE LICITAÇÃO No 076/2011 - CONCORRÊNCIA Nº 001/2011 -

Objeto: A Prefeitura Municipal de Nova Trento, através da Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, leva ao conhecimento dos interessados que se acha aberta a CONCORRÊNCIA Nº 001/2011, EDITAL No 076/2011, do tipo menor preço, regime de empreitada Global por preço unitário, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações introduzidas pelas Leis n.º 8.883, de 08 de junho de 1994, e n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a Contratação de Empresa especializada na execução de Obras de Contenção de Encostas, Drenagem e Pavimentação da Estrada que leva ao Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro (extensão de 1,89 Km), em Nova Trento-SC, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos necessários e Mão-de-obra para execução dos serviços objeto desta Licitação. O recebimento da documentação e das propostas dar-se-á no Protocolo Geral da Prefeitura de Nova Trento, à Praça del Comune, 126, Centro, em Nova Trento, até às 14:00 horas do dia 25 de julho de 2011, com início da abertura dos envelopes 30 (trinta) minutos após, na Sala de Licitações da Prefeitura de Nova Trento, no Auditório localizado no segundo piso, do endereço acima mencionado.

Outras Informações: Fone(s): 48.32673211 - 48.32673213 ou

através do e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Resumo do Pregão Presencial Nº 021

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 063/2011 - Pregão Presencial nº 021/2011
Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos leves, pesados e semipesados da frota do Município de Nova Trento, e fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais da marca do veículo, compreendendo os serviços de mecânica em geral, parte elétrica, soldas, estofamento, lanterneiro, pintura, alinhamento e balanceamento, tornearia, sistema de molas, escapamentos, radiadores, suspensão, sistema de freios, colagem de pneus, bem como, retífica de motores e bomba e outros serviços afins, necessários ao completo e perfeito funcionamento dos veículos e máquinas, prestação de serviços.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 06/07/2011 até as 14:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 - e-mail compras@novatrento.sc.gov.br - zico@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato TA 001 ATO CT Nº 001/2011**

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 001/2011 TA 001

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : FELIPE B. BOTTEGA ME

Valor : 367,00 (trezentos e sessenta e sete reais)

Vigência : Início: 16/06/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2010

Recursos: Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (114)

Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento das quantidades dos serviços de Lavagens dos itens abaixo relacionados. Item 07 - Qtdade 7 Sv. Serviço de Lavagem Completa de Trator de Pneu/Micro/Vans/Sprinter/Toyota 25,00 -175,00; Item 04 - Qtdade 16 Sv. Serviço de Lavagem Completa de Veículos Leves 12,00 -192,00.

NOVO HORIZONTE, 16 de Junho de 2011

Convocação para Reabertura da Sessão do Pregão Presencial FMS Nº 002/2011

CONVOCAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 002/2011

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por intermédio de seu Gestor Sr. ROGERIO ACACIO MASCARELLO, portador de CPF nº 595.885.279-53, residente na Avenida Castelo Branco, Centro de

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Novo Horizonte, SC, no uso de suas atribuições legais, em consideração a Solicitação da Empresa DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA, pela sua desclassificação do item 136 no Pregão Presencial FMS Nº 002/2011, por motivos devidamente comprovados nos autos, sendo por motivo de fato superveniente (Descontinuação do medicamento do portfólio de comercialização e de produção do fármaco em tela). Tornando assim a medida mais conveniente para administração com fundamento no Item 09 da Ata de Registro de Preços e no § 2º do artigo 13 do Decreto Municipal Nº 1.694/2009, CANCELAR, a partir da presente data, o Registro de Preço do Item 136 (Amitriptilina) da empresa Fornecedora DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ Nº 03.362.758/0001-68, da Ata de Registro de Preços Nº 001/2011, que visa a eventual aquisição de medicamentos.

Ficam CONVOCADAS as empresas abaixo relacionadas participantes do processo de Registro de Preços FMS Nº 001/2011, que tem os preços registrados com o mesmo valor de R\$ 0,03 para o item 13, na quantidade estimada de 40.000,00 Comprimidos, para reabertura da sessão pública referente ao Pregão Presencial FMS Nº 002/2011, a ser realizada no dia 28/06/2011 as 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, localizada na Rua José Fabro, 01, centro, neste município de Novo Horizonte/SC.

Novo Horizonte/SC, em 16 de Junho de 2.011.

ROGERIO ACACIO MASCARELLO

Gestor FMS

- 1-CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
- 2-DIMASTER-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- 3-SULMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- 4-MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS
- 5-DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA

Termo de Cancelamento de Fornecedor do Registro de Preços FMS Nº 001/2011

TERMO DE DESPACHO DE CANCELAMENTO DE FORNECEDOR DO REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2011.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por intermédio de seu Gestor Sr. ROGERIO ACACIO MASCARELLO, portador de CPF nº 595.885.279-53, residente na Avenida Castelo Branco, Centro de Novo Horizonte, SC, no uso de suas atribuições legais, em consideração a Solicitação da Empresa DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA, pela sua desclassificação do item 136 no Pregão Presencial FMS Nº 002/2011, por motivos devidamente comprovados nos autos, sendo por motivo de fato superveniente (Descontinuação do medicamento do portfólio de comercialização e de produção do fármaco em tela). Tornando assim a medida mais conveniente para administração com fundamento no Item 09 da Ata de Registro de Preços e no § 2º do artigo 13 do Decreto Municipal Nº 1.694/2009, CANCELAR, a partir da presente data, o Registro de Preço do Item 136 (Amitriptilina) da empresa Fornecedora DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ Nº 03.362.758/0001-68, da Ata de Registro de Preços Nº 001/2011, que visa a eventual aquisição do medicamentos.

Solicita que seja convocado o 2º colocado para assinatura da Ata de Registro de preços em relação ao item 136.

Novo Horizonte/SC, em 15 de Junho de 2.011.

ROGERIO ACACIO MASCARELLO

Gestor FMS

Palmitos

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo Licitatório 082/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE PALMITOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº082/11 Modalidade: Pregão Presencial nº014/11. Objeto: CONTRATAÇÃO DE HORA TÉCNICA PARA SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NO MOVIMENTO AGROPECUÁRIO E ECONÔMICO, OBJETIVANDO INCREMENTAR O RETORNO DO ICMS PARA O MUNICÍPIO DE PALMITOS. Entrega do Envelopes: 30/06/2011, até as 08:00 horas. Abertura do Envelopes: 30/06/2011 as 08:30 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 04 de maio de 2011.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Passo de Torres

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº.097/2011

DECRETO Nº. 097, DE 13 DE JUNHO DE 2011.

"DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, o dia 24 de junho de 2011, (sexta- Feira) .

Art. 2º - Os serviços Públicos Municipais normais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo - Único - Os serviços municipais: coleta de lixo e saúde permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de junho de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 13 de junho de 2011.

JOELMA DOMINGOS LOPES HESPANHOL

Secretária de Administração e Finanças

Paulo Lopes**PREFEITURA MUNICIPAL****Resultado da Concorrença 28/2011**

CONCORRÊNCIA Nº28/2011

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES comunica o resultado da Concorrência nº 28/2011 homologada em 14/06/2011, objetivando a concessão de direito real de uso do lote, A8 (5.300 m²), na área industrial do Município de Paulo Lopes, tendo como vencedora a seguinte empresa: TRANSPORTADORA FERNANDO SUL LTDA - EPP, CNPJ 78.876.554/0001-44, que obteve 88 pontos.

Paulo Lopes 17 de junho de 2011
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Controle da Origem e dos Gastos com Ensino Mês de Maio de 2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO
MES DE MAIO DE 2011

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	112.980,29
1.2 - ITBI	9.450,00
1.3 - ISS	376.562,49
1.4 - FPM	2.075.786,46
1.5 - IRRF	23.933,96
1.6 - ICMS	1.111.715,92
1.7 - IPI	21.715,24
1.8 - IPVA	172.886,16
1.9 - ITR	1.969,26
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	11.987,19
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	15.053,18
1.12 - Multas e Juros de Mora	8.286,21
TOTAL	3.942.326,36

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	985.581,59
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	750.915,57
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	4.955,03
2.3 - Convênios	286.684,51
TOTAL	2.028.136,70

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	679.212,05	678.662,08	-549,97
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	453.522,36	392.588,35	-60.934,01
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	302.348,24	177.280,96	-125.067,28
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	306.369,54	299.826,29	-6.543,25
3.5 - Convênios e Transferências	286.684,51	176.866,49	-109.818,02
TOTAL	2.028.136,70	1.725.224,17	-302.912,53

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Paulo Lopes, 15 de junho de 2011.

% APLICADO : 24,82%

Aplicado a menor : 7.093,22

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

Controle da Origem e dos Gastos com Saúde Mês de Maio de 2011**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE MAIO DE 2011**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	112.980,29
1.2 - ITBI	9.450,00
1.3 - ISS	376.562,49
1.4 - FPM	2.075.786,46
1.5 - IRRF	23.933,96
1.6 - ICMS	1.111.715,92
1.7 - IPI	21.715,24
1.8 - IPVA	172.886,16
1.9 - ITR	1.969,26
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	11.987,19
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	15.053,18
1.12 - Multas e Juros de Mora	8.286,21
TOTAL	3.942.326,36

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	591.348,95
2.2 - Rendimento de Aplicação	2.718,37
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	357.392,84
TOTAL	951.460,16

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	591.348,95	738.228,37	146.879,42
3.2 - Convênios e Transferências	360.111,21	263.225,81	-96.885,40
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	951.460,16	1.001.454,18	49.994,02

% aplicado = 18,73%
 Aplicado a maior = 146.879,42

Paulo Lopes, 15 de junho de 2011.

PREFEITO MUNICIPAL**CONTADOR****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

Demonstrativo da Despesa com Pessoal Junho/2010 a Maio/2011

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JUNHO/2010 A MAIO/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.394.103,31	0,00
Pessoal Ativo	5.218.779,71	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	175.323,60	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.792,73	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.792,73	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.390.310,58	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.390.310,58	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	11.477.009,63
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	46,97
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	6.197.585,20
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	5.887.705,94

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 15/06/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ADRIANI LUZIA COSTA
Secretária de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP
Contador

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.515, de 15 de Junho de 2011.

LEI Nº 1.515, DE 15 DE JUNHO DE 2011.

Autoriza O MUNICÍPIO A FIRMAR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a firmar Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, CNPJ/MF sob n. 83.052.191/0005-96, na forma do anexo a esta Lei.

Parágrafo único. O contrato objetiva a prestação, pela contratada, de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, na forma das ações descritas no Plano Anual de Trabalho - PAT.

Art. 2º Em razão do contrato, o Município pagará à contratada a quantia de R\$ 23.380,61 (vinte e três mil trezentos e oitenta reais e sessenta e um centavos), em 02 (duas) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 11.164,25 (onze mil cento e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), com vencimento da primeira em 10/07/2011 e a última em 10/09/2011.

Parágrafo único. Sobre o valor a ser pago incidirá, na forma da lei, Imposto Sobre Serviços e Imposto de Renda, que deverão ser retidos na forma da lei.

Art. 3º O contrato vigorará de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, ficando ratificados os serviços já prestados.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 15 de junho de 2011.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

ANEXO
(LEI Nº 1.515, DE 15 DE JUNHO DE 2011)

CONTRATO
TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER
Nº 188/2011

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, com sede à Av. Mal. Costa e Silva, 111, CEP: 89570-000, inscrita no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69., neste ato representado por seu prefeito municipal Euzébio Calisto Vieceli, inscrito no CPF sob o nº 219.837.479-04, e portador da Carteira de Identidade nº 580.604 - SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Jonatan Galio, CPF nº 021.656.389-50, RG nº 3.155.241 - SSP/SC, Gerente Regional da Epagri de Videira, CNPJ nº 83.052.191/0005-96, com endereço à Rua João Zardo, 1660, CEP 89560-000 - Videira - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Videira, unidade da CONTRATADA. E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos: Fonte 0100 Ação 0015 - Promoção e Extensão Rural e Item 2048- Assistência Financeira a Entidades

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho - PAT;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho - PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho - PAT no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho - PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

II - São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos

ministrados pela CONTRATADA;

4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 01 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011 facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 23.380,61 (vinte e três mil, trezentos e oitenta reais, sessenta e um centavos) divididos em 02 (duas) parcelas, repassado no período de vigência desse contrato conforme cronograma abaixo:

Parcela	Valor R\$	ISS a reter (3%)	IR a reter (1,5%)	Valor líquido	Vcto
1ª	11.690,30	350,70	175,35	11.164,25	10/07/2011
2ª	11.690,30	350,70	175,35	11.164,25	10/09/2011

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ÚLTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

CLÁUSULA SETIMA - DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consultantes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra

descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Pinheiro Preto, 15 de junho de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito(a) Municipal

JONATAN GALIO

Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Testemunhas:

Nome: Marli Beal Centofanti

CPF:423.288.029-15

Nome: Fabiana Orçatto

CPF: 039.994.639-02

Decreto Nº 3.401, de 14 de Junho de 2011.

DECRETO Nº 3.401, DE 14 DE JUNHO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) no Fundo Municipal de Saúde abaixo discriminado;

09 Fundo Municipal de Saúde

0901 Fundo Municipal de Saúde

0901.10 Saúde

0901.10.301 Atenção Básica

0901.10.301.0021 Saúde Básica

0901.10.301.0021.2067 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

33900000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0102.0

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) conforme abaixo discriminado;

09 Fundo Municipal de Saúde
0901 Fundo Municipal de Saúde
0901.10 Saúde
0901.10.301 Atenção Básica
0901.10.301.0021 Saúde Básica
0901.10.301.0021.2067 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
44900000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0102.0

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 14 de Junho de 2011.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Leilão Nº 001/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2011
MODALIDADE LEILÃO

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 05 de julho de 2011, licitação modalidade leilão nº 001/2011, tendo como objeto a VENDA DO SEGUINTE BEM MÓVEL INSERVÍVEL:

Um veículo imp/Ford microônibus, cor azul, placa CBL 1839, renavan nº 437286100, ano fabricação/modelo 1995, avaliado em R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais).

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 05/07/2011, até as 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e julgamento dos lances no mesmo dia às 10:15hs.

Maiores informações, bem como a leitura e obtenção da íntegra do edital, poderão ser feitas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 16 de Junho de 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 872/2011

DECRETO Nº 872/2011

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1.825, de 02/07/2010".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) destinados a suplementar a dotação

abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação.
Funcional-Programática: 12.361.0014
Projeto: 1.010 - Construção e ampliação de unidades escolares do Ensino Fundamental
Código Reduzido: 1
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 501 - 0.1.0001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 12.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo descrita na mesma importância:

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação.
Funcional-Programática: 12.365.0017
Projeto: 1.013 - Construção e ampliação de núcleos de Educação Infantil
Código Reduzido: 2
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 501 - 0.1.0001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 12.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 3 dias do mês de janeiro de 2011.
ALBERT STADLER
Prefeito

Decreto Nº 873/2011

DECRETO Nº 873/2011

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 17, inciso III, da Lei Municipal nº 1.883, de 17/12/2010 - LOA, e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 2.683.573,87 (Dois milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quinhentos e setenta e três reais e oitenta e sete centavos) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito
Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito
Funcional-Programática: 02.061.0002
Atividade: 2.002 - Indenizações de Precatórios e Sentenças Judiciais
Código Reduzido: 88
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 11.227,61
Funcional-Programática: 04.122.0003
Atividade: 2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
Código Reduzido: 77
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 613 - 0.6.0024 - Superávit Financeiro Convênio nº 14.175/2010-5

Valor: R\$ 59.532,00

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.005 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

Código Reduzido: 76

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 582 - 0.3.0089 - Superávit Financeiro: Alienação de Bens Móveis

Valor: R\$ 45.250,00

Código Reduzido: 80

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 338.000,00

Código Reduzido: 85

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 04.123.0003

Atividade: 2.010 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

Código Reduzido: 86

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 26.200,00

Código Reduzido: 89

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 582 - 0.3.0089 - Superávit Financeiro: Alienação de Bens Móveis

Valor: R\$ 15.950,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 15.451.0021

Projeto: 1.004 - Pavimentação e Urbanização de Ruas

Código Reduzido: 90

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 587 - 0.3.0016 - Superávit Financeiro: CIDE

Valor: R\$ 9.658,06

Funcional-Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.011 - Manutenção Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Código Reduzido: 82

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 399.000,00

Código Reduzido: 75

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 582 - 0.3.0089 - Superávit Financeiro: Alienação de Bens Móveis

Valor: R\$ 53.070,00

Código Reduzido: 87

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 14.300,00

Funcional-Programática: 15.452.0028

Atividade: 2.013 - Conservação do Patrimônio Público Municipal

Código Reduzido: 84

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 50.000,00

Funcional-Programática: 15.452.0096

Atividade: 2.014 - Ações em Situações de Emergência e Calamidade Pública

Código Reduzido: 91

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 76.000,00

Código Reduzido: 92

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 150.000,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Funcional-Programática: 15.451.0003

Atividade: 2.015 - Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Código Reduzido: 74

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 582 - 0.3.0089 - Superávit Financeiro: Alienação de Bens Móveis

Valor: R\$ 51.410,00

ÓRGÃO: 07 - Secretaria de Pesca e Agricultura

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Pesca e Agricultura

Funcional-Programática: 20.606.0024

Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria de Pesca e Agricultura

Código Reduzido: 78

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 582 - 0.3.0089 - Superávit Financeiro: Alienação de Bens Móveis

Valor: R\$ 48.200,00

Código Reduzido: 81

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.700,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação de Porto Belo

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação de Porto Belo

Funcional-Programática: 12.361.0014

Atividade: 2.019 - Manutenção do Ensino Fundamental

Código Reduzido: 59

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 556 - 0.6.0058 - Superávit Financeiro: Salário Educação

Valor: R\$ 119.407,19

Funcional-Programática: 12.365.0017

Atividade: 2.025 - Manutenção da Educação Infantil

Código Reduzido: 60

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 556 - 0.6.0058 - Superávit Financeiro: Salário Educação

Valor: R\$ 89.922,20

Funcional-Programática: 12.366.0018

Atividade: 2.028 - Manutenção do Programa de Educação de Jovens e Adultos

Código Reduzido: 61

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 556 - 0.6.0058 - Superávit Financeiro: Salário Educação

Valor: R\$ 1.036,20

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Código Reduzido: 59
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 558 - 0.6.0064 - Superávit Financeiro: PAB
 Valor: R\$ 108.000,00
 Código Reduzido: 60
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 558 - 0.6.0064 - Superávit Financeiro: PAB
 Valor: R\$ 10.000,00
 Código Reduzido: 62
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 566 - 0.3.0002 - Superávit Financeiro: Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
 Valor: R\$ 115.000,00
 Código Reduzido: 63
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 615 - 0.6.0023 - Superávit Financeiro: Convênio nº. 14.093/2010-7 - Equipamentos para a Unidade de Saúde Central
 Valor: R\$ 55.000,00
 Funcional-Programática: 10.303.0011
 Atividade: 2.042 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica
 Código Reduzido: 61
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 566 - 0.3.0002 - Superávit Financeiro: Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
 Valor: R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.241.0005
 Projeto: 1.036 - Construção de Quadra de Bocha para o Centro de Convivência da Melhor Idade
 Código Reduzido: 23
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 25.648,00

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Esportes
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes
 Funcional-Programática: 27.812.0027
 Atividade: 2.074 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
 Código Reduzido: 8
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 19.181,90

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.075 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
 Código Reduzido: 8
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 21 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-Programática: 23.695.0025
 Projeto: 1.024 - Construção de Terminal de Passageiros Transatlânticos
 Código Reduzido: 24

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 393.000,00
 Código Reduzido: 27
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 617 - 0.6.0024 - Superávit Financeiro: Convênio Construção Terminal Turístico
 Valor: R\$ 221.778,55
 Atividade: 2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Turismo
 Código Reduzido: 25
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 616 - 0.6.0024 - Superávit Financeiro: Convênio Construção do Centro de Eventos
 Valor: R\$ 4.945,76
 Código Reduzido: 26
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 79.280,52
 Código Reduzido: 29
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 610 - 0.6.0024 - Superávit Financeiro: Convênio Plano de Fortalecimento da Gestão Pública
 Valor: R\$ 10.375,88
 Código Reduzido: 30
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 551 - 0.3.0000 - Superávit Financeiro: Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 11.500,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2010 por conta dos Recursos Ordinários na importância de R\$ 1.625.038,03 (Um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, trinta e oito reais e três centavos), do Convênio n. 14.175/2010-5 na importância de R\$ 59.532,00 (Cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta e dois reais), da Alienação de Bens Móveis na importância de R\$ 213.880,00 (Duzentos e treze mil, oitocentos e oitenta reais), da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico na importância de R\$ 9.658,06 (Nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e seis centavos), do PAB - Programa: Piso de Atenção Básica na importância de R\$ 118.000,00 (Cento e dezoito mil reais), dos Impostos e Transferências de Impostos - Saúde na importância de R\$ 155.000,00 (Cento e cinquenta e cinco mil reais), do Convênio n. 14.093/2010-7 - Equipamentos para a Unidade de Saúde Central na importância de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), do Salário Educação na importância de R\$ 210.365,59 (Duzentos e dez mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), do Convênio de Construção do Terminal Turístico na importância de R\$ 221.778,55 (Duzentos e vinte e um mil, setecentos e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), do Convênio de Construção do Centro de Eventos na importância de R\$ 4.945,76 (Quatro mil, novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos), do Convênio Plano e Fortalecimento da Gestão Pública na importância de R\$ 10.375,88 (Dez mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), totalizando R\$ 2.683.573,87 (Dois milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quinhentos e setenta e três reais e oitenta e sete centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
 em Porto Belo - SC, aos 3 dias do mês de janeiro de 2011.
 ALBERT STADLER
 Prefeito

Decreto Nº 874/2011

DECRETO Nº 874/2011

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 17, inciso II da Lei Municipal nº 1.883, de 17/12/2010 - LOA, e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 520.910,00 (Quinhentos e vinte mil, novecentos e dez reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.005 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

Código Reduzido: 21

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 25.000,00

Funcional-Programática: 06.182.0004

Atividade: 2.007 - Convênio Trânsito - Polícia Civil

Código Reduzido: 27

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 505 - 0.1.0055 - Recursos: Convênio Trânsito - Civil

Valor: R\$ 3.600,00

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 04.123.0003

Atividade: 2.010 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

Código Reduzido: 39

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 23.000,00

Funcional-Programática: 28.843.0000

Operação Especial: 0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Pública

Código Reduzido: 35

Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 20.100,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Funcional-Programática: 15.451.0003

Atividade: 2.015 - Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Código Reduzido: 65

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 08.243.0029

Atividade: 2.017 - Manutenção do Conselho Tutelar

Código Reduzido: 7

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 16.000,00

Funcional-Programática: 12.361.0014

Atividade: 2.019 - Manutenção do Ensino Fundamental

Código Reduzido: 20

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 507 - 0.2.0058 - Recursos: Salário Educação

Valor: R\$ 50.000,00

Código Reduzido: 21

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 519 - 0.2.0019 - Recursos: Transferências do FUNDEB 40%

Valor: R\$ 7.750,00

Atividade: 2.020 - Manutenção do Programa de Transporte Escolar

Código Reduzido: 26

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 501 - 0.1.0001 - Recursos: Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 250.000,00

Funcional-Programática: 12.365.0017

Atividade: 2.025 - Manutenção da Educação Infantil

Código Reduzido: 40

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 519 - 0.2.0019 - Recursos: Transferências do FUNDEB 40%

Valor: R\$ 3.000,00

Código Reduzido: 37

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 519 - 0.2.0019 - Recursos: Transferências do FUNDEB 40%

Valor: R\$ 60.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Código Reduzido: 60

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 558 - 0.6.0064 - Superávit Financeiro: PAB

Valor: R\$ 4.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.244.0005

Atividade: 2.049 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

Código Reduzido: 9

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 15.000,00

Funcional-Programática: 08.244.0006

Atividade: 2.051 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Média Complexidade

Código Reduzido: 16

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 7.700,00

Funcional-Programática: 08.244.0007

Atividade: 2.052 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade

Código Reduzido: 20

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 8.760,00

ÓRGÃO: 21 - Fundação Municipal de Turismo

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo

Funcional-Programática: 23.695.0025

Atividade: 2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Turismo

Código Reduzido: 7

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 7.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações das dotações abaixo descritas na mesma importância:

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração
Funcional-Programática: 04.122.0003
Atividade: 2.005 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
Código Reduzido: 18
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários
Valor: R\$ 25.000,00
Funcional-Programática: 06.182.0004
Atividade: 2.007 - Convênio Trânsito / Polícia Civil
Código Reduzido: 26
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 505 - 0.1.0055 - Recursos: Convênio Trânsito - Civil
Valor: R\$ 3.600,00

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda
Funcional-Programática: 28.843.0000
Operação Especial: 0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Pública
Código Reduzido: 36
Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários
Valor: R\$ 20.100,00
Funcional-Programática: 04.123.0003
Atividade: 2.010 - Manutenção da Secretaria da Fazenda
Código Reduzido: 37
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários
Valor: R\$ 23.000,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
Funcional-Programática: 15.451.0003
Atividade: 2.015 - Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
Código Reduzido: 63
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários
Valor: R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-Programática: 08.243.0029
Atividade: 2.017 - Manutenção do Conselho Tutelar
Código Reduzido: 5
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários
Valor: R\$ 16.000,00
Funcional-Programática: 12.361.0014
Atividade: 2.019 - Manutenção do Ensino Fundamental
Código Reduzido: 24
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 507 - 0.2.0058 - Recursos: Salário Educação
Valor: R\$ 50.000,00
Código Reduzido: 25
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 519 - 0.2.0019 - Recursos: Transferência do FUNDEB 40%
Valor: R\$ 7.750,00
Atividade: 2.020 - Manutenção do Programa de Transporte Escolar
Código Reduzido: 29

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 501 - 0.1.0001 - Recursos: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
Valor: R\$ 250.000,00
Funcional-Programática: 12.365.0017
Atividade: 2.025 - Manutenção da Educação Infantil
Código Reduzido: 36
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 518 - 0.2.0018 - Recursos: Transferência do FUNDEB 60%
Valor: R\$ 63.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional-Programática: 10.301.0010
Atividade: 2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Código Reduzido: 59
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 558 - 0.6.0064 - Superávit Financeiro: PAB
Valor: R\$ 4.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-Programática: 08.244.0005
Atividade: 2.049 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
Código Reduzido: 6
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 15.000,00
Funcional-Programática: 08.244.0006
Atividade: 2.051 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Média Complexidade
Código Reduzido: 14
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 7.700,00
Funcional-Programática: 08.244.0007
Atividade: 2.052 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade
Código Reduzido: 21
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 8.760,00

ÓRGÃO: 21 - Fundação Municipal de Turismo
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
Funcional-Programática: 23.695.0025
Atividade: 2.055 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
Código Reduzido: 9
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 3 dias do mês de janeiro de 2011.
ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 001/2011 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Extrato de Contrato Nº 001/2011 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 066/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE 15 ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO PARA O MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES NA ÁREA DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL EM SUPORTE E MANUTENÇÃO EM MICROCOMPUTADORES E REDES LOCAIS E APRENDIZAGEM INDUSTRIAL EM MACANICO DE USINAGEM JUNTO AO SENAI, NO PERÍODO VESPERTINO, NO HORÁRIO DAS 13:00 às 17:00 HS DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, CONFORME PROJETO REALIZADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Contratado: ANTENOR SOARES NETO & CIA LTDA - ME

Prazo de vigência: O presente contato terá vigência de 06 (seis) meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, conforme o artigo 57 inciso IV da Lei nº 8.666/93, sendo reajustado pelo Índice IGPM.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Data e assinatura do contrato: 7 de junho de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 067/2011 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 067/2011 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 070/2011

Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO COM ÁREA A AMPLIAR DE 50,83M² E ÁREA A REFORMAR DE 25,39M², PELO REGIME DE EMPREITADA PELO MENOR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO.

Contratado: CHAIANE TAMARA PEREIRA DE BORTOLI ME

Prazo de vigência: O presente contato terá vigência de 05 (cinco) meses a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 76.092,99 (setenta e seis mil e noventa e dois reais e noventa e nove centavos).

Data e assinatura do contrato: 13 de junho de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Errata ao Decreto Nº 898/2011

ERRATA

A Secretaria de Administração do Município de Porto Belo informa que a presente é para retificar a publicação do Decreto Municipal nº 898, de 9 de maio de 2011, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

DECRETO Nº 898/2011

"Aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico - Capítulos Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana do Município de Porto Belo de e dá outras providências"

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de

Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e atendendo as disposições da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e demais legislações pertinentes a matéria,

D E C R E T A

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Saneamento Básico de Porto Belo - Capítulos Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana, para o período 2011 - 2040.

Art. 2º. O Plano aprovado por este Decreto, será revisto e atualizado periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Art. 3º. Independentemente da modalidade institucional adotada, a prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamentos sanitários, resíduos sólidos e drenagem urbana obedecerá o disposto no Plano Municipal de Saneamento.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento Urbano e Meio Ambiente farão o monitoramento e acompanhamento das ações previstas no Plano para assegurar a eficiência e a progressiva universalização dos serviços.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 09 dias do mês de maio de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Porto Belo (SC), 9 de maio de 2011.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 595/2011

DECRETO Nº 595, de 15 de junho de 2011.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Fundação Hermon, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 15 de junho de 2011 à 31 de dezembro de 2012, à Fundação Hermon (Centro Ambiental Hermon), Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.532.963/0005-10, com sede na BR 280, Km 05 - Pintado - Porto União - SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- um veículo PAS/Automóvel, álcool/gasolina, modelo GM/Classic Life, Branco, chassi 9BGSA1910AB114975, Placa MFY 5305, ano de fabricação 2009, modelo 2010, Código do Renavan nº 149707860.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser

devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto a Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de junho de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Fundação Hermon (Centro Ambiental Hermon), Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.532.963/0005-10, com sede na BR 280, Km 05 - Pintado - Porto União - SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 15 de junho de 2011 à 31 de dezembro de 2012, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- um veículo PAS/Automóvel, álcool/gasolina, modelo GM/Classic Life, Branco, chassi 9BGSA1910AB114975, Placa MFY 5305, ano de fabricação 2009, modelo 2010, Código do Renavan nº 149707860.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2012.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União, para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 15 de junho de 2011.

PERMITENTE: RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: MÁRIO RENATO ERZINGER

RG nº 1.452.422-8

CPF nº 534.404.479-87

Extrato de Edital de Pregão Presencial 002/2011 IMPRESS

IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 002/2011

Extrato de Edital de Pregão Presencial 002/2011

O IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais de Porto União e o Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto o Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Aquisição de telhas de barro, goivas de barro, manta térmica e chapas de compensado. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será no dia 06 de julho de 2011 às 14h00min, na Prefeitura Municipal, com início da sessão às 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e cópia do Edital poderão ser retiradas na Av. Getulio Vargas, 228, Centro, cidade e comarca de Porto União, SC. Fone(042)3523-2632

Porto União, 17 de junho de 2011

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ADELIA SALETE DE OLIVEIRA

Presidente Eleita

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

211/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 211/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI PETRI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ERIKA RIBEIRO SCHMOEGUEL DE ALCANTARA portador(a) do CPF nº 834.664.791-34 de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Beco Jose Pereira, 31, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na CE FRANCISCO FLEISNER em virtude de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso .

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.630,55 (mil seiscentos e trinta reais e cinquenta e cinco centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 10/02/2011 e encerrando-se em 30/04/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementar mente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de fevereiro de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração

ERIKA RIBEIRO SCHMOEGUEL DE ALCANTARA
Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 280/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 280/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) TIARA CAROLINA KOERICH portador(a) do CPF nº 066.163.539-23, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Loc. De Santa Tereza, Bairro Santa Tereza, Aurora - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Física, com jornada de 10 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Shirley Dolores Sedrez, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 445,50 (quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/06/2011 e encerrando-se em 18/07/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de junho de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

TIARA CAROLINA KOERICH
Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 281/2011 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 281/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) BIANCA JANINE SCOZ portador(a) do CPF nº 026.986.829-14, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Justino de Oliveira, Bairro Centro Lontras-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 10 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Navegantes, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.336,81 (mil trezentos e trinta e seis reais e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/06/2011 e encerrando-se em 19/09/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de junho de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

BIANCA JANINE SCOZ
Contratado (a)

Editais de Intimação de Decisão Proferida em Processo Administrativo.

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
José Aloir dos Santos	848.004.709-78	107551/08
Erison Deucher	671.287.939-68	124661/10
Hercilio Corbani Junior	622.026.939-04	126411/11
Vilma Serafim	654.539.139-91	125571/11
Perfil Etiquetas Ltda Me	07.505.816/0001-16	121985/10
Bernadino Claudino Rodrigues	218.174.309-63	126561/11
Valdenir Mendes Pereira	545.373.399-34	126451/11
Martinho Warmeling	247.508.329-87	126516/11
Iracema Angela Voltolini	586.732.539-34	124000/10
Ademar Weiss	601.162.859-15	125906/11
Edson Luis do Rosário	806.821.039-34	121728/10
Sueli Terezinha Padilha	059.923.779-13	126258/11
Lindolfo Krause	292.994.119-72	127065/11
Hugo Haroldo Swarowski	048.230.719-64	124975/11
Marcio Fabiano Kuchert	038.092.359-97	127226/11

Rio do Sul, 14 de junho de 2011.
EUGÊNIO VICENZI
Secretário Municipal da Fazenda

LEONICE WITTE
Protocolo Geral

CÂMARA DE VEREADORES**Portaria Nº 590**

PORTARIA Nº 590, DE 16 DE JUNHO DE 2011

Autoriza pagamento de Licença Prêmio ao servidor Roberto Andrade Bastos

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o artigo 40, inciso XXXVI, alínea "a" da Resolução nº 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, nos termos do art. 140, § 2º, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, Licença Prêmio, em pecúnia, ao servidor municipal ROBERTO ANDRADE BASTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico Legislativo, referente ao quinquênio compreendido entre 02 de maio de 2006 a 02 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 16 de junho de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Câmara Municipal

Portaria Nº 591

PORTARIA Nº 591, DE 16 DE JUNHO DE 2011

Autoriza pagamento de Licença Prêmio ao servidor Fernando Guedes

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o artigo 40, inciso XXXVI, alínea "a" da Resolução nº 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, nos termos do art. 140, § 2º, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, Licença Prêmio, em pecúnia, ao servidor municipal FERNANDO GUEDES, ocupante do cargo de provimento efetivo Analista Legislativo - Área de Contabilidade, referente ao quinquênio compreendido entre 02 de maio de 2006 a 02 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 16 de junho de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Câmara Municipal

Portaria Nº 592

PORTARIA Nº 592, DE 16 DE JUNHO DE 2011

Autoriza a Concessão de Adicional de Qualificação à servidor do Poder Legislativo de Rio do Sul

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizada a concessão de Adicional de Qualificação - AQ ao seguinte servidor efetivo da respectiva Carreira do Quadro de Pessoal dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o que preceitua o art. 36 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011:

I - Adicional de Qualificação - AQ, sobre o vencimento básico, em 12% (doze por cento), em virtude da juntada de certificado de pós-graduação lato sensu com titulação de Especialista:

1. Roberto Andrade Bastos, Categoria Funcional Técnico

Legislativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 16 de junho de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Mesa

Revogação de Licitação - Pregão Presencial PR Nº 004/2011

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PR Nº 004/2011

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC, O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO tornam público para conhecimento dos interessados que, foi REVOGADO, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, O PREGÃO N.º 004/2011, conforme decisão circunstanciada inserida no processo licitatório à vista dos fatos supervenientes, fundado na necessidade de revisão das normas do edital, bem como adequação dos documentos solicitados, após prévio parecer da Assessoria Jurídica a respeito, com fundamento no disposto no artigo 49, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações. Publique-se para o conhecimento de todos.

Rio do Sul / SC, 16 de Junho de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Pres. Câmara Municipal de Rio do Sul

FERNANDO GUEDES

Pregoeiro

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 9912259086

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912259086

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, no uso de suas atribuições legais, torna público o 1º Termo Aditivo ao Contrato Múltiplo de Prestação de Serviços e Venda de Produtos nº 9912259086, assinado entre a Câmara Municipal de Rio do Sul e a Empresa brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, pelo prazo de 12 meses, iniciando em 13/07/2011.

Valor estimado: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Rio do Sul, 17 de junho de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Câmara Municipal

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 1.940, de 16 de Junho de 2011.**

LEI Nº 1.940, DE 16 DE JUNHO DE 2011.

Dispõe sobre a criação da Zona Industrial São Paulinho e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Zona Industrial São Paulinho, desconexa da

Zona Urbana, compreendida de parte do lote rural nº 01, com área total de 100.148,97 m² (cem mil, cento e quarenta e oito metros e noventa e sete centímetros quadrados), situada na Seção São Lourenço, polígono nº 05, Fazenda Saudades, Comunidade São Paulinho, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 11.361, conforme planta topográfica e memorial descritivo constantes do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. A área de que trata o caput poderá ser parcelada em lotes, respeitada a metragem mínima de 1.500 m² (um mil e quinhentos metros quadrados) e máxima de 30.000 m² (trinta mil metros quadrados).

Art. 2º A área industrial destina-se, unicamente, à implantação de estabelecimentos industriais e de infraestrutura para serviços decorrentes da instalação das próprias indústrias.

Parágrafo único. Os terrenos integrantes da Zona Industrial serão concedidos, como incentivo econômico, a indústrias que estabeleçam suas atividades no Município, bem como àquelas já existentes que ampliem sua capacidade de produção e demanda de mão-de-obra, obedecendo-se, para tanto, o rito previsto na Lei nº 1.559, de 16 de dezembro de 2005.

Art. 3º É vedada a implantação, na Zona Industrial, de estabelecimentos com alto índice de poluição e periculosidade, ficando obrigado, todo o estabelecimento gerador de qualquer tipo de poluição, a adotar medidas de contenção e de controle cabíveis, de acordo com a legislação ambiental pertinente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de junho de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.941, de 16 de Junho de 2011.

LEI Nº 1.941, DE 16 DE JUNHO DE 2011.

Autoriza o Executivo Municipal a realizar a compensação de créditos tributários e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a compensação de créditos tributários do fisco municipal, decorrentes do lançamento de Contribuição de Melhoria, com débitos da Fazenda Pública do Município de São Lourenço do Oeste, inscritos em precatório judicial, nos termos desta Lei.

Art. 2º A compensação de créditos tributários é condicionada a que, cumulativamente:

I - O precatório:

- a) esteja incluído no orçamento do Município;
- b) não seja objeto de impugnação, de recurso judicial, de ação rescisória ou qualquer outro questionamento administrativo ou judicial pertinente à sua origem, inclusive quanto ao respectivo valor, ou em sendo questionado pelo beneficiário, que haja expressa e irrevogável renúncia;
- c) esteja em poder do respectivo titular;

II - o crédito tributário a ser compensado:

- a) seja decorrente do lançamento de Contribuição de Melhoria;
- b) não seja objeto, na esfera administrativa ou judicial, de qualquer impugnação ou recurso, ou em sendo, haja a expressa renúncia.

Art. 3º O valor do precatório e do crédito tributário deverão ser apurados até o mês de competência da compensação, observada

a respectiva legislação.

Art. 4º Na hipótese da renúncia prevista no inciso I, alínea "b", deste artigo, o valor de verba de sucumbência será de 10% (dez por cento) do valor do crédito consolidado decorrente da desistência da respectiva ação judicial, pagos pelo devedor.

Art. 5º O pedido de compensação será dirigido ao Prefeito Municipal, com a identificação do valor do crédito tributário e do precatório a serem compensados.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outros requisitos previstos em decreto, o requerimento de que trata este artigo deve vir acompanhado de prova inequívoca de que o precatório a ser compensado não foi liquidado na data pertinente, conforme disposto no § 1º, do artigo 100, da Constituição Federal.

Art. 6º Efetivada a compensação, subsistindo saldo de precatório ou de crédito tributário, o valor remanescente permanece sujeito às regras comuns do débito e do crédito preexistente, conforme o caso, previstas na respectiva legislação.

Art. 7º A compensação de que trata esta lei:

I - importa confissão irretratável da dívida;

II - extingue o crédito tributário, parcial ou integralmente, até o limite efetivamente compensado;

III - alcança o valor devido pelo sujeito passivo relativo ao valor dos honorários advocatícios, quando convencionado.

Parágrafo único. A iniciativa para a realização da compensação não suspende a exigibilidade do crédito tributário, a fluência dos juros de mora e dos demais acréscimos legais, nem garante o seu deferimento.

Art. 8º A compensação será deferida mediante ato do Prefeito Municipal, reconhecendo a extinção das obrigações recíprocas, na sua totalidade ou parcialmente, conforme o caso, após manifestação do Tribunal de Justiça dando conta da respectiva dedução total ou parcial, junto ao precatório.

Art. 9º A compensação de que trata esta lei não alcança os créditos contra o Município de São Lourenço do Oeste:

I - de pequeno valor de que trata lei específica;

II - que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em Juízo.

Parágrafo único. Devolvidos aos cofres públicos municipais os recursos indicados no inciso II deste artigo, poderá ser realizada a compensação.

Art. 10. O disposto nesta lei aplica-se aos créditos tributários, constituídos ou não, inscritos ou não como dívida ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitados, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Art. 11. A compensação, com precatórios de que trata esta lei, somente será passível de realização com sujeitos passivos adimplentes com todos os demais débitos ou tributos, no exercício em que for protocolizado o requerimento, cuja comprovação deverá ser feita através de certidão negativa de débito, expedida pelo fisco municipal.

Art. 12. O direito de pleitear a restituição ou compensação, total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de prescrição.

Art. 13. A compensação somente será permitida para o credor originário da Fazenda Pública, não sendo permitida a cessão do crédito tributário.

Art. 14. Realizada a compensação, a Fazenda Pública tomará as

providências a fim de comunicar, tanto ao Juízo da Execução quanto ao Tribunal de Justiça, para que o valor compensado seja deduzido do crédito inscrito em precatório constante da lista única elaborada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em razão da adesão do Município de São Lourenço do Oeste, ao regime especial de pagamento de precatórios, instituído pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de junho de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.942, de 16 de Junho de 2011.

LEI Nº 1.942, DE 16 DE JUNHO DE 2011.

Autoriza a doação de bens móveis aos Clubes de Idosos e Clubes de Mães de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar, 01 (um) aparelho de som Mini-Sistem de 4.200 watts, marca Toshiba, com 02 (duas) caixas de som e 01 (um) microfone para Karaokê, com cabo cromado, marca Carol MVD515ME/600H, aos Clubes de Idosos de São Lourenço do Oeste, a seguir relacionados:

- I - Clube de Idosos São Roque, CNPJ nº 07.712.860/0001-05;
- II - Clube de Idosos Unidos para sempre, CNPJ nº 07.636.577/0001-33;
- III - Clube de Idosos São José - Lageado Antunes, CNPJ nº 04.549.041/0001-92;
- IV - Clube de Idosos Sol Nascente, CNPJ nº 08.171.864/0001-88;
- V - Clube de Idosos Renascer, CNPJ nº 04.192.796/0001-82;
- VI - Clube de Idosos Sorrir para a Vida, CNPJ nº 01.357.333/0001-35;
- VII - Clube de Idosos União de Idosos, CNPJ nº 02.335.360/0001-70;
- VIII - Clube de Idosos São Brás, CNPJ nº 07.613.049/0001-69;
- IX - Clube de Idosos São Francisco de Assis, CNPJ nº 05.106.602/0001-41;
- X - Clube de Idosos Conviver, CNPJ nº 00.071.493/0001-50;
- XI - Clube de Idosos Bem Estar, CNPJ nº 03.649.127/0001-24;
- XII - Clube de Idosos Viver a Vida, CNPJ nº 06.040.774/0001-22;
- XIII - Clube de Idosos Amando a Natureza, CNPJ nº 07.480.290/0001-67;
- XIV - União de Amigos, CNPJ nº 02.674.111/0001-09;
- XV - Clube de Idosos De Bem com a Vida, CNPJ nº 08.435.017/0001-83;
- XVI - Clube de Idosos Unidos Venceremos, CNPJ nº 10.440.029/0001-48.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar 01 (uma) máquina de costura reta e ZZ, portátil, com lâmpada, base cilíndrica, caixa de bobina em ferro, bordado livre, velocidade 220w, com acessórios, aos Clubes de Mães de São Lourenço do Oeste, a seguir relacionados:

- I - Clube de Mães "Santa Rita de Cássia" do Bairro São Francisco, CNPJ nº 01.647.134/0001-61;
- II - Clube de Mães "Vitoria" da Linha Santos Dumont, CNPJ nº 07.990.574/0001-01;
- III - Clube de Mães "Unidas ao coração de Maria" de Linha Santa Inês, CNPJ nº 05.781.808/0001-77;
- IV - Clube de Mães "Renascer para a Vida" de Linha Belvedere, CNPJ nº 07.985.038/0001-00;

- V - Clube de Mães "Entre Amigas" da Linha Alvorada, CNPJ nº 04.472.625/0001-07;
- VI - Clube de Mães "Unidas por um Ideal" de Presidente Juscelino, CNPJ nº 01.562.558/0001-23;
- VII - Clube de Mães "Santa Barbara" da Linha Bessegatto, CNPJ nº 05.512.564/0001-27;
- VIII - Clube de Mães "Nossa Senhora da Salete" da Linha Bela Vista, CNPJ nº 05.843.167/0001-38;
- IX - Clube de Mães "Rainha da Paz" da Linha Santo Antonio, CNPJ nº 04.727.893/0001-22;
- X - Clube de Mães "Nossa Senhora da Saúde" da Linha Jacutinga, CNPJ nº 07.066.735/0001-67;
- XI - Clube de Mães "Caminhando Juntas" de São Roque, CNPJ nº 08.266.238/0001-75;
- XII - Clube de Mães Unidas por Sant' Ana, de Santana da Bela Vista, CNPJ nº 07.137.208/0001-04;
- XIII - Clube de Mães "Alegria de Viver" da Linha Planalto, CNPJ nº 08.174.549/0001-04;
- XIV - Clube de Mães "Santa Rita" de Lageado Antunes, CNPJ nº 00.111.875/0001-60;
- XV - Clube de Mães "Unidas Lutaremos" da Linha Sentinela, CNPJ nº 02.119.062/0001-42;
- XVI - Clube de Mães "União e Trabalho" de Três Voltas, CNPJ nº 80.637.390/0001-44;
- XVII - Clube de Mães "Rainha do Lar" do Novo Guaporé, CNPJ nº 05.725.183/0001-26;
- XVIII - Clube de Mães "Entre Amigas" de Linha São Caetano, CNPJ nº 05.196.825/0001-47;
- XIX - Clube de Mães "Pensando no Futuro" de Linha Taquari, CNPJ nº 06.247.601/0001-80;
- XX - Clube de Mães "Unidas para Crescer" de Frederico Wastner, CNPJ nº 04.068.317/0001-10;
- XXI - Clube de Mães "Amigas de São Miguel" de Linha São Miguel, CNPJ nº 09.218.100/0001-63;
- XXII - Clube de Mães "Vida Nova" de Lageado Raul, CNPJ nº 05.705.544/0001-72;
- XXIII - Clube de Mães "Unidas para Vencer" de Lageado Grande, CNPJ nº 02.738.957/0001-65;
- XXIV - Clube de Mães "Estrela do Lar" de Linha Filipini, CNPJ nº 08.508.711/0001-83;
- XXV - Clube de Mães "Amando a Natureza" de Turvo Baixo, CNPJ nº 05.532.623/0001-29;
- XXVI - Clube de Mães "Orvalho de Sião" de Linha São Sebastião, CNPJ nº 09.099.736/0001-33;
- XXVII - Clube de Mães "Unidas para Vencer" de Linha Limoeiro, CNPJ nº 05.628.254/0001-72;
- XXIII - Clube de Mães "Vida Feliz" de Nova Farroupilha, CNPJ nº 05.643.613/0001-60;
- XXIX - Clube de Mães "Amigas da Paz" de Linha Prata, CNPJ nº 06.127.695/0001-53;
- XXX - Clube de Mães "Em Busca do Sucesso" de Linha Ouro Verde, CNPJ nº 06.038.861/0001-45;
- XXXI - Clube de Mães "Amar é Viver" de Linha Giordani, CNPJ nº 07.349.496/0001-52;
- XXXII - Clube de Mães "Santa Catarina" do Bairro Santa Catarina, CNPJ nº 03.788.568/0001-07;
- XXXIII - Clube de Mães "Cristo Rei" do Bairro Progresso Igreja Luterana, CNPJ nº 10.566.158/0001-87;
- XXXIV - Clube de Mães "Valorizando a Vida" da Escola Especial APAE- Centro, CNPJ nº 10.482.457/0001-33;
- XXXV - Clube de Mães "Amigas do Progresso" do Bairro Progresso, CNPJ nº 10.417.213.0001/77;
- XXXVI - Clube de Mães "Girassol" do Bairro Brasília, CNPJ nº 08.422.135/0001-57;
- XXXVII - Clube de Mães "Estrela Guia" do Bairro Cruzeiro, CNPJ nº 08.844.569/0001-45;
- XXXVIII - Clube de Mães "Nossa Senhora do Perpétuo Socorro" do Bairro Perpétuo Socorro, CNPJ nº 05.343.680/0001-60.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a baixa dos bens doados, do patrimônio do Município.

Art. 4º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de junho de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.218, de 15 de Junho de 2011.

DECRETO Nº 4.218, DE 15 DE JUNHO DE 2011.

Dispõe sobre a convocação da IV Conferência Municipal de Saúde do Município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, incisos VII e XXXVI da Lei Orgânica do Município e de acordo com o § 1º, do artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a IV Conferência Municipal de Saúde do Município de São Lourenço do Oeste - SC, como fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.142 de 1990.

Art. 2º A IV Conferência Municipal de Saúde será realizada no dia 06 de julho de 2011, tendo como local o Clube Recreativo Araucária, do Município de São Lourenço do Oeste, das 13h às 18h.

Art. 3º O evento terá como tema central: "TODOS USAM O SUS! SUS NA SEGURIDADE SOCIAL, POLITICA PÚBLICA PATRIMÔNIO DO POVO BRASILEIRO", tendo como eixos temáticos:

I - política de saúde na seguridade social:

a) o SUS legal e o SUS real;

b) SUS patrimônio do povo brasileiro: de todos para todos;

II - participações da comunidade e controle social:

a) participação popular dos diversos seguimentos sujeito social no SUS;

III - gestão do SUS:

a) financiamento e sustentabilidade do SUS;

b) modelo de atenção, PACTO PELA SAÚDE E RELAÇÃO PÚBLICA X PRIVADO;

c) gestão do sistema do trabalho e da educação em saúde.

Art. 4º A Conferência será presidida pelo Presidente da Comissão Organizadora e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com o Conselho Municipal de Saúde.

Art. 5º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas através de Resoluções do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da IV Conferência Municipal de Saúde correrão por conta do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de junho de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.219, de 16 de Junho de 2011.

DECRETO Nº 4.219, DE 16 DE JUNHO DE 2011.

Abre Crédito Adicional Suplementar, Superávit Financeiro, no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação, adicionando pelo crédito suplementar o valor de R\$ 2.654.625,37 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e trinta e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.1.026.4.4.90.00.00.00.00.0.6.0024

164 Aplicação Direta R\$ 2.654.625,37

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 1964.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de junho de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Retificação Horário de Abertura Processo 83/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA O HORÁRIO DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 83/2011 PREGÃO 58/2011, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 13/06/2011 EDIÇÃO Nº 759, no que se refere ao horário de abertura, leia-se: 14:00 horas. Informações licitacoes@saoulourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Convem Devedores Distribuídos - Associações/Clientes - SERASA, de 22/04/2010.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONVEM DEVEDORES DISTRIBUIDOS - ASSOCIAÇÕES/CLIENTES - SERASA, DE 22/04/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste - CNPJ: 83.021.873/0001-08

Contratada: Serasa S.A. - CNPJ: 62.173.620/0001-80

Distribuidor: Associação Comercial e Industrial de São Lourenço do Oeste - ACI São Lourenço do Oeste - CNPJ: 75.433.946/0001-40

Objeto: Alteração da Cláusula 4 do Contrato de Prestação de

serviço de 22 de abril de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação: ACI entregará a fatura à Empresa, no valor correspondente às operações realizadas, até o dia 10 do mês subsequente ao de prestação dos serviços, com vencimento até o penúltimo dia útil do mês.

Previsão Legal: Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

Data da Assinatura: 05/05/2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges - pelo Contratante, e Rodrigo Costa - pelo Distribuidor.

Extrato do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público Nº 17 de 16 de Maio de 2011.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 17 DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal SIRLEI TOMAZI CATANI, CPF 697.462.229-53.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452T9F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6893, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 14 de junho de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sirlei Tomazi Catani - servidora pública municipal.

Extrato do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público Nº 18 de 14 de Junho de 2011.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 18 DE 14 DE JUNHO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal EDISSON ARI PILETTI, CPF 045.913.149-44.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A045K4Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6880, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 14 de junho de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Edisson Ari Piletti - servidor público municipal.

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

I Errata de Edital Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 38/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 38/2011-PMS

PROCESSO Nº. 85/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal em exercício no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 38/2011-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para publicação de centímetros x coluna de atos oficiais (Leis, Decretos, Portarias) Programas, Obras, Editais, Avisos e outros serviços da Administração Municipal de Schroeder (SC), com circulação de no mínimo 5 (cinco) dias consecutivos e abrangência no Município de Schroeder e Região e cuja tiragem média diária não seja inferior a 5.000 exemplares, para as Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Serviços Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde e Assistência Social ao longo de 12 (doze), ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2 Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 04 de julho de 2011

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3 - O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 04 de julho de 2011 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-B.

Schroeder, 16 de junho de 2011.

LUIS APARÍCIO RIBAS

Prefeito Municipal em exercício

Termo Aditivo Nº. A27/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A27/2011 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 39/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Luis Aparício Ribas.

CONTRATADA: MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE - PARÓQUIA SÃO VENDELINO, inscrita no CNPJ sob nº. 84.708.478/0048-24, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, s/n, Centro, nesta cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA/

LOCADORA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Paulo Tarcisio Bertoldi Coelho, inscrito no CPF sob o nº 050.057.069-84, portador da Carteira de Identidade nº 4.532.631-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 39/2011 - PMS, celebrado em 11 de março de 2011, proveniente do Processo nº. 41/2011 - PMS, Dispensa de Licitação nº. 12/2011- PMS, Locação de imóvel urbano com 390 m² no período de construções de novas salas para os alunos Escola Municipal Clarice Lange Jacobi da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando que enquadra-se nos termos da cláusula décima primeira do contrato nº 39/2011-PMS, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer frente à prorrogação para o período de 3 (três) meses, devido às construções de novas salas de aula da Escola Municipal Clarice Lange Jacobi, não estarem concluídas.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Décima Primeira (da vigência) no item 11.1 do contrato nº 39/2011-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato até 11 de setembro de 2011, conforme faculta a legislação vigente.

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) e da Cláusula Segunda (do valor do contrato) no item 2.1, aditiva-se o valor R\$ 6.000,00 (seis mil reais), totalizando o valor do contrato em R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), referente a 6 (seis) meses, pago o valor mensal de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 185/2010-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de junho de 2011.

CONTRATADA:
MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE - PARÓQUIA SÃO VENDELINO
Paulo Tarcisio Bertoldi Coelho
CPF nº 050.057.069-84

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Luis Aparício Ribas
Prefeito Municipal em exercício

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Marilene Busch
CPF nº. 037.813.699-27

Resultado Final do Processo Seletivo Nº 01/2011 - SECEL - PMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER (SC), através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por intermédio da Comissão Responsável pela realização do Processo Seletivo de Professores e Serventes, para atuarem na Educação Especial, Educação Infantil e no Ensino Fundamental Municipal de Schroeder, a serem contratados por tempo determinado para o ano letivo de 2011, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital nº 001/2011 / SECEL / PMS, resolve:

1.0 - TORNAR PÚBLICO

1.1 - A divulgação do Resultado final dos candidatos inscritos no processo seletivo para suprir a vacância dos cargos efetivos, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, e Lei n. 1.690 de 28 de outubro de 2008 e Decreto n. 1.896 de 07 de novembro de 2008.

RESULTADO FINAL

Cargo: 1 - Professor

1.1.1 - Professor A - Educação Infantil - 40 horas semanais	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação
25488 - NILZA DE FÁTIMA RODRIGUES VELASQUE	7,82	0,00	7,82	01
19976 - ALINY REBEQUE CRISTO GRACIOLI	6,80	0,00	6,80	02
20826 - NELCI REJANE NUNES BERGMANN	5,78	0,00	5,78	03
24686 - PATRICIA DAIANE MONTEIRO	5,44	0,00	5,44	04
25879 - CAREN APARECIDA MAFRA	5,10	0,00	5,10	05
24937 - TATIANE LEU	5,01	0,00	5,01	06

1.1.3 - Professor A - Educação Infantil - 20 horas semanais	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação
21628 - MARINA KLEMTZ GENOVESE	5,10	1,20	6,30	01
1.2.1 - Professor A - Ensino Fundamental (Séries Iniciais) - 40 horas semanais	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação
18171 - VANESSA SKOREK	7,48	1,46	8,94	01
18970 - JULIANE TEREZINHA REINEHR DRESCHER	6,46	0,00	6,46	02
20516 - ROSELIA ALVES LISBOA MADALENA GONZAGA	5,78	0,00	5,78	03
1.2.2 - Professor A - Ensino Fundamental (Séries Iniciais) - 20 horas semanais	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação
18953 - IONA ALVES SOARES	5,78	0,00	5,78	01
1.3.1 - Professor C - Educação Infantil - 40 horas semanais	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação
20400 - JANAINA APARECIDA JUNGLES KOASKI	6,46	0,28	6,74	01

19402 - CLEONICE DELMAS-CHIO DA SILVA	6,12	0,00	6,12	02
19151 - ÁUREA MIRANDA FEDER	5,78	0,00	5,78	03
1.3.2 - Professor C - Educação Infantil - 30 horas semanais	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação
23264 - EDINA PICCOLI CEZÁRIO	7,14	0,00	7,14	01
1.3.3 - Professor C - Educação Infantil - 20 horas semanais	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação
20613 - DENISE ROSA POSSAMAI GONÇALVES	6,12	0,00	6,12	01
1.4.1 - Professor C - Ensino Fundamental (Séries Iniciais) - 40 horas semanais	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação
20095 - JOICE LENHARDT	5,44	0,00	5,44	01
1.6.1 - Professor C - Subárea - Ética e Cidadania - Ensino Fundamental - 40 horas	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação

24775 - MILTON AMORIM DE SOUZA SOBRINHO	5,78	0,30	6,08	01
19305 - RO-SANGELA DURIGON PESSOA	5,10	0,00	5,10	02
1.6.2 - Professor C – Subárea - Ética e Cidadania - Ensino Fundamental - 20 horas	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação
25747 - CHARLENE APARECIDA FERREIRA SCOZ	5,44	1,30	6,74	01
1.8.1 - Professor C – Subárea – História (Séries Finais) - 20 horas aula	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação
19429 - CARLOS ALBERTO GOMES	6,12	0,00	6,12	01
1.11.1 - Professor C - Subárea - Educação Física - Ensino Fundamental - 40 horas	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação
19437 - PAULO ROBERTO FERREIRA DE PAULA	6,46	0,00	6,46	01
18465 - MÔNICA GONÇALVES FLÔRES	5,10	0,00	5,10	02
1.14.1 - Professor A ou C- Intérprete - 40 horas semanais	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação

20532 - ARYKLECIA PEREIRA DOS SANTOS	5,44	0,00	5,44	01
Cargo: 3 - Servente				
3.1 - Geral - 40 horas semanais	Nota da Prova Objetiva	Total de pontos dos Títulos	Nota Final	Classificação
18724 - CLEUSA DE SOUZA	7,82	0,00	7,82	01

Schroeder, 15 de junho de 2011.

Comissão do Processo Seletivo

Edital N.º 001/2011 - Seleção de Estagiários
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
EDITAL N.º 001/2011 - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER(SC) faz saber a todos os interessados que por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, realizará seleção de estagiários para atuar nos diversos Órgãos da Municipalidade, de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º 1.695/2008 e alterações posteriores.

I - DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA E REGIME DE TRABALHO:

1.1 Serão objeto dessa seleção as vagas descritas no Anexo I do presente Edital.

1.2 A remuneração, carga horária e requisitos estão descritos no Anexo I do presente Edital.

1.2.1 Aos estudantes admitidos para estágio será devido auxílio transporte nos termos da legislação vigente, bem como será oferecido seguro contra acidentes pessoais, nos termos da Lei.

1.3 O estagiário será admitido conforme disposto na Lei Municipal n.º 1.695/2008 e alterações posteriores, bem como na Lei Federal n.º 11.788/2008.

II - DAS INSCRIÇÕES:

2.1 As inscrições para a seleção serão realizadas conforme abaixo:

2.1.1 Período, Horário e Local:

a. Inscrições Presenciais:

Dias 27 de junho de 2011 a 1º de julho de 2011, no horário das 8h às 11h e das 13h30min às 16h, presencialmente, no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Schroeder(SC) situada à Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder(SC).

Dias 4 de julho de 2011 a 8 de julho de 2011, no horário das 8h às 11h e das 13h30min às 16h, presencialmente, no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Schroeder(SC) situada à Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder(SC).

b. Inscrições Não-Presenciais:

Dias 27 de junho de 2011 a 8 de julho de 2011, pelo sítio www.schroeder.sc.gov.br. (inscrição on line).

2.2 Não serão aceitas inscrições por e-mail, correios, por procuração ou qualquer outro modo que não seja com a presença do candidato no local e horários determinados no item 2.1.1 acima, ou por meio do link específico no sítio da Prefeitura Municipal de Schroeder

2.3 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição, antes de assiná-la, responsabilizando-se pela exatidão das informações nela contidas e pela entrega da documentação solicitada.

2.4 Não serão anexados documentos após o término do período de inscrições.

III - REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:

3.1 São requisitos para inscrição na seleção os seguintes:

3.1.1 Idade mínima de 16 (dezesesseis) anos;

3.1.2 Estar cursando uma das modalidades de ensino dispostas no Anexo I deste Edital;

3.1.3 Comprovação de residência no Município de Schroeder/SC ou em Municípios Limítrofes da Microrregião da AMVALI, a no mínimo 06 (seis) meses a contar da data de publicação do edital do processo seletivo simplificado para seleção de estagiários;

3.1.4 Comprovação de que o estudante não está percebendo nenhum tipo de remuneração proveniente de relações de trabalho ou seguro-desemprego;

IV - DAS PROVAS:

4.1 Serão aplicadas provas objetivas abrangendo os objetos de avaliação constantes deste edital para os cargos, conforme o quadro a seguir.

4.1.2 Candidatos a vagas de Ensino Superior:

PROVAS/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
	Português	05
	Conhecimentos Gerais e Atualidades	05
	Conhecimentos Específicos	10

4.2 Os candidatos deverão estar no local de provas, impreterivelmente, até as 13 horas e 50 minutos do dia do certame, horário em que os portões serão fechados e nenhum candidato poderá adentrar ao recinto.

4.2.1 As provas objetivas terão a duração de 03 (três) horas e serão aplicadas no dia 13 de julho de 2011, no turno da tarde, com início às 14 horas e término às 17 horas.

4.3 As provas objetivas serão realizadas no Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (NAES), localizado no Centro de Ensino Técnico e Educacional "Werner Ricardo Voigt", situado na Rua Marechal Castelo Branco, n.º 93905, Bairro Centro Norte, Schroeder(SC). São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

4.3.1 O Conteúdo Programático encontra-se no Anexo II do presente Edital.

4.4 Para a realização da prova, o candidato deverá utilizar caneta

esferográfica, de tinta azul ou preta. As respostas dos candidatos deverão ser transcritas para a folha-resposta de acordo com as instruções específicas constantes da prova e na folha-resposta. A folha-resposta não será substituída em caso de erro do candidato.

4.5 Para a entrada nos locais de prova os candidatos deverão apresentar o mesmo documento de identidade original mencionado no requerimento de inscrição.

4.6 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc); passaporte válido; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas pelo órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo novo, com foto).

4.7 Caso, no dia de realização da prova o candidato esteja impossibilitado de apresentar, documento de identidade original, por motivo de perda ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido no máximo há 30 (trinta) dias da data da prova.

4.8 No dia da realização da prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

4.9 Durante a realização da prova é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, bonés e similares ou, ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do processo seletivo.

4.10 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala, do processo seletivo.

4.11 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

4.12 Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);
- b) mais de uma opção de resposta assinalada;
- c) espaço não assinalado(s) na folha-resposta;
- d) folha-resposta preenchida fora das especificações contidas no mesmo, ou seja, preenchido com caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta, ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo na folha.

4.13 O candidato ao encerrar a prova, deverá entregar ao fiscal de prova/sala, a folha resposta e o caderno de prova, sob pena de ter sua prova anulada e ser automaticamente eliminado do concurso.

4.13.1 A organização do certame oferecerá ao candidato folha para transcrição do gabarito, de modo que o mesmo possa confrontar suas respostas com aquelas a serem divulgadas pela organização.

4.14 O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após uma hora do seu início.

4.15 Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderão entregar as suas provas e a folha-resposta e retirar-se do local simultaneamente.

4.16 O gabarito preliminar da prova será divulgado na internet no

endereço eletrônico www.schroeder.sc.gov.br, no primeiro dia útil subsequente ao certame.

4.16.1 O gabarito oficial será divulgado após o transcurso do prazo recursal, pelos mesmos meios em que será divulgado o gabarito preliminar.

4.17 Na hipótese de anulação de questão da prova, ela será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos.

V - DAS PROVAS OBJETIVAS:

5.1 Cada prova objetiva será constituída por questões objetivas cuja resposta será somente uma das cinco alternativas a ela apresentadas.

5.2 Para cada resposta correta, o candidato terá computado o valor correspondente à questão, sendo os mesmos os seguintes:

Valor Total Prova de Português	2,0 pontos
Valor Total da Prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades	2,0 pontos
Valor Total da Prova de Conhecimentos Específicos	6,0 pontos
Valor Total da Prova Objetiva	10,0 pontos
Valor computado por resposta correta para a Prova de Português	0,4 pontos
Valor computado por resposta correta para a Prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades	0,4 pontos
Valor computado por resposta correta para a Prova de Conhecimentos Específicos	0,6 pontos
Valor Total da Prova Objetiva	10,0 pontos

5.3 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

5.4 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não-preenchido integralmente.

5.5 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da correção.

5.6 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

5.7 Serão eliminados do certame os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,0 (cinco) pontos no somatório final da prova objetiva.

VI - DA NOTA FINAL DA SELEÇÃO:

6.1 A nota final da seleção será a nota final das provas objetivas.

6.2 Os candidatos aprovados serão ordenados por vaga de estágio de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso público.

6.3 A publicação do resultado final da seleção será feita em lista-
gem única, de acordo com as vagas ofertadas.

VII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

7.1 Em caso de empate na nota final no concurso público, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) obtiver maior número de acertos na prova objetiva de Conhecimentos Específicos;
- b) obtiver o maior número de acertos na prova objetiva de Português.

7.2 Persistindo o empate, terá preferência o candidato de maior idade.

VIII - DOS RECURSOS:

8.1 Os recursos eventualmente impetrados contra os atos administrativos oriundos do processo seletivo deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora do certame, na pessoa de seu Presidente, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à divulgação do ato atacado, inclusive, tendo a Comissão Organizadora o mesmo prazo para resposta.

Parágrafo único. Caso o recurso seja negado, poderá o impetrante, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à divulgação da resposta ao recurso, inclusive, recorrer à superior instância administrativa, representada pelo Prefeito Municipal, que poderá rever ou manter a decisão da Comissão Organizadora, sendo esta a instância definitiva.

IX - PRAZO DE VALIDADE DA SELEÇÃO

9.1 A lista classificatória resultante da seleção terá validade de seis meses, a partir de sua homologação, prorrogável por igual período, por conveniência da Administração, devendo ser respeitada sua ordem, para todas as contratações que tenham de ser efetivadas durante sua vigência.

9.2 A seleção destina-se ao provimento das vagas descritas deste Edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade da mesma.

X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

10.1 O chamamento dos aprovados dar-se-á conforme necessidade da Administração Pública.

10.2 As chamadas dos candidatos selecionados as vagas disponíveis, serão feitas obedecendo à ordem classificatória de cada candidato.

10.3 Os candidatos classificados serão primeiramente contatados via telefone, caso não sendo possível, será enviado ofício em duas vias, para que seja protocolado recebimento pelo candidato ou seu familiar (pai, mãe, cônjuge) contendo data e horário para comparecer no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Schroeder.

11.4 O candidato classificado que não se apresentar no dia e hora determinado para o preenchimento da vaga, será desclassificado.

10.5 Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Schroeder.

10.6 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento

do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

10.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção de Estagiários.

Schroeder (SC), 15 de junho de 2011.

LUIS APARÍCIO RIBAS

Prefeito Municipal e.e.

DENÍLSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

EDITAL N.º 01/2011 - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REQUISITOS DE ESCOLARIDADE

Vagas	Área	Requisitos de Escolaridade	C/H	Remuneração (Bolsa) R\$
01	Direito	Estar cursando Bacharelado em Direito.	30 h/s	R\$ 529,52

1.1 Os requisitos de escolaridade não excluem a apreciação dos demais requisitos definidos no Item III do Edital.

EDITAL N.º 01/2011 - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - ENSINO SUPERIOR

PORTUGUÊS: LÍNGUA PORTUGUESA (CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO): 1. Leitura e Interpretação de texto. 2. Ortografia; 3. Divisão silábica; 4. Acentuação gráfica. 3. Morfologia; 4. Classes de palavras; 5. Formação de palavras. 6. Sintaxe; 7. Concordância nominal e verbal; 8. Colocação pronominal; 9. Usos dos pronomes relativos; 10. Tipologia textual; 11. Registro formal e informal da linguagem; 12. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: 1. Noções da organização administrativa da Prefeitura de Schroeder; 2. Conhecimento dos dados históricos do município; 3. História e geografia de Santa Catarina; 4. Aspectos gerais do Brasil e do Mundo (políticos, econômicos, históricos, geográficos, culturais, esportivos); 5. Direitos humanos e cidadania e demais atualidades.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

DIREITO: DIREITO CONSTITUCIONAL: Dos direitos e garantias fundamentais. Da organização do Estado. Da organização dos Poderes. Da tributação e do orçamento. DIREITO CIVIL: Das Pessoas, Das Obrigações, Dos Contratos. DIREITO ADMINISTRATIVO: Ato Administrativo. Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal n.º 8.666/93). Pregão Eletrônico e Presencial (Lei Federal n.º 10.520/02). DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Formação e extinção dos processos. Das Partes e dos Procuradores. Requisitos da Petição Inicial. DIREITO TRIBUTÁRIO: Formação e extinção do crédito tributário. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER(SC)

Siderópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº1937

LEI Nº1.937, DE 08 DE JUNHO DE 2011

AUMENTA O NÍVEL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E CONCEDE REVISÃO GERAL AOS AGENTES POLÍTICOS, EM CONFORMIDADE COM O INCISO X ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REGULAMENTADO PELA LEI FEDERAL Nº10.331, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2001.

ELVI DONADEL, Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam os Chefes do Poder Executivo e Legislativo Municipal autorizados a aumentar o nível de remuneração dos servidores municipais e inativos, em 6,31%; (seis vírgula trinta e um por cento) correspondente a recuperação do poder aquisitivo, em virtude da inflação (INPC) ocorrida nos últimos doze meses, acrescido de ganho real de 1% (um por cento) a partir de 01 de Maio de 2011, mais 0,5%(zero vírgula cinco por cento) a partir de dezembro de 2011, relativos ao acordo coletivo de 2011; e 1% (um por cento) em março de 2012, mais reajuste pelo índice do INPC de maio/2011 a abril/2012, em maio 2012, relativos ao prévio acordo coletivo de 2012.

Parágrafo Único - entende-se por recuperação do poder aquisitivo a recomposição da expressão real do subsídio ou salário, e aumento real, o ganho acima do nível inflacionário.

Art. 2º - Fica autorizada a alteração do piso mínimo de vencimento para R\$630,00 (seiscentos e trinta reais), aos servidores de cargos com vencimento igual a 578,60 (quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos) e jornada de 30 e 40 horas/semanais.

Art. 3º - Fica autorizado o pagamento de abono prêmio de férias aos servidores efetivos e contratados no valor de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), a ser concedido por ocasião das férias do servidor, no período de junho de 2011 a maio de 2012.

Parágrafo Único - Sobre o abono prêmio de férias não incidirão encargos sociais, e o mesmo em nenhuma hipótese se incorpora ao salário do servidor.

Art.4º - Ficam os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal autorizados a conceder a revisão geral dos subsídios dos Agentes Políticos, Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários, em 6,31%; (seis vírgula trinta e um por cento) relativos ao INPC, do período de maio/2010 a abril/2011, a partir de 01 de maio de 2011,; e reajuste no índice do INPC maio/2011 a abril/2012, em maio 2012.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 08 de Junho de 2011

ELVI DONADEL

Prefeito Municipal em Exercício

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo



Contrato Nº53

Contrato nº53/2011

Adjudicação: Processo de Licitação nº26/2011 - Modalidade: CV nº48/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: CONGRESIDER IND. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

Objeto: O presente Contrato tem por objeto o fornecimento parcelado de Tubos de Concreto para eventuais manutenções de redes de drenagem em ruas e avenidas do Município, conforme as necessidades das Secretarias Municipais, conforme discriminado em anexo

Valor: R\$ 39.162,00(trinta e nove mil cento e sessenta e dois reais)

Vigência: 31/12/2011

Contrato Nº54

Contrato nº54/2011

Adjudicação: Processo de Licitação nº21/2011 - Modalidade: Tomada de Preços nº 33/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: METALURGICA METAL OLIVO LTDA ME

Objeto: O presente Contrato tem por objetivo a Prestação de Serviços de Metalurgia, de acordo com Anexo I, do presente contrato.

Valor: R\$ 41.100,00(quarenta e um mil e cem reais).

Vigência: 31/12/2011

Contrato Nº55

Contrato nº55/2011

Adjudicação: Processo de Licitação nº45/2011 - Modalidade: CONVITE nº47/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: NEREU DE SOUZA RESTAURANTE ME

Objeto: Contratação de empresa, para fornecimento de forma parcelada, de refeições (marmita), para atender os funcionários da secretaria municipal de obras e de agricultura do município de Siderópolis, durante o exercício de 2011, até o limite de 3.000 marmitas.

Valor: R\$ 24.150,00(vinte e quatro mil cento e cinquenta reais)

Vigência: 31/12/2011

Contrato Nº56

Contrato nº56/2011

Adjudicação: Processo Licitatorio nº48/2011 - Convite nº50/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Objetiva o presente Contrato a reforma das Escolas Municipais, conforme projetos, especificações e Memorial Descritivo, pertencentes ao Processo nº48/2011 - Convite nº50/2011.

Valor: R\$ 35.950,18(trinta e cinco mil novecentos e cinquenta reais e dezoito centavos)

Vigência: 17/06/2011.

Contrato Nº57

Contrato nº57/2011

Adjudicação: Tomada de Preços nº 47/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: TECTON PLANEJAMENTO E ASSESSORIA LTDA

Objeto: O objeto da presente contrato é a contratação de serviço especializado para a elaboração do Plano Diretor.

Valor: R\$ 60.000,00(sessenta mil reais)

Vigência: 31/12/2011, o prazo total para a execução dos serviços é de 120 dias.

Contrato Nº58

Contrato nº58/2011

Adjudicação: Processo de Licitação nº49/2011 - Carta Convite nº51/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: VIRTUOSO VULCANIZADORA PNEUS LTDA - ME

Objeto: O presente Contrato tem por objetivo os serviços de recape de pneus da frota municipal, conforme descrição em anexo.

Valor: R\$23.624,00(vinte e três mil seiscentos e vinte e quatro reais)

Vigência: 31/12/2011.

Timbó**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 2516, de 17 de Junho de 2011**

LEI Nº 2516, DE 17 DE JUNHO DE 2011

Autoriza a concessão de auxílio financeiro ao Hospital e Maternidade Oase (através de sua mantenedora Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó - OASET) para a construção do Pronto Socorro, e a subscrição de contrato de concessão gratuita de uso de imóvel particular com o Hospital e Maternidade Oase (através de sua entidade mantenedora Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó - OASET), para a exploração do Pronto Socorro do Município de Timbó.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito de Timbó fica autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de até R\$ 720.000,00 (Setecentos e vinte mil reais), ao Hospital e Maternidade Oase, inscrito no CNPJ nº 86.377.553/0002-64, através de sua entidade mantenedora a Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó - OASET, inscrita no CNPJ sob nº 86.377.553/0001-83, destinado ao custeio da construção do Pronto Socorro do Município de Timbó, junto ao imóvel de propriedade da referida entidade mantenedora, registrado sob Nº de Ordem 1.933, no 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó.

§1º O Poder Público Municipal irá auxiliar o Hospital e Maternidade Oase e a Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó - OASET na realização do competente processo licitatório, além de fiscalizar a execução da obra de edificação do prédio destinado à instalação do serviço de Pronto Socorro.

§2º O repasse dos recursos ao Hospital OASE será vinculado às etapas concluídas da obra, comprovadas através de medições aprovadas pelos Departamentos competentes desta municipalidade.

§3º Os Presidentes do Hospital e Maternidade Oase e da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó - OASET ficam responsáveis pelos recursos repassados pelo Município de Timbó, devendo aplicá-los em conformidade com o estabelecido nesta lei e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, prestando contas nos termos do Decreto nº 2.292 de 28 de fevereiro de 2011, sem

prejuízo das demais condições legalmente estabelecidas

Art. 2º A despesa com a concessão do auxílio previsto no art. 1º desta Lei correrá a conta do Orçamento-Programa 2011:

15.02.010.302.0072.2160 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.02.010.302.0072.2160 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
15.02.010.302.0072.2160 - PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE
400000.00 - DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 - INVESTIMENTOS
445000.00 - TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS

Art. 3º O Município de Timbó, através do Prefeito, fica autorizado a subscrever Contrato de Concessão Gratuita de Uso de Imóvel Particular na condição de Concessionário com o Hospital e Maternidade Oase e a Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó - OASET, a fim de explorar direta ou indiretamente, pelo prazo mínimo de 20 anos, o serviço de Pronto Socorro junto ao prédio que será edificado no imóvel do Concedente, conforme cláusulas e condições constantes da minuta integrante do Anexo Único desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, em 17 de junho de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.
Timbó, SC, 17 de junho de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

ANEXO ÚNICO

CONTRATO DE CONCESSÃO GRATUITA DE USO DE IMÓVEL PARTICULAR

Pelo presente instrumento, firma de um lado o HOSPITAL E MATERNIDADE OASE, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº. 86.377.553/0002-64, representado por seu Presidente o Sr. _____, e a ORDEM AUXILIADORA DAS SENHORAS EVANGÉLICAS DE TIMBÓ - OASET, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 86.377.553/0001-83, representado por sua Presidente a Sra. TERESINHA METZKER, ambos com sede na Rua Germano Brandes Sênior, nº. 690, Centro, cidade de Timbó/SC, abaixo denominados CONCEDENTES, e de outro lado o MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 83.102.764/0001-15, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, nesta cidade, representado por seu Prefeito o Sr. LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR, juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, representado pelo Secretário de Saúde e Assistência Social o Sr. ÉLSON ANTONIO APARECIDO MARSON JUNIOR, abaixo denominado CONCESSIONÁRIO, resolvem, de comum acordo, com fundamento na Lei nº. 8.666/93, Decreto Lei nº. 271/67 (em especial o art. 7º) alterado pela Lei nº. 11.841/07, Lei Municipal nº. _____, de ____ de _____ de 2011 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente CONTRATO PARA CONCESSÃO GRATUITA DE USO DE IMÓVEL PARTICULAR, mediante as seguintes considerações, cláusulas e condições:

Considerando que o Município de Timbó, através da Secretaria de Saúde e Assistência Social, tem como atribuição implementar

medidas no sentido de promover, disponibilizar e oportunizar o pleno e integral atendimento de saúde a população, o que encontra previsão inclusive na Lei Complementar Municipal nº 196/00 (Dispõe sobre a estrutura administrativa do poder executivo e dá outras providências);

Considerando que dentre as atividades que integram os programas de atendimento realizados pelo sistema de saúde municipal estão os serviços de urgência e emergência;

Considerando que a municipalidade sempre buscou zelar pelo integral atendimento da comunidade, principalmente quanto à disponibilização de melhores condições de saúde;

Considerando que a responsabilidade estatal, no que tange ao atendimento de saúde ao cidadão, decorre de expressa disposição constitucional (art. 196 da CF), tratando-se de situação de interesse social;

Considerando que o Decreto Lei nº. 271/67, em seu art. 7º (alterado pela Lei nº. 11.841/07) estabelece que fica "instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas."

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Concessão de Uso, pelos CONCEDENTES ao CONCESSIONÁRIO, de parte ideal correspondente a 447,76 m² (quatrocentos e quarenta e sete virgula setenta e seis metros quadrados) de área construída do imóvel de sua propriedade, situado na Germano Brandes Senior, nº. 690, bairro Centro, cidade de Timbó, inscrito junto a municipalidade sob o cadastro imobiliário nº. 3061.9, Inscrição nº 01.03.006.0218.001.01.04.

A presente concessão tem como finalidade a instalação e manutenção direta ou indireta pelo CONCESSIONÁRIO do Serviço de Pronto Socorro, junto a prédio a ser edificado pelos CONCEDENTES.

Os CONCEDENTES promoverão no imóvel objeto desta concessão, a construção do Pronto Socorro, edificação esta com 447,76 m² (quatrocentos e quarenta e sete virgula setenta e seis metros quadrados), tudo de conformidade com as condições, critérios, requisitos e projeto construtivo apresentado pelos CONCEDENTES através deste instrumento e da Lei nº. _____.

Toda a edificação e as demais dependências que integram a referida sede do Pronto Socorro desde já integram o objeto deste instrumento.

A concessão fica condicionada a total e efetiva execução das obrigações, finalidades e responsabilidades estabelecidas neste instrumento e nos dispositivos legais.

O presente Contrato, a Lei nº. _____, de ____ de _____ de 2011 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie são complementares entre si, de forma que qualquer especificação ou obrigação constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência por período indeterminado, restando plena, total, expressa e irrevogavelmente garantido ao

CONCESSIONÁRIO a total exploração, uso, gozo, fruição e disponibilização do imóvel objeto desta concessão e da(s) edificação(ões) que ali será(ão) promovida(s) (prédio destinado ao serviço de Pronto Socorro e demais dependências), pelo prazo mínimo de 20 anos, com início contado a partir da efetiva posse do imóvel, após a conclusão da obra.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO

A utilização do objeto deverá seguir obrigatoriamente as condições estabelecidas neste instrumento, Lei Municipal nº. _____, de ____ de _____ de 2011 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA QUARTA - DA GRATUIDADE

Esta Concessão de Uso será a título gratuito, sem prejuízo das obrigações, responsabilidades e condições a serem cumpridas pelas partes e que se encontram estabelecidas no presente instrumento, Lei Municipal nº. _____, de ____ de _____ de 2011 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA QUINTA - DOS CUSTOS

O CONCESSIONÁRIO repassará aos CONCEDENTES o valor de até R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), para construção do prédio destinado à instalação e funcionamento do Serviço de Pronto Socorro junto a sua sede, nos moldes da Lei nº. _____.

O CONCESSIONÁRIO arcará com os custos para a efetiva implantação, exploração e funcionamento do pronto Socorro, inclusive quanto as atividades que ali serão executadas, material, mão de obra, pessoal, matéria prima, maquinários, equipamentos, produto e serviços.

As despesas com água, energia elétrica, telefone, esgoto, manutenção, segurança, guarda, limpeza, ajardinamento e conservação do objeto e da edificação a ser executada, ficarão sob a responsabilidade do CONCESSIONÁRIO.

O CONCESSIONÁRIO fica responsável pelo pagamento do IPTU e seguros relacionados ao objeto e a edificação ali promovidos.

CLÁUSULA SEXTA - DA REVERSÃO

Ao final do período de vigência ou no momento da rescisão da presente Concessão Gratuita de Uso, o objeto e a edificação nele realizada serão automaticamente revertidos em favor do patrimônio e posse dos CONCEDENTES.

A reversão fica condicionada ao pleno e integral cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis à espécie.

Todos e quaisquer bens móveis de propriedade do CONCESSIONÁRIO não serão objeto de reversão nem tampouco integrarão o patrimônio dos CONCEDENTES.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONCESSIONÁRIO

Fica o CONCESSIONÁRIO responsável:

- em arcar com as obrigações, atribuições e exigências constantes deste instrumento, Lei Municipal nº. _____, de ____ de _____ de 2011 e nos demais documentos e disposições legais aplicáveis à espécie;
- a providenciar os alvarás, licenças e autorizações necessárias

a instalação e ao funcionamento de suas atividades (Serviço de Pronto Socorro), devendo arcar com os custos advindos dos mesmos;

- quanto aos danos causados ao objeto, edificação ou ainda aos equipamentos e materiais ali instalados;
- pelas obrigações concernentes as legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias e comerciais, bem como quanto as despesas decorrentes deste instrumento, especificamente no que tange as suas atribuições;
- em não utilizar a área concedida para finalidades diversas daquelas constantes deste instrumento;
- pela prestação de serviços e mão de obra realizada no objeto, salvo situação ocasionada pelo CONCEDENTE;
- quanto aos compromissos, obrigações e ônus decorrentes do objeto, edificações ou a qualquer material, equipamento ou maquinário ali existente, apenas após a subscrição do presente ;
- em permitir que os CONCEDENTES procedam fiscalizações junto ao objeto;
- em utilizar as técnicas adequadas e arcar com os custos para funcionamento de suas atividades;
- pelos bens, equipamento, material e maquinário de sua posse ou propriedade;
- quanto a quantidade e qualidade dos serviços oferecidos junto ao objeto;
- em fornecer produtos relacionados as atividades constantes do objeto em perfeito estado de validade e qualidade;
- em atender a clientela com dignidade e respeito, mantendo a qualidade dos serviços;
- em manter o seu ambiente de trabalho em ótimas condições de higiene, limpeza e conservação;
- em proceder, no término do contrato, a reversão ao patrimônio e posse dos CONCEDENTES, do imóvel e edificação ali promovida, sem impedimento ou direito à indenização, salvo no caso de descumprimento contratual pelos CONCEDENTES;
- em iniciar as atividades em até 45 (quarenta e cinco) dias após a conclusão da edificação;
- em demonstrar eficiência na execução dos serviços realizados sobre o imóvel objeto;
- respeitar e cumprir a legislação pertinente a este ramo de atividade, em especial a legislação relativa a Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DOS CONCEDENTES

Ficam desde já os CONCEDENTES responsáveis:

- em arcar e cumprir integralmente com todas as obrigações, atribuições e exigências constantes deste instrumento, Lei Municipal nº. _____, de ____ de _____ de 2011 e nos demais documentos e disposições legais aplicáveis à espécie;
- em disponibilizar ao CONCESSIONÁRIO a área objeto deste instrumento (livre de todo e qualquer ônus, seja ele de que natureza for), bem como permitir que este último realize a instalação e funcionamento do serviço de Pronto Socorro e de todas as atividades a ele relacionadas, nos moldes deste instrumento, Lei Municipal nº. _____, de ____ de _____ de 2011 e demais disposições legais aplicáveis à espécie;
- promover no imóvel objeto deste instrumento a construção da sede do Pronto Socorro, nos moldes dos projetos apresentados, os quais passam a integrar desde já o referido objeto;
- em manter durante o período do presente contrato (20 anos), pelo SUS, todos os serviços de internação e especialidades médicas executados em seu prédio principal, inclusive aqueles inerentes à imagens (Raio X e Ultrassom);
- providenciar todos os meios e formas necessárias a garantir o labor de forma harmônica entre os seus serviços prestados à comunidade e aqueles desenvolvidos pelo CONCESSIONÁRIO no Pronto Socorro, cumprindo integralmente o plano de trabalho a ser firmado entre as partes;

- ao pleno cumprimento e garantia acerca dos prazo de 20 anos previsto na Cláusula Segunda, sem prejuízo das demais condições estabelecidas neste instrumento e na legislação aplicável à espécie;
- antes da disponibilização do objeto ao CONCESSIONÁRIO, em realizar vistoria descrevendo o estado de conservação do imóvel.

CLÁUSULA NONA - DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO

O presente instrumento constitui-se de Concessão Gratuita de Uso de Imóvel Particular, não havendo qualquer subordinação ou vínculo empregatício entre os CONCEDENTES e o CONCESSIONÁRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados, a parte infratora incorrerá na seguinte penalidade (independentemente das demais sanções administrativas, civis e penais aplicáveis à espécie): - 5% do valor atualizado do repasse efetivado (cláusula quinta), pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas ou condições constantes do referido contrato, Lei Municipal nº. _____, de ____ de _____ de 2011 e nos demais documentos e disposições legais aplicáveis à espécie ou ainda pela rescisão, sem justo motivo.

O não cumprimento, pelos CONCEDENTES, do prazo convencionado para a concessão, obriga os mesmos a imediata indenização/devolução dos valores cedidos pelo CONCESSIONÁRIO para edificação da sede do Pronto Socorro, cujo valor será apurado em procedimento próprio, sem prejuízo da aplicação dos emolumentos devidos e dos demais dispositivos legais inerentes a espécie.

A parte infratora sempre será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O contrato em questão poderá ser rescindido:

- pelo CONCESSIONÁRIO, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, contados da data do efetivo recebimento da comunicação;
- pelo CONCEDENTE, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, contados da data do efetivo recebimento da comunicação, sem prejuízo do cumprimento das obrigações assumidas;
- no caso de qualquer das partes deixar de efetivar o cumprimento de quaisquer das cláusulas, condições ou prazos constantes deste instrumento, Lei Municipal nº. _____, de ____ de _____ de 2011 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, independentemente das demais sanções civis e penais;
- pelo ato de autoridade, lei superveniente ou acontecimento que de alguma forma torne a execução deste contrato formal ou materialmente impraticável;
- amigável, por acordo entre as partes.

A inexecução total ou parcial do contrato pode culminar na execução das penalidades previstas na Cláusula Décima.

Caso os CONCEDENTES solicitem rescisão antes do prazo de 20 (vinte) anos, fica o mesmo imediatamente obrigado a indenizar/devolver ao CONCESSIONÁRIO todos os custos/valores da edificação realizada pelo mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ADAPTAÇÕES E BENFEITORIAS

O CONCESSIONÁRIO fica autorizado a realizar no objeto, às suas

expensas, as adaptações que se fizerem necessárias. Os bens móveis, maquinários, equipamentos e acessórios de propriedade do CONCESSIONÁRIO, utilizados para a execução das atividades, não permanecerão incorporados ao patrimônio dos CONCEDENTES, devendo os mesmos ser retirados pelo CONCESSIONÁRIO, quando do término ou da rescisão deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA AUTORIZAÇÃO

A partir da data da assinatura do presente instrumento, fica o CONCESSIONÁRIO autorizado a tomar posse do bem objeto e dar início as obras de edificação, instalação e funcionamento do serviço de Pronto Socorro, sem prejuízo das condições contidas neste presente instrumento, Lei Municipal nº. _____, de ____ de _____ de 2011 e das demais disposições legais aplicáveis a espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS FORTUITOS E DE FORÇA MAIOR

Em restando evidenciado e regularmente comprovado qualquer caso fortuito ou de força maior, fica os CONCEDENTES responsáveis quanto a área que guarnece objeto e o CONCESSIONÁRIO responsável pela(s) edificação(ões) instaladas nesta área, bem como com relação aos demais equipamentos, maquinários e materiais, arcando, desta forma, cada um, com os custos advindos e decorrentes dos referidos casos fortuitos ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Toda e qualquer alteração contratual dar-se-á obrigatoriamente através de Termo Aditivo, o qual deverá ser assinado pelas partes e passará a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente CONCESSÃO GRATUITA DE USO DO BEM PARTICULAR não poderá ser transferida, de nenhuma forma por qualquer das partes, salvo no caso de terceirizações, sejam elas de que natureza forem, a serem promovidas pelo CONCESSIONÁRIO.

As diligências realizadas pelo CONCESSIONÁRIO ou pelos CONCEDENTES, para cumprimento de qualquer obrigação aqui prevista, serão precedidas de interpelação administrativa com prazo mínimo de 20 (vinte) dias. O não cumprimento das diligências no prazo da interpelação poderá ensejar a declaração administrativa de inadimplemento, facultando a parte prejudicada promover as medidas administrativas e legais aplicáveis à espécie.

Os CONCEDENTES aceitarão o imóvel e a edificação nele realizada na forma em que estiverem no momento do término/rescisão contratual.

As dívidas e/ou pendências, sejam elas de que natureza forem, relacionadas ao imóvel e existentes antes da subscrição da presente concessão, são de plena, exclusiva e total responsabilidade dos CONCEDENTES.

As partes declaram ter prévio e total conhecimento acerca de todas as cláusulas constantes deste instrumento bem como da Lei Municipal nº. _____, de ____ de _____ de 2011 e demais disposições legais aplicáveis a espécie, concordando expressamente com todos os seus termos.

Este contrato poderá ser levado a registro/averbação perante o(s) cartório(s) competente(s).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro desta Comarca de Timbó - SC, para dirimir

quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e acertadas, as partes contratantes assinam este contrato de Concessão de Uso de Bem Público, em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Timbó, ____ de ____ de 2011.

CONCEDENTE
ORDEM AUXILIADORA DAS SENHORAS EVANGÉLICAS DE TIMBÓ

CONCEDENTE
HOSPITAL E MATERNIDADE OASE

CONCESSIONÁRIO
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

CONCESSIONÁRIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
ELSON ANTONIO APARECIDO MARSON JUNIOR

TESTEMUNHA
Nome:
CPF nº.:

TESTEMUNHA
Nome:
CPF nº.:

Decreto Nº 2376, de 17 de Junho de 2011

DECRETO Nº 2376, DE 17 DE JUNHO DE 2011

Aprova LOTEAMENTO de área urbana denominado "EDWIN KLUG".

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e pelas Leis n.ºs 666/76, 813/83, 878/85 e 1.207/90 e,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 1.513 de 25/03/2009 declarou de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial parte do imóvel situado à Rua Inglaterra de propriedade de EDWIN KLUG, para a edificação da Câmara de Vereadores de Timbó;

CONSIDERANDO que após a desapropriação amigável se verificou a necessidade de lotear a referida área, de modo a otimizar a ocupação do solo desapropriado, a fim de implementar não só a Câmara Municipal de Vereadores, como também o Fórum da Comarca;

CONSIDERANDO que o Município de Timbó, através do termo de acordo amigável para desapropriação da área estabeleceu com o proprietário EDWIN KLUG, como uma das condicionantes à efetivação da desapropriação, o custeio e realização de todos os atos necessários a regularização da área por meio de Loteamento Urbano;

CONSIDERANDO que referido Loteamento possui apenas três lotes, sendo que o Lote nº 01 fica para o proprietário o Sr. Edwin Klug, onde estabelecerá a sua residência; o Lote nº 02 será destinado à edificação da Câmara de Vereadores de Timbó e o Lote nº 03 será destinado à edificação do Fórum da Comarca de Timbó, além das respectivas áreas verdes, utilidade pública, logradouros públicos e ainda uma área remanescente.

CONSIDERANDO a urgência em registrar o referido Loteamento,

especialmente para que o Município possa formalizar a doação do Lote nº 03 ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, viabilizando assim a edificação do novo Fórum da Comarca de Timbó;

CONSIDERANDO que o Loteamento cumpre com todas as exigências do Plano Diretor e demais legislações aplicáveis a espécie;

CONSIDERANDO que o Município iniciará a execução da infraestrutura após o competente registro do Loteamento perante o Registro de Imóveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o LOTEAMENTO denominado "EDWIN KLUG", situado no lado par da Rua Inglaterra, distando pelo lado direito do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Egito, nesta Cidade, com a área de 29.693,20m² (Vinte e nove mil, seiscentos e noventa e três metros e vinte decímetros quadrados), processo L-035/2010 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente EDWIN KLUG.

Art. 2º O loteamento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 18.248, livro 2, que se encontra cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.04.032.1353.001 e está assim constituído:

a) Lotear 03 (três) lotes, numerados de 01 (um) a 03 (três), mais uma área de utilidade pública, área verde, espaço livre e áreas destinadas a logradouros públicos:

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 1.366,90m² (Um mil, trezentos e sessenta e seis metros e noventa decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Inglaterra, distando pelo lado direito do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Egito; estremando na frente em 30,02 metros com o lado par da Rua Inglaterra; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº02; lado direito estrema em 45,00 metros sendo, em 15,00 metros com terras da Prefeitura Municipal de Timbó, matrícula n.º 10.976, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº30 de Adler Têxtil Ltda, matrícula n.º 3.084, livro 2 e em 15,00 metros com o lote nº31 de Lauro José dos Santos, matrícula n.º 4.207, livro 2 ; e, lado esquerdo estrema em 46,13 metros com o lote nº02;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 4.550,16m² (Quatro mil, quinhentos e cinquenta metros e dezesseis decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Inglaterra, esquina formada com o lado ímpar da Rua Projetada 'A'; estremando na frente em 21,42 metros com o lado par da Rua Inglaterra; fundos estrema em 58,10 metros, sendo em 18,00 metros com o viradouro da Rua Projetada 'B' e em 40,10 metros com a Área Verde; lado direito estrema, em linha quebrada, em 46,13 metros e 30,00 metros com o lote nº01, e em 56,34 metros, sendo em 30,00 metros com os lotes nº32 e nº33 de José Girola, matrícula nº 2.130, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº34 de José Debarba, matrícula nº 2.131, livro 2 e em 11,34 metros com o lote nº35 de Victor Debarba, matrícula nº 3.484, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 97,27 metros com o lado ímpar da Rua Projetada 'A' e em 9,62 metros na curva de transição com o lado ímpar da Rua Projetada 'A'. "Área declarada de utilidade pública, destinada à Câmara de Vereadores de Timbó a fim de estabelecer a sua sede";

03 - Lote nº 03 (três) - com área de 5.721,41m² (Cinco mil, setecentos e vinte e um metros e quarenta e um decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Projetada 'A', esquina formada com o lado par da Rua Projetada 'B'; estremando na frente em 91,26 metros com o lado ímpar da Rua Projetada 'A'; fundos estrema em 97,16 metros, sendo em 0,66 metros com o lote nº36 de José Debarba, matrícula nº 2.227, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº37 de José Debarba, matrícula nº 3.210, livro 2,

em 15,00 metros com o lote nº38 de José Debarba, matrícula nº 2.720, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº39 de José Debarba, matrícula nº 2.939, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº40 de Geraldo Perini, matrícula nº 3.228, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº41 de Geraldo Perini, matrícula nº 3.729, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº42 de Jaqueline Andretti Silva, matrícula nº 2.731, livro 2 e em 6,50 metros com o lote nº43 de Joyce Andretti Silva, matrícula nº 2.732, livro 2; lado direito estrema em 52,33 metros com o lado par da Rua Projetada 'B' e em 9,33 metros na curva de transição com o lado par da Rua Projetada 'B'; e, lado esquerdo estrema em 59,67 metros, sendo em 5,85 metros com o viradouro da Rua Projetada 'A' e em 53,82 metros com o Espaço Livre. "Área declarada de utilidade pública destinada ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina a fim de edificar o novo Fórum da Comarca de Timbó";

04 - Espaço Livre - com área de 1.546,28m² (Hum mil, quinhentos e quarenta e seis metros e vinte e oito décimos quadrados), situado no viradouro da Rua Projetada 'A', distando pelo lado esquerdo do imóvel, 239,21 metros da esquina formada com o lado par da Rua Inglaterra; estremando na frente, em linha quebrada, em segmentos de 20,15 metros e 20,00 metros com o viradouro da Rua Projetada 'A' e em 53,82 metros com o lote nº03; fundos estrema em 74,15 metros com terras de Rubens Schmidt, matrícula nº 6.799, livro 2; lado direito estrema em 28,70 metros, sendo em 8,50 metros com o lote nº43 de Joyce Andretti Silva, matrícula nº 2.732, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº44 de Erico Zermiani, matrícula nº 6.694, livro 2 e em 5,20 metros com o lote nº45 de Giovanni Luiz Feltrin, matrícula nº 3.430, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 4,00 metros com a Área de Utilidade Pública. "Área declarada de utilidade pública, destinada ao Patrimônio do Município de Timbó";

05 - Área Verde - com área de 232,87m² (Duzentos e trinta e dois metros e oitenta e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Projetada 'B', esquina formada com o lado ímpar da Rua Projetada 'A'; estremando na frente em 9,42 metros na curva de transição do lado ímpar da rua projetada 'B'; fundos estrema em 6,00 metros com o viradouro da rua projetada 'B'; lado direito estrema em 40,10 metros com o lote nº2; e, lado esquerdo estrema em 34,10 metros com o lado ímpar da Rua Projetada 'B'. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó";

06 - Área de Utilidade Pública - com área de 11.975,86m² (Onze mil, novecentos e setenta e cinco metros e oitenta e seis décimos quadrados), situada no lado par da Rua Projetada 'A', distando pelo lado esquerdo do imóvel, 119,45 metros da esquina formada com o lado par da Rua Inglaterra; estremando na frente em 123,76 metros, sendo em 119,76 metros com o lado par da Rua Projetada 'A' e em 4,00 metros com o Espaço Livre; fundos estrema em 118,22 metros, sendo em 6,22 metros com o lote nº02 de Renato Luiz Urbainski, matrícula nº 3.312, livro 2, em 14,00 metros com o lote nº03 de Valdemar Schubert, matrícula nº 3.340, livro 2, em 14,00 metros com o lote nº04 de Sonia Marly Schubert, matrícula nº 3.341, livro 2, em 14,00 metros com o lote nº05 de Beatriz Regina Giovanella, matrícula nº 3.342, livro 2, em 28,00 metros com o lote nº06 e nº07 de Elenio Mannes e Gilnei João Purim, matrícula nº 14.885, livro 2, em 14,00 metros com o lote nº08 de Rubens Meyer, matrícula nº 3.343, livro 2, em 14,00 metros com o lote nº09 de Rudi Hordina Junior, matrícula nº 3.344, livro 2 e em 14,00 metros com o lote nº10 de Osmar Nichelatti e Ditlind Schmidt, matrícula nº 3.310, livro 2; lado direito estrema em 98,35 metros com terras de Rubens Schmidt, matrícula nº 6.799, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 99,81 metros sendo, em 50,00 metros com terras do Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Educação, matrícula nº 5.344, livro 2 e em 49,81 metros com a área remanescente da Prefeitura Municipal de Timbó, matrícula nº 4.734, livro 2. "Esta área deverá

ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó";

07 - Uma faixa de terras com área de 3.477,67m² (Três mil, quatrocentos e setenta e sete metros e sessenta e sete décimos quadrados), destinada à abertura do logradouro público denominado RUA PROJETADA 'A', iniciando no lado par da Rua Inglaterra, distando pelo lado direito do imóvel, 81,44 metros do alinhamento par da Rua Egito, estremando na frente em 20,21 metros com o lado par da Rua Inglaterra; fundos estrema em 20,15 metros com o Espaço Livre; lado direito estrema, em linha quebrada, em segmentos de 9,62 metros na curva de transição do lado ímpar da Rua Projetada 'A' com o lote nº 02, em 112,82 metros, sendo em 97,27 metros com o lote nº02 e em 15,55 metros com a rua projetada 'B', em 99,65 metros, sendo em 8,39 metros com a Rua Projetada 'B' e em 91,26 metros com o lote nº03, em 5,85 metros com o lote nº03 e em 20,00 metros com o Espaço Livre; e, lado esquerdo estrema em 119,45 metros com terras do Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Educação, matrícula nº 5.344, livro 2 e em 119,76 metros com a Área de Utilidade Pública. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

08 - Uma faixa de terras com área de 822,05m² (Oitocentos e vinte e dois metros e cinco décimos quadrados), destinada à abertura do logradouro público denominado RUA PROJETADA 'B', iniciando no lado ímpar da Rua Projetada 'A', distando pelo lado direito do imóvel, 103,47 metros do alinhamento par da Rua Inglaterra, estremando na frente em segmentos de 15,55 metros e 8,39 metros com o lado ímpar da Rua Projetada 'A'; fundos estrema em 18,00 metros, sendo em 3,66 metros com o lote nº35 de Victor Debarba, matrícula nº 3.484, livro 2 e em 14,34 metros com o lote nº36 de José Debarba, matrícula nº 2.227, livro 2; lado direito estrema, em linha quebrada, em segmentos de 9,42 metros na curva de transição do lado ímpar da Rua Projetada 'B' com a Área Verde, em 34,10 metros e 6,00 metros com a Área Verde e em 18,00 metros com o lote nº02; e, lado esquerdo estrema em 9,33 metros na curva de transição do lado par da Rua Projetada 'B' com o lote nº03 e em 52,33 metros com o lote nº03. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

Art. 3º Apesar da aprovação do loteamento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito, conforme Lei n.º 335/2007 e sua regulamentação, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de loteamento.

Art. 4º O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de junho de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, 17 de junho de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Portaria No 2123, de 18 de Maio de 2011

PORTARIA No 2123, DE 18 DE MAIO DE 2011

Reconduz e altera membros do Conselho Diretor do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e de Melhoria da Polícia Militar - FUNREBOMPOM.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Incisos I, II e VII, c/c o art. 70, inciso II, alínea "c", "d" e "g", da Lei Orgânica do Município de Timbó, c/c § 3º do art.4º da Lei Complementar nº 125, de 22/12/1997, e com fundamento no artigo 5º do Decreto nº 485, de 28/01/2003,

RESOLVE:

Art.1º RECONDUZIR E ALTERAR membros do CONSELHO DIRETOR do FUNREBOMPOM, com mandato de dois (02) anos, a contar de fevereiro do corrente, como segue:

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL:

Titular : Maria Ramos Gonzaga Pellin

Suplente : Daniel Huf Souza

II - REPRESENTANTE DA POLÍCIA MILITAR - COMPANHIA DE TIMBÓ:

Titular : Major Edemilson Sagaz

Suplente : Sargento PM Carlo Gabriel da Silveira

III - REPRESENTANTE DO CORPO DE BOMBEIROS - GRUPAMENTO DE TIMBÓ:

Titular : Major Walter Ferreira Povoas

Suplente : Sargento Dirceu Rodrigues

IV - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO:

Titular : Silvana Vicente Roepke

Suplente : Maurício Dias

V - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE:

Titular : Nilton Theilacker

Suplente : Maysa Angeli Rossi

VI - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ-ACIMVI:

Titular : Jair Antonio Pretti

Suplente : José Tadeo de Souza

VII - REPRESENTANTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE TIMBÓ-CDL:

Titular : Geraldo Censi

Suplente : Jorge Krueger

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de maio de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

CÂMARA DE VEREADORES**Portaria 07 2011**

Portaria Nº 7/2011

Nomeia servidor para o exercício do Cargo de Provimento Efetivo de Contador na Câmara Municipal de Timbó.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art. 18. Parágrafo único, da Lei Orgânica e art. 50. § 3º, I, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º Nomear Wilmar Ramos Wojcik para o cargo de provimento efetivo de contador, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Timbó, previsto no art. 7º inciso I, alínea "b" da Lei Complementar nº 338, de 12 de Novembro de 2007.

Art. 2º A investidura no cargo dar-se-á com efeitos retroativos a 27/08/2008 por força da decisão das fls. 199/213 dos autos do Mandado de Segurança nº 073.06.004154-7, da 2ª Vara Cível da Comarca de Timbó, cumpridos os requisitos do art. 20. caput e § 1º e do art. 114 e seus Parágrafos, todos da Lei Complementar nº 1/1993.

Art. 3º Este ato de provimento de cargo público tornar-se-á sem efeito se a posse e o exercício não ocorrer nos prazos estabelecidos no art. 19. § 1º e art. 21. § 1º, conforme determina o art. 21. § 2º, todos da Lei Complementar nº 1/1993.

Art. 4º As despesas decorrentes deste ato correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 15 de Junho de 2011.

ISMAEL MAAS

Presidente

Tunápolis**PREFEITURA MUNICIPAL****Processo de Licitação Nº 16/2011 FMS Peças**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2011

Edital de Pregão Presencial nº 09/2011

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por lote, que tem por objeto a aquisição de peças "originais" que serão utilizadas para o conserto do veículo Ducato 2.8 JTD ano 2008, e Veículo Logan 2008 1,0, 16 Válvulas, pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde.

Entrega das propostas até às 7h45min do dia 01/07/2011

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2083/2011

LEI NO 2.083/11, de 14 de junho de 2011.

Autoriza A ALIENAÇÃO DE BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar mediante venda, através de leilão, um ônibus, cor branca, chassi nº 9BM384088NB957139, código renavam 608668060, placa IAT-5845, ano fabricação 1992, ano modelo 1992, combustível diesel, marca modelo M.Benz/OF 1318 e espécie tipo pas/ônibus.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 14 de junho de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2084/2011

Lei nO 2.084/11, de 14 de junho de 2011

DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O perímetro urbano de Turvo fica ampliado com o acréscimo de uma área de 9.187,50 m2, iniciando a descrição deste perímetro no marco M 01, com coordenadas planas N=6.805.104,15 m e E=621.281,72 m, situado na divisa das terras de Vanderlei Pazini, com a Rodovia SCT-285; deste segue por linha seca, pela divisa das terras de Vanderlei Pazini e Ilario Vitto, com o Município de Turvo, ate no marco M 02, com coordenadas planas N=6.805.500,07 m e E=621.361,87 m; deste segue pela divisa das terras de Ilario Vitto e Aldevino Miguel Vitto, com o Município de Turvo, até o M 03 com as seguintes coordenadas planas N=6.805.240,74 m e E=621.298,68 m; deste segue por linha seca, confrontado com as terras de Aldevino Miguel Vitto e Olga Sacon, com o Município de Turvo, até a Rodovia no marco M 04 com as seguintes coordenadas planas N=6.805.148,94 m e E=621.221,56, deste segue pela faixa de domínio da Rodovia e fechando no marco M 01, localizado em Rodeio da Areia.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Turvo(SC), 14 de junho de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2085/2011

Lei nO 2.085/11, de 14 de junho de 2011

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE TURVO

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar um Programa de Educação e Desenvolvimento Permanente de Coleta Seletiva no Município de Turvo, com vistas à maximização de separação de resíduos sólidos (lixo) na sua origem.

Art. 2º. O Poder Executivo, num prazo de 120 dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 14 de junho de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2086/2011

Lei nO 2.086/11, de 14 de junho de 2011

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a conceder subvenção social ao Hospital São Sebastião de Turvo, CNPJ 86.513.124/0001-96, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), durante o exercício de 2011, objetivando a manutenção de suas atividades estatutárias.

Art. 2º. A entidade beneficiada sujeita-se a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura.

Art. 3º. As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria inserida no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 14 de junho de 2011

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 53/2011

DECRETO Nº 053/11, de 13 de junho de 2011.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 2.029/10 (Lei de Diretrizes Orçamentárias),

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0034.2.010 - MANUT. E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(37) - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta de anulação parcial do seguinte item orçamentário:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0034.2.010 - MANUT. E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(34) - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 13 de junho de 2011.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 54/2011

DECRETO nO 054/11, de 14 de junho de 2011

REGULAMENTA A LEI Nº 2.085/11, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE TURVO

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.085/11, de 14 de junho de 2011,

DECRETA

Art. 1º. Fica implantado o Programa de Educação e Desenvolvimento Permanente de Coleta Seletiva do Município de Turvo, com vistas à maximização de separação de resíduos sólidos (lixo) na sua origem. Os resíduos, conforme definidos neste decreto, deverão ser objeto de tratamento e destinação final diferenciado, ficando proibido seu descarte sob qualquer forma em qualquer local.

Art. 2º. O gerenciamento dos resíduos sólidos fica definido neste decreto, incluindo assim no seu gerenciamento a separação, seu acondicionamento, sua coleta, reaproveitamento e reciclagem, tratamento e sua disposição final, devendo ser realizado de forma a minimizar os impactos ambientais e proteger a saúde pública.

Art. 3º. Consideram-se Coleta Seletiva os resíduos sólidos previamente segregados conforme suas características físicas e sua composição, já previamente separados pela sua fonte geradora. Esses resíduos serão encaminhados para reciclagem, reutilização, compostagem e outras alternativas de tratamento para seu destino final.

Art. 4º Para eleito deste decreto entende-se que a coleta seletiva dos resíduos sólidos deverá ser separada em três espécies:

I - Lixo seco: é considerado lixo seco todo material perecível de

difícil decomposição que podem ser destinados para o reaproveitamento e reciclagem do resíduo sólido com intuito de poder minimizar e reduzir o crescente impacto ambiental. O lixo seco considerado passível de reciclagem é:

a) Papel/Papelão;

b) Plásticos;

c) Vidros;

d) Metais;

e) Madeiras;

f) outros resíduos passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, que requerem sua destinação final adequada.

II - Lixo Orgânico: é considerado lixo orgânico todo resíduo sólido de fácil decomposição, sendo de origem vegetal e animal, podendo ser destinado à reciclagem, minimizando assim os impactos por este produzido. Consideramos lixo orgânico:

a) parte do lixo doméstico, restos de alimentos, cascas de frutas, verduras e sementes;

b) restos de podas, galhos e folhas.

III - Lixo de banheiro: consiste em todo material utilizado em sua higiene, limpeza, tratamento de saúde e saneamento, sendo considerado um resíduo perigoso por ser patogênico e apresentar um risco a saúde pública e a qualidade ambiental. Sendo assim um resíduo considerado como passível da não reciclagem, devendo ser destinado de forma regular por uma pessoa jurídica devidamente licenciada.

Art. 5º. O acondicionamento dos resíduos sólidos deverá proceder de acordo com as três espécies descritas no art. 4º devidamente separados, para que assim se possa encaminhar a reciclagem e o reaproveitamento dos resíduos sólidos. Os resíduos sólidos provenientes para o reaproveitamento e reciclagem deverão ser acomodados em lixeiras separadas para que não haja a contaminação com os outros resíduos.

Art. 6º. A coleta dos resíduos sólidos seco deverá acontecer de forma diferenciada dos resíduos orgânicos e sanitário, podendo ser também através de dias alternadas para que assim se colete somente os resíduos sólidos que seguirão para o reaproveitamento ou reciclagem. A coleta desse resíduo somente será realizada, se o mesmo estiver acomodado na lixeira correta a ele destinado.

Art. 7º. Os resíduos sólidos devidamente separados, acondicionados e coletados seguirão assim para o centro de triagem do município. Os materiais serão adequadamente segregados de acordo com seu estado físico e químico, onde receberão a destinação adequada, podendo ser o reaproveitamento ou a reciclagem encaminhado para o beneficiamento e comercialização dos materiais recicláveis da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 8º. Dos objetivos da coleta seletiva dos resíduos sólidos:

I - Preservar o meio ambiente como a saúde pública;

II - Incentivar a utilização racional e adequada dos recursos naturais;

III - Promover e preservar a melhoria da qualidade do meio ambiente;

IV - Reduzir a exploração de recursos não renováveis;

V - Possibilitar a reciclagem de materiais que seriam jogados no lixo;

VI - Reduzir os gastos de limpeza urbana;

VII - Oportunizar e elevar o nível de informação sobre resíduo sólido, coleta seletiva, reaproveitamento e reciclagem, fazendo integrar este tema no cotidiano dos cidadãos;

VIII - Gerar benefícios sociais e econômicos para cidadãos do município de Turvo.

Art. 9º. Todos os ocupantes de imóveis residencial, comercial e industrial do perímetro urbano do Município deverão ser convidados a participar do Programa de Educação e Desenvolvimento Permanente de Coleta Seletiva do Município de Turvo.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 14 de junho de 2011
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Convenio FMS 04/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
Fundo Municipal de Saúde
EXTRATO DE CONVENIO
CONVENIO No 004/2011

CONVENIADA: Hospital São Sebastião de Turvo
OBJETO: Ajuda financeira para auxiliar na manutenção de suas atividades estatutárias.
VALOR: R\$ 15.000,00
VIGÊNCIA: 31/07/2011

Homologação Resultado Proc Sel SAMU 02/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU Nº 002/2011
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS RESULTADOS

Por este Edital o Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições, homologa os resultados apurados no Processo Seletivo Simplificado convocado pelo Edital no 002/2011-SAMU, de 02 de junho de 2011, e determina a sua publicação para que atinja seus efeitos legais, a saber:

Técnico de Enfermagem

Nome Candidato(a)	Classificação
Juliana Martins Teixeira	1ª
Débora Buzzanello	2ª
Nilson Severino Mota	3ª
Suzana Cardoso	4ª

(i) Critério de desempate maior idade.

Turvo(SC), 16 de junho de 2011.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Termo de Cessão 01/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO E USO A TÍTULO PRECÁRIO DE BEM PÚBLICO 01/2011

CESSIONÁRIO: Silvino Londero
OBJETO: cessão de uso de um terreno rural com área de um mil e quatrocentos e sessenta e dois metros e setenta e quatro centímetros quadrados (1.462,74 m²), sito em Ponte Alta, deste distrito, confrontando: Norte com (34,15) metros com Manoel Estevão Patrício; Sul com (40,25) metros no alinhamento da estrada municipal TVO-364; Leste com (33,00) metros com uma estrada

particular em terras de Ademir Daros e Oeste com (51,55) metros com Manoel Estevão Patrício, conforme matrícula nº 21.524 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo, bem como, o prédio construído no referido terreno.
VIGÊNCIA: prazo indeterminado

Vargeão

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Pregão Presencial Nº 0002/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2011
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 048/2005 de 06 de setembro de 2005, realizará no dia 04 de Julho de 2011 às 08h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição de material odontológico e material de consumo para uso no Posto de Saúde do Município; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 0002/2011 - Fundo Municipal de Saúde. Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 16 de junho de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: POLETTO EMPREEND. E CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: Contratação de empresa para a construção de uma praça na Comunidade de Linha Urumbeva, no Município de Vargeão - SC.
VALOR: R\$ 103.616,00 (cento e três mil seiscentos e dezesseis reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 90/2011.

Vargeão SC, 16 de junho de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Alteração data de abertura PR 37/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2011-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público a alteração da data de abertura do Edital do Pregão Presencial nº 37/2011-FMS, o qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE APARELHO DE COLPOSCÓPIO PARA O PAM - POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA SECRETÁRIA

DE SAÚDE, tendo em vista a inclusão de exigências e documentos de qualificação técnica. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 04 de julho de 2011, na Avenida Manoel Roque, 188, Videira/SC. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no horário das 8:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 horas. INFORMAÇÕES: Através dos fones (49) 3566-9012/3566-9034

Videira, 15 de junho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Associações

EGEM

Edital Nº 17/2011 - Chamamento para inscrição no Curso Definição de Recursos

EDITAL Nº 17/2011

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO: DESTINAÇÃO DE RECURSOS: procedimentos exigidos pelo TCE/SC

1. OBJETIVO DO CURSO

O curso visa o entendimento sobre as Destinações de Recursos, sobretudo as exigências do Tribunal de Contas de Santa Catarina a partir de 2011, através de lançamentos contábeis, juntamente com exercícios práticos, bem como, sugerir rotinas para que os registros na contabilidade sejam feitos de forma correta.

2. PÚBLICO-ALVO

Contadores, Tesoureiros e demais servidores que trabalham com receitas e despesas envolvendo Destinação de Recursos.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Maravilha/SC Local: Auditório da AMERIOS Associação dos Municípios do Entre Rios Av. Euclides da Cunha nº 160 Fone: (49) 3664 0282
Período das inscrições	De 20/06 até 08/07/2011
Vencimento do boleto de cobrança	08/07/2011
Homologação das inscrições	12/07/2011
Período de realização do curso	14 de julho de 2011
Carga horária	10 horas
Quantidade de vagas	70

QUADRO II

Cidade/Local	Xanxerê/SC Local: Auditório da AMAI Associação dos Municípios do Alto Irani Rua Floriano Peixoto nº 100 Fone: (49) 3433 0040
Período das inscrições	De 20/06 até 08/07/2011
Vencimento do boleto de cobrança	08/07/2011
Homologação das inscrições	12/07/2011
Período de realização do curso	15 de julho de 2011
Carga horária	10 horas
Quantidade de vagas	70

QUADRO III

Cidade/Local	Florianópolis/SC Local: A definir
Período das inscrições	De 20/06 até 18/08/2011
Vencimento do boleto de cobrança	18/08/2011
Homologação das inscrições	23/08/2011
Período de realização do curso	26 de agosto de 2011
Carga horária	10 horas
Quantidade de vagas	70

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546 - Estreito - Florianópolis/SC.
Telefone: 48 3221- 8800

Nota Fiscal: Após a realização do curso serão enviadas as notas fiscais pelos Correios, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua

inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;

c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;

d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. PROGRAMAÇÃO

Programação

8h30

1 – Destinação de Recursos segundo a Portaria Conjunta STN / SOF 4/2010

2 – Lançamentos Contábeis

- No ingresso da receita

- No empenhamento

- Na liquidação da despesa

- Na retenção extraorçamentária

- Na retenção orçamentária

- No pagamento da despesa orçamentária

- No pagamento da despesa extraorçamentária

12h

INTERVALO PARA O ALMOÇO

13h30

3 – Conferências dos Lançamentos Contábeis

4 – Sugestões de Relatórios

5 – Exercícios de Fixação

17h30

ENCERRAMENTO DO DIA

6. PALESTRANTE

Gilberto Brasil

Especialista em auditoria governamental. Assessor técnico da Associação de Municípios da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS. Professor dos cursos oferecidos pela FECAM na área de contabilidade pública. Membro do Colegiado de Contadores e Controladores Internos da FECAM.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Presidente da EGEM

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 78 - Rateio - Curitibaanos

Extrato de Contrato nº 78/2011

Contrato de Rateio - Curitibaanos

CONTRATANTE: Município de Curitibaanos

CNPJ: 83.754.044/0001-34

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 1/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Curitibaanos e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 02/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 560,00 (duzentos e vinte e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato é referente ao exercício de 2011 e vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 15 de junho de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Extrato do Termo Aditivo n. TA.AT11CINCO03

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº TA.AT11CINCO03

Fornecedor: HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITA-
LARES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em
contratações futuras de medicamentos. Redução de preços dos

ITENS: 59, 110, 111, 264 e 513, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65 da Lei nº 8.666/93. Data: 20.05.2011. Validade: 20.05.2011 a 09.09.2011. PAL nº: 0003/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0002. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 16 de junho de 2011
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

CISAM

Extrato de Contrato CISAM-MO Nº 005/2011

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO CISAM-MO Nº 05/2011
DATA DA ASSINATURA: 01.06.2011
CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM MEIO OESTE - SC
CNPJ DO CONTRATANTE: 08.484.353/0001-16
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO: 00.456.865/0001-67
OBJETO: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA.
VALOR MENSAL: R\$ 160,72 (CENTO E SESSENTA REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS).
VIGÊNCIA: 01.06.2011 A 31.05.2012

LEONIR BOARETTO
Presidente - Contratante

ILSE CRISTINA DE SOUZA
Contratado

Extrato de Contrato CISAM-MO Nº 006/2011

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO CISAM-MO Nº 06/2011
DATA DA ASSINATURA: 01.06.2011
CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM MEIO OESTE - SC
CNPJ DO CONTRATANTE: 08.484.353/0001-16
CONTRATADO: RIQUETTI CONSTRUTORA LTDA
CNPJ DO CONTRATADO: 00.553.787/0001-19
OBJETO: FISCALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, MEDINDO 1.364,76 M² (UM MIL TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO, VÍRGULA SETENTA E SEIS METROS QUADRADOS).
VALOR MENSAL: R\$ 2.330,00 (DOIS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS).
VIGÊNCIA: 01.06.2011 A 31.12.2011

LEONIR BOARETTO
Presidente - Contratante

RIQUETTI CONSTRUTORA LTDA
Contratada